

RICARDO QUEIROZ PINHEIRO

**Política pública de leitura e participação social:
o processo de construção do PMLLLB de São Paulo**

Mestrado em Ciência da Informação

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
Departamento de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Ricardo Queiroz Pinheiro

**Política pública de leitura e participação social:
o processo de construção do PMLLLB de São Paulo**

São Paulo
2016

RICARDO QUEIROZ PINHEIRO

**Política pública de leitura e participação social:
o processo de construção do PMLLLB de São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes, Área de Concentração: Cultura e Informação, Linha de Pesquisa: Apropriação Social da Informação, para obtenção do título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Almeida

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Para contatar o autor, utilize o e-mail: klaxonsp@gmail.com

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo autor

PINHEIRO, RICARDO Queiroz

Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLB de São Paulo / RICARDO Queiroz PINHEIRO. -- São Paulo: R.Q. PINHEIRO, 2016.

209 p.: il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Marco Antônio Almeida

Bibliografia

1. Política Cultural 2. Política do Livro e Leitura 3. Informação Cultural 4. Apropriação Social da Informação I. Almeida, Marco Antônio II. Título

Nome do Autor: Ricardo Queiroz Pinheiro

Título: Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo: processo de construção e participação social.

Aprovada em ____ de _____ de _____

Presidente da Banca: Prof. Dr. _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

O “onde” da leitura é mais importante do que se pode pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência.

Robert Darnton

Aos meus pais, Geraldo e Conceição,
e ao meu irmão David (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Não há como começar os agradecimentos sem pensar na família. Primeiro ao pai e à mãe e a todo o legado recebido; ao meu irmão Davi, ausente há anos, mas presente em todas as coisas que me tocam fundo; à mana Sonia e ao cunhado Rubens, sempre atentos e companheiros; aos sobrinhos, Stefano, aqui do lado, e, lá de longe, o Binho. Todos tolerando as ausências e os silêncios.

Ao meu orientador, Marco Antônio Almeida, pelo norte, paciência e apontamentos.

Aos inspiradores, José Castilho de Marques Neto, pelas reflexões e o exemplo de luta; Oswaldo Almeida Junior, pela inspiração profissional e militante; e Lucia Maciel Barbosa, pelo incentivo e a constante interlocução.

Às professoras da trajetória, Giulia Crippa, Marilda Lopes Ginez de Lara, Simone Scifoni, Flávia Brito do Nascimento, Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos, Vânia Mara Alves Lima, Henriette Ferreira Gomes.

Aos companheiros de Gabinete, Vereador Antonio Donato, pela oportunidade dada de construir uma parte da história das políticas públicas de leitura; à Lucimar, pelo engajamento, carinho e intervenções fundamentais na construção do PMLLLB e pelas críticas às minhas reflexões; Cida Perez, pela compreensão, incentivo e sensibilidade com o tema e a causa; Everaldo, Angelita e Lelo, pelas importantes ponderações; a Eli Brito, Benê, Berê, João Vitor, Lucilene, Luiz, Edileine, Naiara e Gabi, pela compreensão geral.

Aos companheiros de luta e denodo de São Bernardo do Campo, Eraldo, Alexandre, Jefferson, Dalva, Elaine, Thiago (Geleya), Ana e Ilva (*in memoriam*).

Aos companheiros da luta, Arnóbio, Cesar (Filoczar), Ênio, Casulo, Marciano (Ciclo Contínuo); Norberto Jr., Sandro, Bagolin, William.

Às amigas e companheiras de viagem: Selma, pelo longo caminho compartilhado;

Vera, pelas broncas, carinho, paciência e pela orientação virtual o mais real possível; Regina Facchini e Simone Zárate, pelo incentivo e luz inicial; Charlene e Rosália, pelos apontamentos importantes.

Aos integrantes do Grupo de Trabalho do PMLLLB: Ruivo Lopes, pela amizade e pela riqueza dos debates que nunca vão acabar; João Luiz, pela sincera militância e amizade; Haroldo, pelos questionamentos, interlocução e amizade; Miro, pela amizade e interlocução constante; Regina Tieko, pela amizade e sinceridade; Bel, pela amizade, lucidez e compreensão; Sueli, pela amizade e interlocução; Flávio Carrança, pela amizade e pela lucidez militante; Flávio Scavazin, pela simpatia e amizade; Sueli Stipp, pela amizade e militância, e a todos os demais integrantes do GT.

À Sandra, pela inspiração, incentivo, dedicação durante o longo caminho.

À Gabriela, pela leitura atenta e delicadeza nos momentos derradeiros, e ao Artur, pela compreensão e abertura de um novo espaço.

À Vó Maria, pelo capitão dado na boca e as cantigas populares cantadas nos fins de tarde; ao Vô Pedro, pelo tino agudo da política e o desejo de sempre mudar o mundo.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo.** 2016. 209 p. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RESUMO

A presente dissertação analisa o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) para a Cidade de São Paulo, que ocorreu de 2012 a 2015. Apresenta o histórico das políticas públicas para Livro e Leitura no Brasil e analisa a participação social na construção e articulação dos diferentes atores em torno do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. Para isso, em sua metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, análise de atas, relatórios e entrevistas com participantes do grupo de trabalho e das plenárias. Esta dissertação aponta como o PMLLLB foi um diferencial no âmbito das políticas públicas do livro e leitura, sobretudo pela força da participação social. A sociedade civil e o poder público constituíram um grupo de trabalho e se articularam para a confecção do Plano, por meio de plenárias temáticas e regionais, que envolveram profissionais, militantes e gestores de vários segmentos do livro e leitura. Os resultados gerados mostraram os conflitos existentes entre os atores dos segmentos do livro e leitura e o poder público na confecção do Plano, explicitando lacunas existentes entre as demandas da sociedade civil e as políticas públicas. Tanto nas entrevistas realizadas como nos documentos das plenárias identificamos as principais expectativas que a aprovação do Plano gerou nos atores e segmentos envolvidos. As principais conquistas, ao longo do processo de construção do Plano, que merecem destaque no âmbito da proposição de políticas públicas do livro e leitura no Brasil, são: 1) a proposta de criação de programas que integram as áreas de educação e cultura; 2) a proposta de política de formação de acervo para as bibliotecas de acesso público que contemple a diversidade da produção literária (em especial, a literatura periférica ou não-hegemônica); 3) a proposta de fomento às pequenas e médias livrarias e às feiras literárias populares; 4) a proposta de formação de uma rede colaborativa que inclua as bibliotecas comunitárias; e 5) proposta de elaboração de uma política de formação de mediadores de leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca; Política Cultural; Política do Livro e Leitura; Informação Cultural; Mediação da Leitura; Apropriação Social da Informação.

PINHEIRO, R. Q. **The São Paulo Municipal Plan of Book, Reading, Literature and Library:** development process and social participation. 2016. 209 p. Dissertation (Master in Communication Sciences) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the process of development of the Municipal Plan of Book, Reading, Literature and Library for the City of São Paulo, which occurred from 2012 to 2015. This work presents the history of the public policies for book and reading in Brazil and analyzes the social participation in the construction and articulation of actors around the Municipal Plan of Book, Reading, Literature and Library. For this, in its methodology, bibliographic and documentary research, analysis of minutes, reports and interviews with participants of the working group and plenary sessions was performed. It points how this Plan was a differential in public policies for book and reading, especially by the force of social participation. Civil society and public authorities set up a working group and articulated themselves for the elaboration of the Plan, through thematic and regional plenaries involving professionals, activists and managers of the various segments of book and reading. The results generated showed the conflicts between the actors of the segments of the book and reading and public authorities in making the plan, showing the gaps between the demands of civil society and public policy. Both in interviews and in the plenary documents we have identified the main expectations that the approval of the Plan generated on the actors and sectors involved. The main achievements over the plan building process, which should be highlighted under the proposition of public policy of book and reading in Brazil are: 1) the proposal to create programs that integrate the areas of education and culture; 2) the proposal for a collection development policy for public libraries that addresses the diversity of literary production (especially including the literature of the outskirts, from the undergrounds or non-hegemonic literature); 3) the proposal of policies of funding for small and medium-sized bookstores and popular literary fairs; 4) the proposal to form a collaborative network that includes community libraries; 5) the proposal to develop a policy for training of reading mediators.

Key-words: Municipal Plan of Book, Reading, Literature and Library; Cultural Policies; Book and Reading Policies; Cultural Information; Reading Mediation; Social Information Property.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
INTRODUÇÃO	21
<i>Referencial Teórico e Delineamento da Pesquisa</i>	<i>26</i>
1. AS POLÍTICAS DE LIVRO E LEITURA NO BRASIL: BREVE ESBOÇO	36
1.1. Antecedentes	37
1.2. Capanema & Mário.....	42
1.3. O Departamento de Cultura de São Paulo	46
1.4. Instituto Nacional do Livro.....	52
1.5. PROLER	58
2. PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA.....	63
3. PLANO MUNICIPAL DO LIVRO LEITURA LITERATURA E BIBLIOTECA.....	83
3.1. Grupo de discussão do PMLL (GD).....	89
3.2. A sociedade civil encontra formalmente o poder público	99
3.3. O projeto de lei 168/2010	106
3.4. Grupo de trabalho do PMLLLB: os segmentos.....	110
4. OS ATORES.....	114
4.1. A cena dos saraus, a literatura periférica e os escritores	115
4.2. As bibliotecas comunitárias	121
4.3. O terceiro setor e o sistema S (SENAC, SESC e SESI)	125
4.4. O poder público	128
4.5. O mercado editorial: editores e livreiros	130
4.6. Os portadores de deficiências	132
5. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PMLLLB.....	134

5.1. As plenárias setoriais ou temáticas	137
5.2. As plenárias regionais	151
5.3. Divulgação do PMLLLB	154
5.4. Eventos paralelos ao PMLLLB	157
5.5. Os conflitos	160
5.6. O texto final do PMLLLB	165
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
7. REFERÊNCIAS.....

ANEXOS

APÊNDICES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Apresentação e caracterização dos/as participantes da pesquisa	34
Quadro 2	Planos Estaduais do Livro e da Leitura no Brasil, segundo situação e ano.....	79
Quadro 3	Planos Municipais do Livro e da Leitura no Brasil, segundo situação e ano.....	79
Quadro 4	Breve histórico das bibliotecas públicas e infanto-juvenis da cidade de São Paulo	87
Quadro 5	Constituição do Grupo de Trabalho PMLLLB	112
Quadro 6	Proporção do faturamento do mercado editorial segundo vendas no mercado e no varejo e em vendas para programas públicos, 2011 e 2012.....	131
Quadro 7	Plenárias Setoriais ou Temáticas segundo local de realização e características do público participante	138
Quadro 8	Plenárias regionais	152

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Quartirão Literário, Vila Buarque, 27 de março de 2013.	101
Figura 2	Convite para o Encontro Municipal de Mobilização para o PMLL realizado em 13 de setembro de 2013	104
Figura 3	Audiência pública sobre o PL nº 168/2010 realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em 09 de junho de 2014	110
Figura 4	Plenária Temática realizada na Filoczar em 31 de agosto de 2014 ...	142
Figura 5	Plenária Regional realizada em Cidade Tiradentes, Zona Leste, em 07 de abril de 2015	154
Figura 6	A Laerte, em imagem de divulgação do PMLLLB usada nas redes sociais, em 22 de agosto de 2014.....	156
Figura 7	Grupo de Trabalho do PMLLLB entrega o seu texto final ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Antonio Donato, em 23 de julho de 2015.....	169

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEU	Associação Brasileira das Editoras Universitárias
ANL	Associação Nacional dos Livreiros
BDB	Biblioteca Demonstrativa de Brasília
BibliASPA	Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes
BIJ	Departamento de Bibliotecas Infanto-juvenis
BP	Departamento de Bibliotecas Públicas
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CCJ	Centro Cultural da Juventude
CERLALC	Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Didático
CSLL	Câmara Setorial do Livro e Leitura
DDI	Diretoria de Direitos Intelectuais
DLLLB	Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FELIZS	Feira Literária da Zona Sul
FLICT	Festa Literária de Cidade Tiradentes
FLIMP	Feira de Literatura Independente, Marginal e Periférica
FLIP	Feira Literária de Parati
FNDE	Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
FNLIJ	Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil
GD	Grupo de Discussão
GT	Grupo de Trabalho
IBEAC	Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário
INL	Instituto Nacional do Livro
LIBELU	Liberdade e Luta
LIBRE	Liga das Editoras Brasileiras
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
PD	Partido Democrático
PELL	Plano Estadual do Livro e Leitura
PL	Projeto de Lei
PMLL	Plano Municipal do Livro e Leitura
PMLLLB	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro no Ensino Médio
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PNSL	Programa Nacional Sala de Leitura
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PRP	Partido Republicano Paulista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SEDIN	Sindicado dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação Infantil do Município de São Paulo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SMB	Sistema Municipal de Bibliotecas
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores do Livro
SPC	Sociedade para o Progresso da Ciência
UBE	União Brasileira dos Escritores
USP	Universidade de São Paulo
VIVALEITURA	Ano Ibero-Americano de Leitura

APRESENTAÇÃO

Tentei iniciar várias vezes esta apresentação e parei na segunda linha. A necessidade de descrever a minha trajetória mobiliza muita coisa, boa e ruim. Por ter muito a dizer, parava nas dúvidas e no afã de organizar e hierarquizar as ideias. Cortar ideias, achar o rumo. Resolvi colocar trechos de um texto que postei no meu *blog* pessoal¹ no ano de 2011:

Entrar na biblioteca foi um processo longo, nem sei dizer mais a primeira vez. Foi uma longa primeira vez. Livros de lado, números indecifráveis, assuntos demais. Pessoas quietas, pessoas olhando pros livros, pessoas que atendiam olhando para lugar nenhum. Sempre alguém olhando e dizendo não. Ao menos a partir daquele momento, eu sabia que não era só o prédio cinza. Os livros tinham cor na capa, mas as pessoas ainda eram o cinza.

(...)

A primeira pessoa colorida que me atendeu perguntou sem rodeios o que eu queria. É certo que, à esta altura, nem lembro mais o que pedi. Mas passou a ser algo fora do cinza, colorido, a pessoa, o pedido, a situação, coloriram a biblioteca. Foi um pedido atendido.

(...)

Vejo biblioteca ainda hoje dessa maneira. Como algo a desorganizar um mundo paginado, como algo a derrubar uma certeza, limpar a área e construir novos caminhos. A biblioteca é o princípio de nossas dúvidas. (PINHEIRO, 2011)

Quando comecei a trabalhar em biblioteca pública, em meados da década de 1990, a fala recorrente era de que os serviços prestados pela biblioteca não condiziam com as necessidades da sociedade. Em plena era neoliberal, não era nada atraente para os iniciantes no mercado da biblioteconomia atuar na área pública. As oportunidades profissionais mais atraentes da última década do século passado estavam concentradas nas áreas ligadas às grandes mudanças tecnológicas e nas consultorias de organização e gestão da informação. Os consultores da era da informação grassavam. A área privada era muito mais atraente.

¹ PINHEIRO, Ricardo Queiroz. A biblioteca que inventei. São Paulo. 12 de dezembro de 2011. Disponível em: < <https://klaxonsbc.com/2011/12/12/a-biblioteca-que-inventei/>>. Acessado em: 22/08/2016.

A doutrina neoliberal dominou os primeiros governos eleitos no período pós-ditadura civil-militar. Tanto no governo Collor, que sofreu impeachment, quanto na gestão de Fernando Henrique Cardoso, em que atingiu seu ápice. Os preceitos do Estado mínimo ditaram as regras: desidratar o Estado, restringir os serviços públicos em nome do enxugamento da máquina, desqualificar a coisa pública foram os principais motes dos governos neoliberais.

Além do desmantelamento dos serviços públicos de uma maneira geral, com privatização de bancos e terceirização de alguns setores, as bibliotecas públicas enfrentaram uma crise que vinha de décadas. Uma longa procura por identidade, por seu lugar na sociedade, por uma política norteadora, fato que se agravou mais ainda com o predomínio do neoliberalismo nas agendas de nossos governos.

A experiência que adquiri no balcão de atendimento da biblioteca, no contato com os leitores, trouxe-me a percepção prática de quais eram as principais deficiências na conjunção entre a realidade cotidiana e a possibilidade de construção de políticas públicas para o livro e a leitura. A ausência de um questionamento político mais denso e amparado em meu cotidiano levou-me à leitura crítica e à militância.

Os verdadeiros motivos do isolamento da biblioteca e seu afastamento da sociedade relacionam-se com a ausência de políticas continuadas para o setor e, principalmente, com a falta de diálogo com a população.

Portanto, o meu interesse em compreender o desenvolvimento das políticas públicas de leitura no país nasceu da experiência do atendimento direto, da relação com as pessoas, da mediação de leitura, do olhar que captamos no dia-a-dia das bibliotecas, das ações de leitura nos bairros, do contato com o que chamamos de serviço-fim. Porém, toda esta carga de experiência vem embriagada pelo senso comum.

As perguntas são recorrentes no processo que envolve livro, leitor e leitura. Onde é que se localizam os hiatos? Por que a leitura não se expande? Por que o livro aparece nas notas fiscais das compras públicas e se pulveriza nos equipamentos públicos (nas bibliotecas públicas e escolares) como se não existisse? Por que os programas de formação de leitores são descontinuados? Por que o leitor não se identifica com os espaços feitos supostamente para fomentar a leitura? Estas são questões muito claras para quem atua no cotidiano de uma biblioteca, seja ela pública, escolar, comunitária, ou para quem está envolvido com projetos de leitura em comunidades.

Esta investigação é parte de um desejo de compreender os vazios, os lapsos, as iniciativas, as referências, as carências e as potências na tarefa de democratizar a leitura. Trata-se do foco principal no rol de interesses de um bibliotecário que atua na gestão de políticas públicas, militante dos movimentos de democratização do livro e da leitura e que acompanha, há mais de vinte anos, projetos, programas e ações diversas.

São vinte e seis anos de experiência profissional. Protelei muito para ingressar na vida acadêmica. A experiência profissional e a militância política foram fundamentais para que eu tomasse essa decisão. A presente dissertação é fruto de várias dúvidas e muitas implicâncias, como diria o mestre Afonso Henrique de Lima Barreto. As implicâncias me trouxeram até aqui.

Depois de percorrer várias bibliotecas e funções ligadas a elas, tive a oportunidade de participar e, agora, descrever um importante momento da minha vida profissional: a participação nos trabalhos de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo. Momento em que tentei reunir as demandas profissionais às convicções políticas, unir as exigências acadêmicas ao sonho militante e erigir uma reflexão sobre a experiência por intermédio desta dissertação.

Para encerrar, deixo mais um trecho do que escrevi em 2011 e me detenho no compromisso de dar continuidade a essa trajetória:

Como posso imaginar o passado, como posso ver hoje e construir com o peso da minha vida dentro de bibliotecas, como leitor, como profissional, posso então inventar uma tarde que caberia em qualquer selva de estantes recheadas por livros e meninos perdidos. Posso imaginar que mandava naquela biblioteca, como mandava nas ruas em que jogava o futebol. Posso fazer e falar o que quiser. A fala a seguir cabe em qualquer uma dessas tardes, dessas vidas, desses prédios:

**O bibliotecário pede silêncio na biblioteca e o menino rebelde responde:
“Não posso, as palavras fazem barulho na minha cabeça.”**

Talvez este menino tenha sido eu. (PINHEIRO, 2011)²

² PINHEIRO, Ricardo Queiroz. A biblioteca que inventei. São Paulo. 12 de dezembro de 2011. Disponível em: < <https://klaxonsbc.com/2011/12/12/a-biblioteca-que-inventei/>>. Acessado em: 22/08/2016.

INTRODUÇÃO

A aplicação das políticas públicas para o livro e leitura se dá principalmente no âmbito dos municípios, nos lugares tradicionais que lhe são conferidos, a sala de aula, em biblioteca (pública ou escolar) ou a casa, em espaços alternativos, respeitando a dinâmica de cada local e dos atores que neles atuam.

Tratamos, aqui, do processo de construção de uma política de leitura que leve em consideração os campos de disputa, os interesses de classe e as incongruências do processo econômico, que estão marcados tanto no desenvolvimento das instituições públicas educacionais e culturais, quanto no acesso e fruição dos serviços prestados à população.

O tema central deste trabalho é a participação social no processo de construção do Plano Municipal do Livro e Leitura de São Paulo, que se desenvolveu de 2012 a 2015. O pano de fundo é a política cultural apresentada a partir do governo Lula e seus impactos na área do livro e leitura. Não a política cultural como nomenclatura, mas a ação política que estabelece os parâmetros legais das relações entre o fazer cultural e os direitos, o desenvolvimento e as intervenções diretas na construção de um projeto de país.

A política pública para o livro e a leitura é parte indissociável das políticas culturais. Em primeiro lugar, porque a afirmação do direito à leitura e à escrita, como direito essencial, é um pressuposto que vai causar impacto em todas as manifestações culturais, no que se refere ao fazer, ao fruir e ao compreender. Visto que a leitura e o acesso democrático à informação estão entre os quesitos básicos para o domínio e a compreensão dos símbolos culturais e das diversas expressões artísticas, assim que se consolidam como direito básico do ser humano.

O foco desse estudo são as políticas públicas do livro e leitura no Brasil. Parte-se de um breve histórico das ações e políticas voltadas ao livro, à leitura e aos leitores, desde a Colônia até o advento do governo Lula, buscando compreender o papel do Estado e das instituições culturais e educacionais nesse processo.

Para efetivar esta proposta, optamos por estudar como se construiu o marco legal para as políticas públicas voltadas para o livro e a leitura na cidade de São Paulo, o Plano Municipal do Livro Leitura Literatura e Biblioteca, que se propõe a traçar diretrizes para a política do setor na cidade.

Marilena Chauí (1986) chama a atenção para o viés autoritário de nossa sociedade, fortalecido nos períodos históricos de predomínio de regimes de exceção, como o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), acentuadamente marcados pela ótica patrimonialista, pela elitização e pela centralização dos recursos e dos equipamentos culturais.

Três tristes tradições caracterizam a história da política cultural no Brasil: ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM, 2003). No que diz respeito às políticas para o livro e a leitura, é possível identificar alguns dos efeitos exemplares dessa tríade: a ausência de um sistema nacional de bibliotecas de acesso público (públicas, escolares, comunitárias); o autoritarismo que se expressa na aquisição de acervos; e a instabilidade consubstanciada na descontinuidade dos programas de leitura, sempre tratados como ações de governo e não como políticas de Estado.

Podemos falar em políticas para a cultura no Brasil, com intervenção incisiva do Estado, durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), que foi o tempo da construção de instituições voltadas para setores onde o Estado não atuava (CALABRE, 2007). Nesse período, instaurou-se o que podemos chamar da primeira política pública sistemática e em âmbito nacional para o livro e a leitura.

Em 1937, o então Ministro da Saúde e Educação, Gustavo Capanema, criou o Instituto Nacional do Livro (INL) com a finalidade de aquecer e promover o mercado editorial, e de incentivar a construção de bibliotecas públicas no país. A política cultural para o livro e leitura surgiu marcada pela junção entre cultura e educação, ainda que não estivesse refletida nas instituições envolvidas.

O INL despontou como o principal marco da institucionalização das políticas do livro e leitura no Brasil. Lançou as bases que influenciam até hoje as políticas públicas do livro e leitura, tanto em âmbito federal como nas suas reverberações estaduais e municipais. Todas elas foram executadas no campo da educação e cultura, mas nunca promoveram de forma satisfatória a integração e o diálogo mais estreito entre as duas áreas ou aprimoraram a participação social.

A política cultural delineada a partir da década de 1940 colocou a biblioteca à parte do tecido social, o que foi reforçado, segundo Milanese (1997), pela confusão estabelecida entre organizar e preservar documentos em detrimento de ampliar o acesso democrático à

informação; pela falta de diálogo e democracia na escolha de prioridades; e pela ausência de integração entre as áreas de Educação e Cultura.

O neoliberalismo teve forte impacto negativo sobre as políticas culturais no Brasil. O governo Collor (1990-1992) extinguiu o Ministério da Cultura - que havia sido criado no governo Sarney (1984-1989) – e junto com ele vários organismos da cultura, entre os quais o INL. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foi marcado pela Lei Rouanet, política de renúncia fiscal criada na gestão Sarney pelo então Ministro da Cultura, Celso Furtado, com o nome de Lei Sarney.

No final do governo Collor, foi criado o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), programa que envolve (ele existe até hoje) o governo federal, os estados, os municípios e a sociedade civil, atuando em cooperação em ações que incluem os setores público e privado. Segundo Pszczol (2009), a atuação do PROLER desenvolve-se em duas frentes: ações centralizadas, realizadas na Casa da Leitura, sede da Coordenação Nacional do Programa, no Rio de Janeiro; e ações descentralizadas, desenvolvidas por comitês instalados em dezenas de municípios brasileiros

Logo no início do primeiro mandato do Presidente Lula, foi aprovada a Lei 10.753, chamada Lei do Livro, em 30 de outubro 2003. Esta lei estimulou posteriormente a instituição do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), em 2006.

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é o documento que estabelece as diretrizes do Estado para as políticas do livro e leitura. Criado pela Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, pelos Ministros da Cultura e da Educação, esse plano foi instituído, em 1º de setembro de 2011, por meio do Decreto nº 7.559, firmado pela presidente Dilma Rousseff. Sua elaboração, no entanto, já vinha sendo debatida e construída pela sociedade civil desde 2004.

O PNLL se divide em quatro eixos temáticos: 1) democratização do acesso; 2) formação de mediadores e fomento à leitura; 3) valorização simbólica do livro; e 4) incentivo à cadeia produtiva. Para que o PNLL tenha seus objetivos atingidos e seja legitimado nos estados e municípios, depende da elaboração de seus congêneres locais, os planos estaduais e municipais do livro e da leitura (PELL e PMLL), com envolvimento dos atores locais e da participação popular.

A instituição do PNLL foi muito importante para a efetivação de políticas públicas do livro e leitura devido ao seu potencial de sistematizar uma série de ações e programas

que integram os diferentes processos envolvidos: produção, organização, mediação e circulação da informação; de articular as políticas locais (municípios e estados); e de permitir a inclusão dos diferentes atores envolvidos. Ainda está no campo da intenção, mas seu potencial autoriza a dizer que se constitui na ação mais significativa desde a implantação do Instituto Nacional do Livro pelo governo Getúlio Vargas, na década de 1930. Para assegurar sua capilaridade, de forma que as políticas sugeridas e estimuladas no plano federal sejam viabilizadas e implementadas em todos os âmbitos, o Ministério da Cultura orienta os estados e municípios a criarem e referendarem seus planos locais.

No período entre 2014 e 2015, foi construído, no município de São Paulo, o Plano Municipal do Livro e Leitura, que durante o processo de discussão tomou o nome de Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. Como em 1935, na gestão de Mário de Andrade, a Secretaria de Cultura de São Paulo (que se originou no seminal Departamento) é a protagonista e a principal proponente, juntamente com a Secretaria de Educação, de uma política pública para o livro e a leitura para a cidade de São Paulo.

Como dissemos, o principal objetivo dessa investigação é analisar o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) em São Paulo, mediante uma abordagem histórica e crítica, que tem como elementos balizadores a institucionalização das políticas e a participação social. No decorrer da análise, os pontos destacados são: a política pública para o livro e leitura, os atores envolvidos (instituições, profissionais e militantes), a relação da sociedade civil com o poder público e a participação social.

Este trabalho está dividido da seguinte maneira: a primeira seção, “**As políticas de livro e leitura no Brasil: breve esboço**”, apresenta uma rápida análise histórica dos movimentos da leitura e do livro nos períodos do Brasil Colônia, Império e República Velha, em que ressalta a construção das primeiras políticas públicas de leitura no Brasil, no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), concomitantemente à criação do Departamento de Cultura no município de São Paulo por meio da figura de seu primeiro diretor, Mário de Andrade. Concluimos esta seção examinando seus desdobramentos no período autoritário da ditadura civil-militar e na transição democrática, com a criação do Ministério da Cultura (MinC) no Governo Sarney, o desmonte operado por Collor e a política neoliberal instituída por Fernando Henrique Cardoso.

A segunda seção, **“Plano Nacional do Livro e Leitura”**, é o momento de investigar as políticas propostas pelo governo Lula para o livro e a leitura, que têm como ponto culminante o ano de 2006, com a criação do PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura). Para isso, nos dedicamos a compreender as discussões preliminares à criação do PNLL, os conceitos e os arranjos políticos que determinaram o estabelecimento dos eixos que compõem tal Plano, bem como suas implicações no âmbito institucional e as suas versões nos estados e municípios.

O foco central desta dissertação, o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo, será discutido na terceira e quarta seções. Em **“O Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca”**, nos atemos ao processo de construção do PMLLLB em São Paulo. Partimos do reconhecimento do legado deixado pelo escritor e intelectual Mário de Andrade na história das políticas de leitura no município de São Paulo e no estabelecimento dos paradigmas para a área (inclusive no âmbito popular), para compreender a relevância de estudar o processo de construção de políticas públicas de leitura no município de São Paulo. Posteriormente, passamos a descrever o início da articulação da sociedade civil com vistas a mobilizar a construção de tal política no âmbito do município, caracterizando: as ações preliminares, a constituição do grupo de trabalho, o perfil dos seus componentes e os arranjos entre o poder público.

Em **“Os atores”**, a proposta é analisar os diferentes atores e segmentos que participaram do processo de construção do PMLLLB, buscando compreender suas motivações e protagonismo neste processo: a cena dos saraus e os escritores da periferia; as bibliotecas comunitárias; o mercado editorial, representado pelos editores e livreiros; as instituições do terceiro setor e do sistema S; e os portadores de deficiências.

Finalmente, na quinta seção, **“O processo de construção do PMLLLB”**, é o momento de descrever e caracterizar as consultas públicas para a elaboração do PMLLLB: as plenárias setoriais ou temáticas e as plenárias regionais. A participação social é analisada a partir dos mecanismos usados para organizar as plenárias, publicizar os trabalhos, apontando a importância de alguns eventos paralelos ao processo oficial, os conflitos entre os diferentes atores, o processo de redação do texto final e as impressões sobre o documento aprovado.

Referencial teórico e delineamento da pesquisa

Para entender melhor o percurso do PMLLLB, foi preciso percorrer alguns conceitos que se inter-relacionam tais como: cultura, políticas públicas, política cultural, o histórico das políticas para o livro e leitura no país e sua relação com a sociedade. Outros temas como direitos culturais, institucionalização, movimentos sociais e participação social estão engendrados na investigação e se conectam continuamente.

Elaboramos um breve esboço para compreender a trajetória das políticas do livro e leitura no Brasil que consta na primeira seção desse trabalho. O relato das carências e potências dos períodos da Colônia, Império, República Velha, o período getulista, a ditadura civil-militar, o neoliberalismo dos anos 90 e o período de Lula e Dilma É nesse último período que, estão incluídos, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e seu congênere municipal, no caso de São Paulo, o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB).

O conceito de cultura adequado para a abordagem dessa investigação é o usado por Williams (1992) ao enfatizar a visão sociológica da cultura, que aponta para uma forma de convergência contemporânea e encara a cultura como o *sistema de significações* mediante o qual necessariamente uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada, a relação entre sociedade e cultura dentro dos diversos aspectos que a determinam.

Para Eagleton (2005), a cultura é “uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política, ao liberar o eu ideal ou o coletivo escondido dentro de cada um de nós, um eu que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado”. A democratização cultural passa necessariamente pelo equilíbrio das relações dos indivíduos e/ou grupos com o Estado.

Democratizar a cultura é torná-la algo comum a todas as pessoas. De acordo com Williams (2011), a cultura como um bem comum é aquela cujo acesso a qualquer uma das suas atividades não sofre qualquer restrição ou impedimento. Sendo assim, democratizar a cultura pressupõe garantir o livre acesso aos diversos ciclos que a compõem: sua produção, difusão e a elaboração dos mecanismos legais que o propiciam.

No campo dos estudos culturais, utilizamos os conceitos de centralidade da cultura e das questões identitárias envolvidas no processo cultural, que são abordados por Hall

(2006 e 2013, respectivamente). Eles são úteis para a análise das políticas culturais e das dinâmicas dos coletivos culturais do ponto de vista da participação na construção de políticas públicas. A concepção de cultura como recurso, de Yúdice (2013), entra como subsídio para compreender a relação dos grupos, artistas e coletivos culturais com a indústria cultural e os interesses econômicos.

Partindo dessa concepção de cultura, cabe estabelecer a forma de análise da relação entre as dinâmicas culturais, Estado e sociedade. Chauí (1995) define quatro modos de relação entre Estado e Cultura na tradição brasileira: o modelo liberal; o autoritário, presente no período getulista e na ditadura civil-militar; o populista; e, mais recentemente, o modo neoliberal que dominou o cenário em toda a década de 1990 até o início dos anos 2000.

A essas quatro vias indicadas por Chauí, acrescentamos a da cidadania cultural, que ela mesma formula, e que destaca a participação de todos os cidadãos como principal elemento de sustentação, modelo que influenciou as políticas culturais no início do governo Lula.

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela ideia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural (CHAUÍ, 2008, p.66)

O direito à cultura consta, em várias passagens nos compêndios acadêmicos, nos debates cotidianos da universidade e de instituições culturais públicas e privadas. Trata-se de um discurso recorrente que envolve os diversos atores do fazer cultural. Porém, para que seja efetivamente concebido como direito de todos, ele depende das dinâmicas e das movimentações sociais, da política e do caminho prático para que se estabeleça a construção de mecanismos legais específicos que o assegurem.

O tema das políticas públicas de cultura, de imediato, aparece como intimamente associado ao debate acerca dos atores das políticas culturais. Não só dos atores, mas também dos procedimentos envolvidos na confecção de tais políticas públicas. Na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade, na atualidade, transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais. Somente políticas submetidas ao debate e crivo

públicas podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura (RUBIM, 2007, p.151)

As políticas culturais constituem um dos canais de sistematização dos mecanismos legais que arbitram o acesso e a democratização do fazer cultural. Segundo Furtado (2012), uma política cultural consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade.

Para Teixeira Coelho (2012), a política cultural pode ser concebida como programas de intervenções não só a partir do Estado, mas por instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários que tenham o objetivo de responder às demandas e às necessidades culturais da população:

Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de:

1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais;
2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.).

Como ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural tem por objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam (TEIXEIRA COELHO, 2012, p. 292).

No entanto, para a construção de uma política cultural democrática é necessário manter o equilíbrio na relação entre o público e privado, sem autoritarismo e excessiva intervenção estatal no fazer cultural. Como uma possível alternativa ao modelo dirigista e autoritário de determinadas políticas, novamente Teixeira Coelho (2012, p.320) indica que o entendimento de uma política de democratização cultural pressupõe a participação

democrática, amplia a participação popular, cria as possibilidades de formas de autogestão e permite compor uma relação equilibrada entre o Estado e a sociedade.

A participação social na confecção das políticas culturais é uma demanda que aparece com grande força (ao menos retórica) no processo de redemocratização e tem algumas menções na Constituição de 1988. Calabre (2013, p.04) cita o artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos e das manifestações culturais, no qual se estabelece que:

Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (BRASIL, 1988)

Pereira (2008, p.09), ao abordar outro trecho do texto constitucional que trata de cultura, afirma que todos os grupos formadores de nossa sociedade têm direitos à expressão e ao modo de criar. “As “formas de expressão” e os “modos de criar, fazer e viver” associados à ideia de etnia, o que estreita ainda mais os laços entre a noção de povo e o conceito de cultura. Daí falar-se em “cultura popular”, “cultura indígena”, “cultura afro-brasileira” e cultura “de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; [...] (BRASIL, 1988)

A criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1984, durante o Governo Sarney, foi um dos reflexos dessa transição. Leitão (2007, p.75) ao abordar a cultura como um dos importantes fatores do desenvolvimento nacional se reporta à fala de Celso Furtado, como ministro da Cultura (1986-1988), que, em reunião com os secretários estaduais de cultura, acentua que a reflexão sobre a cultura deveria ser um ponto de partida para o debate sobre as opções de desenvolvimento. Na gestão de Furtado, foi criada a Lei nº 7.505, primeira lei de incentivos fiscais no Brasil para financiar a cultura, conhecida como Lei Sarney.

A década de 1990 caracterizou-se como um momento de estagnação das políticas culturais no Brasil (AUGUSTIN, s/d; CALABRE, 2007; RUBIM, 2008), no qual as ações do Estado concentraram-se nas leis de incentivo fiscal. A chamada política de renúncia

fiscal teve na Lei Rouanet (uma segunda versão da Lei Sarney) seu principal marco, que se transformou no traço mais forte do MinC durante os governos Collor e FHC.

Segundo Calabre (2013), desde o ano de 2003, no início da gestão de Gilberto Gil, o MinC procurou estabelecer um novo tipo de relação entre sociedade e estado no que se refere à construção de uma política cultural. Uma das mudanças na relação entre sociedade civil e Estado é a participação social no processo de elaboração das políticas nacionais de cultura. Para entender melhor a virada das políticas culturais no âmbito do governo Lula, recorremos a autores como: Botelho (2001); Calabre (2007, 2013); Leitão (2015); Rubim (2006, 2007, 2008, 2013); e, também, Silva (2007).

Diversos autores analisam os vários períodos da história das políticas do livro e leitura no Brasil. Eles constroem suas abordagens a partir do campo da bibliofilia, da historiografia e da história do desenvolvimento da leitura e das instituições de leitura. As fontes que utilizamos para compreender a trajetória de nossas carências e potências na democratização da leitura e na formação dos leitores foram: Abdanur (1992); Assis (2013); Bomeny (2012); Bragança (2012); Frieiro (1988); Carvalho (1999); Milanesi (1997) Moraes (2009); Oiticica (1999); Oliveira (1994); Oliveira (2011); Paiva (2008); Schwarcz (2002, 2015); Suaiden (1980, 2000); e Lajolo (1997).

Entendemos a política de leitura como parte de uma política cultural em que deve haver convergência entre os setores de educação e cultura, respeitando as especificidades, mas fazendo avançar a potencialidade de acesso, formação, difusão e atuação política de ambas. Nesse campo de análise, destacamos Rubim (2002, 2007, 2008, 2013); Calabre (2007, 2010); e Frederico (2012), que abordam o contexto histórico das políticas públicas de leitura no Brasil.

Paulo Freire chama a atenção para a importância das escolhas sobre como fazer uma ação de leitura, indicando como tais escolhas determinam inexoravelmente uma política de leitura:

A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente, tem que ver com técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. Não há neutralidade aqui também. Como aqui também vamos encontrar a ingenuidade não astuta de que falei a mesma ingenuidade puramente tática e a mesma criticidade (FREIRE, 1989, p.21).

Os principais mediadores de leitura e os lugares em que atuam, de acordo com modelo clássico, são: os professores em sala de aula, os bibliotecários e demais mediadores em bibliotecas (públicas ou escolares) e os pais e demais familiares em casa. No entanto, existem outros espaços alternativos onde a ação de leitura pode acontecer de forma improvisada, sem estrutura, mas nem por isso menos legítima. Trataremos desse ponto na análise dos atores e instituições envolvidos no PMLLB.

Ao analisar as políticas do livro e da leitura, é prudente levar em consideração os direitos educacionais e culturais previstos na Constituição, nos documentos produzidos por organismos internacionais e nos estudos clássicos. Segundo Petit (2013, p.114), esses direitos abarcam o acesso irrestrito à informação, o direito de descobrir, de construir e de ter um tempo de fruição e construção do conhecimento. Dificuldades de ampliação e democratização do acesso ao livro e à leitura imprimem suas marcas tanto no desenvolvimento das instituições públicas educacionais e culturais como no acesso e na fruição dos serviços prestados à população. Para tratar das questões que impliquem educação, cultura e suas instituições na formação de leitores recorreremos a Freire (2014), Lemos (2013) e Soares (2007).

O PROLER, criado no governo Collor em 1992, e vigente até ao dias de hoje, é um programa que representa um período de transição entre o neoliberalismo das eras Collor e FHC e uma política do livro e leitura com maior ênfase na participação do Estado e com alguma participação social, tal como aplicada nos governos Lula e Dilma. Oliveira (2011), Coelho (2009) e Psczcol (2008) são as referências adotadas para abordar esse período.

O principal marco legal do governo Lula na área de cultura foi o estabelecimento do Plano Nacional de Cultura (PNC), que tem como premissa a participação direta da sociedade. O PNC apresenta, em uma das suas metas, os planos setoriais de linguagens artísticas e expressões culturais, o que será examinado com maior profundidade na primeira seção³.

O Plano Nacional do Livro e Leitura é o marco legal, a matriz que se propõe a sistematizar, a partir de quatro eixos fundantes, as políticas do livro e leitura no âmbito federal. Desde 2005, o PNLL foi discutido com a sociedade e gerou três documentos oficiais:

³ Os planos setoriais. Ministério da Cultura, Brasil. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cnpc/colegiados/arquivos/planejamento-setoriais/-/asset_publisher/jY1jBHsZQ3jA/content/os-planos-setoriais/10907>. Acessado em: 06/08/2016.

- a sua instituição em portaria assinada pelo Ministro da Cultura e o Ministro da Educação em 2006;
- o Decreto de 2010;
- e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 212 de 2016, protocolado no Senado Federal com o título de Plano Nacional de Leitura e Escrita.

A documentação sobre o PNLL está registrada em dois livros lançados pelo MinC (BRASIL, 2006, 2012). Não há uma produção acadêmica extensa sobre o PNLL, para levantar informações a respeito dos conceitos adotados no plano e sua implantação. Consultamos os livros citados e as informações contidas no sítio oficial do PNLL⁴ na internet.

Sobre o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo, o cerne principal dessa investigação, foram destacados quatro aspectos em especial:

- o histórico do PMLLLB;
- o perfil e o campo de atuação dos atores envolvidos (instituições, militantes, profissionais)
- as formas de participação social nos trabalhos do PMLLLB;
- a elaboração, os conflitos e os consensos contidos no texto final.

No que se refere à participação social e à mobilização dos movimentos sociais, utilizamos como referências Gohn (1997, 2010, 2013), Melucci (2001) e Castels (1999), buscando o histórico, as dinâmicas e os arranjos de organização das mobilizações e movimentos sociais. Recorremos, em especial, ao que Melucci (2010) denomina como “novas formas de solidariedade conflitual” para explicar o dinamismo das sociedades complexas, que se manifesta nas articulações dos segmentos para construir o PMLLLB.

Gohn (1997, 2010) facilita a compreensão dos movimentos sociais no Brasil e o papel que os aspectos culturais exercem em sua ação política. Castels (1999) é a referência

⁴ Plano Nacional do Livro e Leitura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acessado em 29/07/2016.

que utilizamos para compreender o arranjo dos atores no que tange ao seu papel institucional na relação com a sua identidade.

Sobre o perfil dos atores envolvidos e sua atuação nos setores do livro, leitura e literatura, utilizamos para abordar a questão dos saraus e da literatura marginal periférica – que foram importantes na confecção do plano - os trabalhos de Leite (2014), Nascimento (2008), Reyes (2013) e Teninna (2013). Sobre a questão das bibliotecas comunitárias a principal referência foi Machado (2012).

Para relatar e analisar o histórico do PMLLLB em São Paulo, utilizamos três tipos de fontes: os documentos oficiais do Grupo de Discussão (GD) e do Grupo de Trabalho (GT), tais como: atas de reunião, comunicações, atas das plenárias e comunicados oficiais, que foram acessados devido à minha participação no grupo de trabalho; os documentos, *posts* e comentários recolhidos nas páginas das instituições, *blogs*, *fanpages* (*Facebook*); e as narrativas de alguns componentes do GD, do GT e de participantes das plenárias do Plano.

A coleta das narrativas foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, orientadas por roteiro (em anexo), cujas questões buscavam investigar as trajetórias pessoais e sua relação com a leitura (vida escolar, profissional, militância); o envolvimento com políticas públicas; e, posteriormente, a participação no processo de construção do PMLLLB.

As entrevistas foram feitas individualmente, no período de janeiro a março de 2016. Apenas uma das entrevistas foi feita em dupla (Cesar Costa e Gilmar Ribeiro). Os participantes foram contatados por e-mail, *Messenger* do *Facebook* e telefone e as entrevistas foram realizadas em locais apropriados, em uma ou duas tomadas, de acordo com a disponibilidade dos participantes. A maioria das entrevistas ocorreu presencialmente. Nos casos em que houve dificuldades de agendamento dos encontros presenciais, e no único caso em que o entrevistado não residia em São Paulo no período em que este estudo foi realizado (Edson Feitosa), foram conduzidas entrevistas por e-mail. A duração das entrevistas variou de 1 hora e 20 minutos e 2 horas e 40 minutos. As entrevistas presenciais foram gravadas e, posteriormente, transcritas. No total, foram realizadas doze entrevistas presenciais e quatro entrevistas por e-mail.

Devido à facilidade de contato com a maioria dos entrevistados foram colhidas algumas informações complementares por e-mail, *Skype*, *Messenger* do *Facebook* e

chamadas telefônicas junto aos entrevistados, que foram imediatamente acrescentadas à transcrição. Todos os entrevistados autorizaram a publicação dos seus nomes neste estudo.

Segue abaixo o quadro de entrevistas:

Quadro 1 – Apresentação e caracterização dos/as participantes da pesquisa

Participante	Formação e atuação	Segmento de participação no processo do PMLLB	Forma de Entrevista	Data da Entrevista
Elani Tabosa	Educadora (GT)	Mediadora de Leitura	Por e-mail	01/06/2013
Edson Feitosa	Bibliotecário (GT)	Gestor do sistema S	Por e-mail	06/05/2016
Flávio Carrança	Jornalista (GT)	Movimentos Sociais	Presencial	23/02/2016
Flávio Scavazin	Advogado (GT)	Deficientes Físicos	Presencial	01/02/2016
Haroldo Ceravolo Sereza	Jornalista (GT)	Setor Produtivo	Presencial	21/02/2016
Isabel Mayer Santos	Educadora (GT)	Gestora Terceiro Setor	Presencial	07/03/2016
João Luiz Marques	Jornalista (GT)	Escritor	Presencial	28/01/2016
Cesar Costa Almeida	Editor/Livreiro	Setor Produtivo	Presencial	03/03/2016
Gilmar Ribeiro (Casulo)	Poeta	Saraus	Presencial	03/03/2016
José Castilho Marques Neto	Professor Universitário	Gestor Público	Presencial	18/01/2016
Norberto Lopes	Bibliotecário	Mediador de Leitura	Por e-mail	06/06/2016
Regina Tieko	Musicista (GT)	Saraus	Por e-mail	17/02/2016
Ruivo Lopes	Educador (GT)	Saraus	Presencial	22/02/2016
Sueli Nemen Rocha	Bibliotecária (GT)	Gestora pública	Presencial	02/02/2016
Waltemir Jango Nalles	Bibliotecário (GT)	Gestor público	Presencial	29/01/2016
William Okubo	Bibliotecário	Gestor público	Presencial	26/01/2016

O tratamento das narrativas enfocou regularidades e particularidades presentes nos depoimentos de modo a apreender a descrição do processo investigado, sua relação com o

contexto no qual se insere, o engajamento e o ponto de vista do informante a este respeito. A partir dos depoimentos dos participantes do estudo, procuramos reconstruir o processo de elaboração do PMLLLB, com suas tensões e conflitos.

Mais especificamente, o processo analítico-interpretativo contemplou as seguintes etapas: (a) escuta e leitura compreensiva dos depoimentos, visando impregnação, visão de conjunto e apreensão dos compartilhamentos e diversidades; (b) identificação e problematização dos elementos destacados nos discursos e das ideias neles explícita ou implicitamente sustentadas; (c) busca de sentidos mais amplos relacionados às falas dos/as participantes; (d) construção de síntese interpretativa, articulando objetivo do estudo, base teórica adotada e dados empíricos.

1. AS POLÍTICAS DO LIVRO E LEITURA NO BRASIL: BREVE ESBOÇO

*O Brasil foi inventado de cima para baixo,
precisamos reinventá-lo em outros termos.*

Paulo Freire

Desde a Colônia até a República Velha, não houve nenhuma política de Estado para o livro e leitura vigente em terras brasileiras. A influência dos poderes estabelecidos na vida dos leitores e dos não leitores se dava pela repressão, pelo bloqueio da informação, pela ausência e pela precariedade. Nesses tempos, o livro, os lugares de leitura e os leitores existiam como focos de resistência e de rebeldia nas brechas do poder.

O objetivo desta seção é delinear o histórico das dinâmicas que excluíram a maioria da população do acesso ao livro e à leitura nesse período. Antes de tudo, cabe ressaltar a inexistência de instituições que operassem na democratização e universalização do acesso à leitura e a prevalência de uma lógica elitista e restrita, privada e patrimonialista, de uso e de acesso ao objeto livro, que certamente determinou a noção que temos até hoje de leitura. Por outro lado, cumpre distinguir as ações causadoras das rupturas e que deram concretude à institucionalização das políticas do livro e leitura no Brasil.

Dessa maneira, não é arriscado supor que a criação do Departamento de Cultura em São Paulo, com Mário de Andrade à sua frente, e do Instituto Nacional do Livro (INL), no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, criado por Gustavo Capanema e inicialmente dirigido pelo gaúcho Augusto Meyer determinaram o que seriam as políticas públicas para o setor a partir da terceira década do século XX. No entanto, não havia espaço para a participação social nesses avanços. A política cultural era um produto das elites que se aproximava do povo apenas nos rompantes conceituais dos intelectuais mais sensíveis, como o próprio Mário de Andrade, por exemplo.

É importante afirmar que a sociedade não foi um mero receptor dos valores culturais impostos pelas elites durante esse período. Segundo Williams (2011), nenhum modo de produção e, portanto, nenhuma sociedade dominante ou ordem da sociedade dominante e, destarte, nenhuma cultura dominante pode esgotar toda a gama da prática

humana. Houve resistência e esta se manifestou na forma em que a leitura e os livros chegaram às pessoas, para além das instituições criadas pelos arranjos de poder, por meio das transgressões e de diversos arranjos sociais.

Como indica Milanesi (1997), durante quatro séculos, o registro das informações se efetuou basicamente com o concurso da imprensa: livros, revistas e jornais eram os únicos veículos que disseminavam informações junto às bibliotecas. As instituições do livro e leitura, ao invés de serem identificadas como os lugares da leitura, ficaram marcadamente conhecidos como os lugares dos acervos, de acesso geralmente restrito a uma minoria. A maioria das pessoas estava ausente da fruição, dos direitos e de qualquer participação nos processos decisórios.

Portanto, para discutirmos o desenvolvimento da política para o livro e a leitura no Brasil, é preciso mapear as instituições que impulsionaram essas políticas e os atores que participaram de tal processo. Assim, é importante estabelecer o impacto e a evolução da institucionalização e da participação social (nos termos em que as pessoas foram lembradas e puderam de fato participar) na construção dessas políticas através dos tempos.

1.1. Antecedentes

O livro e a leitura estiveram “ausentes” dos primeiros anos da colonização: naquele momento, as coleções de livros existentes e a educação estiveram restritas a uma minoria assistida pelas missões religiosas, especialmente a Companhia de Jesus dos padres jesuítas. Segundo Moraes (2009), no período colonial os livros eram adquiridos pelas pessoas fora de nosso território, em geral na Europa, já que a tipografia por aqui era proibida e existiam raríssimas livrarias.

Foram trezentos anos de domínio das bibliotecas e da circulação de livros monopolizados pelas missões religiosas, com as raras exceções de bibliotecas particulares contendo assuntos mais diversos, quase sempre alvos de censura, restrições e controle por parte da Igreja e do Estado. A ideia de circulação e de acesso de livros não existia oficialmente no Brasil colonial para além do domínio da Coroa e da Igreja. O domínio sobre a leitura e os leitores e as restrições eram a regra.

Um capítulo importante e uma marca emblemática na história do livro e leitura em nosso país foi a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. Nossa primeira grande biblioteca oficial foi importada. Ela atravessou o mar e sofreu a mais longa e interrompida trajetória de que se tem notícia. A Biblioteca Real Portuguesa atravessou um oceano, mudou de endereço e chegou ao Brasil como um dos grandes valores trazidos pela Corte de Dom João VI para a Colônia.

Em 13 de maio de 1808, foi criada a Imprensa Régia e, logo depois, as tipografias particulares. Rapidamente surgiram os primeiros jornais - o *Correio Braziliense* em 1808 e o *Farol Paulistano* em 1827 – e, com isso, as polêmicas e os conflitos com a censura aumentaram.

Visto que a Real Biblioteca do Rio de Janeiro foi aberta ao público apenas em 1814, foi um senhor de engenho da cidade de Salvador que se antecipou aos fatos e inaugurou a primeira biblioteca pública brasileira. Ou seja, a primeira biblioteca pública no Brasil teve origem privada. Parece ironia, mas não é. Apesar da espetacular migração e da pomposa chegada dos livros da Corte Portuguesa ao Porto do Rio de Janeiro, a primeira biblioteca efetivamente pública, pois aberta ao público em geral, não seria aquela originada com os livros vindos de Lisboa.

A censura herdada do período inquisitorial permaneceu uma sombra constante no caminho do livro e da leitura no país. As restrições influenciaram tanto a produção impressa no Brasil Império, como a formação dos acervos de nossas principais bibliotecas particulares e, também, daquelas ligadas ao clero. Os paradoxos somam-se no nascedouro das instituições do livro e da leitura: se a nossa primeira biblioteca pública ou de acesso público foi privada (a de Salvador), o primeiro grande acervo nacional foi importado da metrópole e deu origem à nossa Biblioteca Nacional instalada no Rio de Janeiro. Nossas bibliotecas nascem e desenvolvem-se em uma espiral de contradições.

Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exhibir alguns dos traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema; o capitalismo ensaiava seus primeiros passos graças à expansão da cafeicultura e dos interesses econômicos britânicos, que queriam um mercado cativo, mas em constante progresso (LAJOLO, ZILBERMAN, 201, p. 36).

Em 1837, quarenta e três refugiados políticos portugueses fundaram o Gabinete Real Português no Rio de Janeiro; mais tarde viriam os do Recife (1850) e o da Bahia (1863). O objetivo principal era promover a cultura portuguesa junto à comunidade da capital, bem como fomentar um local de discussão de cunho científico e cultural. Um dos aspectos mais interessantes do Gabinete, além de um grande acervo com obras da literatura portuguesa, era a promoção de debates literários, filosóficos e científicos, o que o diferenciava das bibliotecas públicas da época.

O objetivo desta instituição era estimular o engrandecimento da “cultura do espírito”, além de estimular o orgulho da nacionalidade portuguesa, buscando ser esta uma associação entre a cultura e o lazer. Apesar de ter sido uma das primeiras associações portuguesas criada no Brasil, não havia em sua organização um caráter recreativo ou beneficente, diferentemente do que ocorre em outras associações de imigrantes em meados do século XIX (BASTOS, 2005, p. 1).

Segundo Azevedo (2008), no GRP havia uma preocupação dos associados em valorizar as obras da cultura portuguesa como um contraponto à influência francesa que seduzia a elite do Rio de Janeiro naquele tempo. Além da preocupação com o resgate da produção lusa, os frequentadores tomavam contato com obras influentes do continente europeu e até da lavra nacional.

Esses gabinetes não se limitavam a preencher as estantes com livros veiculadores das idéias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade - os chamados livros perniciosos com idéias jacobinas e as abomináveis idéias francesas -, lá se encontravam dezenas de outros assuntos. Os catálogos dos Gabinetes traziam: O contrato social e Emílio, de Rosseau; O espírito das leis e grandeza e decadência dos romanos, de Montesquieu; La henriade e Carlos II, de Voltaire; Economia política, de Adam Smith; Alan Kardec; Michelet; Cesare Cantu; Alexandre Dumas; Paul de Kock; Soulié; Paul Feval; George Sand; Victor Hugo; Alexandre Herculano; Castilho; Júlio Diniz; Júlio César Machado; Camilo Castelo Branco; Teófilo Braga; Ramalho Ortigão; Pinheiro Chagas; Oliveira Martins; Eça de Queirós (O crime do Pe. Amaro); Emile Zola (Rougon-Maquart), Gustave Flaubert (Salambô); Joaquim Manuel de Macedo; José de Alencar; Bernardo Guimarães; Manuel Antonio de Almeida; Franklin Távora; Machado de Assis; Tavares Bastos; Américo Brasiliense; Campos Salles; Joaquim Nabuco (DE MARTINO, 2006, p. 240)

Segundo Costa (1999), na segunda metade do século XIX ocorreram as transformações que trouxeram alguma modernização ao país: a abolição da escravatura, a imigração, o desenvolvimento de redes de transporte e os primórdios da industrialização. Assim como a expansão da indústria e das ferrovias, que estabeleceram comunicação entre

os núcleos urbanos do comércio e as fazendas de produção, e trouxeram os fazendeiros para os centros urbanos. Esse deslocamento teve mais efeitos, no sentido de provocar uma urbanização, do que mudanças estruturantes na economia.

O conturbado início da República no Brasil, que alternou golpes militares e insurgências, teve como um dos avanços a Constituição de 1891. Uma de suas grandes novidades foi a instituição do sufrágio universal, em substituição ao voto censitário do Império (não esquecendo, claro, que o termo “universal”, naquele momento, só incluía o gênero masculino) e, com ele, a necessidade de pessoas alfabetizadas para votar.

As iniciativas no campo educacional realizadas durante o período da Primeira República merecem a atenção por indicarem esses avanços. Uma dessas iniciativas foi a criação do *Pedagogium*, órgão responsável pela reforma da instrução pública primária e secundária no Distrito Federal e do ensino superior, o que possibilitou o surgimento de faculdades livres e oficiais, e do Conselho de Instrução Superior no Distrito Federal (TEIXEIRA, 2009).

A necessidade de um projeto educacional para o período republicano passou a ser tema de debate nos meios intelectuais. De alguma maneira, a Constituição de 1891 tentou impulsionar o debate do direito à educação, disciplinando o seu processo nos artigos 35 e 72.

A instabilidade institucional permaneceu como característica principal da área educacional no âmbito público. Em 1892, a recém-criada Secretaria de Instrução Pública foi transferida para o Ministério da Justiça, diluindo-se em meio aos conflitos de natureza entre os dois órgãos, e sendo obrigada a reiniciar e reordenar completamente as suas ações (LAJOLO; ZILBERMAN, 2011). Pode-se dizer que a interrupção dos projetos e a mudança abrupta de rumos são marcas constantes de nossas políticas educacionais.

O início do período republicano reproduz parcialmente, com mudanças muito tênues, o que já acontecia no Império: o Estado brasileiro avançou para uma acentuada burocratização e aprofundamento do autoritarismo; a censura permanece presente e é intensificada com a produção editorial, refletindo-se na circulação de livros e ideias. Segundo Rubim (2007), essas marcas se estenderão a períodos posteriores na história de nossas políticas culturais.

No entanto, as carências e as lacunas patrocinadas pelo poder público se tornam ainda mais patentes com o aumento dos conflitos de interesses, que se avolumaram desde o

fim da escravidão e foram pela vinda dos imigrantes europeus e pela concentração de pessoas nos centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho. As cidades cresciam e, com elas, as necessidades dos novos habitantes de trabalho e inserção social.

De 1880 até os anos 1930, a sociedade brasileira dinamizou-se muito. A nova configuração social representava o resultado imediato do crescimento geral da população combinado com a política agressiva de incentivo à imigração estrangeira. Para completar, já na década de 1910 se observou um acelerado processo de substituições das importações – implementado durante a primeira e no final desta – o qual, unido à crise de agricultura, levou a que cidades e indústrias ganhassem importância renovada no cenário nacional. (SCHWARCZ, 2015, p. 325)

Apesar do aumento das demandas por serviços públicos nas cidades, a criação de serviços voltados ao livro e à leitura não acompanhou o ritmo de crescimento dos centros urbanos. Oliveira (1994) afirma que foram criadas vinte e sete bibliotecas públicas entre 1890 e 1930 em estados e municípios. Número insuficiente de equipamentos, o que não dialogava minimamente com as novas necessidades.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil experimentou um crescimento das cidades, o comércio e os bancos se expandiram, novas tecnologias como o telégrafo e as ferrovias foram implementadas. O crescimento da sociedade urbana não foi acompanhado do crescimento de bibliotecas públicas, que totalizaram apenas 27 entre 1890 e 1930, concentrando-se, sobretudo, na região sudeste (PAIVA, 2008, p. 27).

De acordo com Sauden (2000, p.53), em 1912, surgiu dentro da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, Distrito Federal, o primeiro curso de formação de bibliotecários, com nítida influência dos cursos estadunidenses e com quase nenhuma adaptação à realidade brasileira. O que nos diz sobre a falta de estrutura das bibliotecas locais, que não tinham sequer profissionais disponíveis para organizá-las.

A situação das bibliotecas públicas, as principais instituições atreladas à leitura no país à época, não avançou no período da República Velha; além de seu número insuficiente nos estados e municípios, elas ainda sofriam com a crônica falta de verbas, com acervos pequenos, pobres e desatualizados, desenvolvidos aleatoriamente por meio de doações e inadequados aos interesses cada vez mais diversos dos usuários.

A ausência de legislação e de programas educativos e culturais que envolvessem as bibliotecas são os principais motivos do atraso. O discurso oficial e a luta dos educadores pela universalização do ensino, pouco afetaram a situação das bibliotecas públicas e

escolares no Brasil. Mudou o regime político, mas as bibliotecas não mudaram. O mais grave de tudo disso está no fato de que as bibliotecas eram os lugares mais próximos de uma tentativa de democratização da leitura.

Não há um movimento nítido pela democratização da leitura e a criação de equipamentos adequados para tal mudança. Se o tema da alfabetização em massa é apenas um desejo adjacente às novas necessidades formais trazidas pela mudança de regime (a República necessitava de eleitores alfabetizados), a democratização da leitura não aparece nem sequer em discursos. Os livros ainda ocupam o lugar de distinção, sendo acessados predominantemente por privilegiados e ilustrados. O quadro, ou, pelo menos, a concepção de uma política pública de cultura, começa a se modificar um pouco a partir do período seguinte.

1.2. Capanema & Mário

As políticas culturais surgiram como uma política de Estado no Brasil no quadro de transformações políticas, econômicas e culturais internas e externas. A derrocada da Bolsa de Nova Iorque, o início da decadência da economia nacional baseada na monocultura do café, e mais adiante, o estabelecimento do Estado Novo, foram fatores determinantes na transformação da relação entre Estado e sociedade no país. Foi um período marcado pela ruptura com os ditames da República Velha, pelas necessidades provindas de uma população que migrava do meio rural para o meio urbano e pela onda conservadora e totalitarista pelo mundo (RUBIM, 2007).

Segundo Calabre (2007), foi no período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que, para impulsionar um projeto de desenvolvimento baseado no Estado, o Governo priorizou a construção de instituições voltadas a setores em que o poder público não atuava. Para tal, articulou políticas a partir da criação de órgãos voltados para o enfrentamento de entraves importantes ao nosso desenvolvimento. A educação e a cultura apareceram como parte desse pacote de demandas.

A construção do Estado Novo foi o segundo ato da Revolução de 1930; entretantes, houve a promulgação da Constituição de 1934. As exigências do capitalismo internacional e seu poder sobre os países subalternos, amparado no conceito de modernização, estavam entre os principais motivos da necessidade das reformas

introduzidas no Estado Novo. Medidas sociais autoritárias, que dialogavam com os direitos do trabalhador, constituíram uma estratégia que mesclava conservadorismo e liberalismo, e tinha como objetivo principal o controle social e a aceleração do processo de industrialização.

Segundo Bomeny (2001, p.10), a construção do Estado Nacional, após a vitória getulista na Revolução de 1930, foi marcada pela crítica à Primeira República (1889-1930) e ao domínio do pensamento das oligarquias cafeeiras. O que prevalecia, naquele momento, era a crença na eficiência de um modelo de Estado promotor de políticas sociais, centralizador e interventor em contraponto ao modelo tradicional utilizado na República Velha que, entre outros hiatos, não vislumbrava qualquer projeto de desenvolvimento nacional.

No que se refere à participação social, o Estado Novo getulista não ocultava o seu caráter repressor e centralizador, baseado em uma constante intervenção na vida do cidadão. De acordo com Santos (1979, p.6), o conceito de cidadania regulada indicou uma situação em que os direitos de cidadania eram arbitrados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ou seja, só era considerado cidadão apto o indivíduo que possuísse carteira de trabalho e, não apenas isso, que fosse também sindicalizado. A regulamentação do trabalho foi uma importante forma de controle social.

Para enfrentar o desafio da erradicação do analfabetismo e construir uma política nacional para a Educação, foi criado, no início da década de 1930, o Ministério da Educação e Saúde. O primeiro ministro da pasta, nomeado por Getúlio Vargas, foi o político mineiro Francisco Campos, ultraconservador, com um projeto claramente autoritário identificado com as correntes totalitaristas que grassavam na Europa (o fascismo, na Itália, e o salazarismo, em Portugal), e com as intromissões de setores conservadores da Igreja Católica nos padrões educacionais. (SCHWARTZMAN, 2000).

Em 1934, o também mineiro Gustavo Capanema substituiu Francisco Campos, dando início a um novo momento para as políticas de educação e cultura. Apesar de não se afastar muito do perfil ideológico do seu antecessor, o também conservador e católico Capanema mantinha uma interlocução direta com os liberais e até com setores da esquerda; ficou conhecido por seu diálogo com os intelectuais modernistas, tanto assim que trouxe o poeta Carlos Drummond de Andrade, que já havia trabalhado com ele em 1930 na Secretaria do Interior de Minas Gerais, para chefiar seu gabinete.

A segunda fase, que se desenrola de 1934 a 1937, corresponde ao governo constitucional, quando Vargas é eleito presidente por via indireta. Nesse momento, vem à tona a figura do chefe de um governo comprometido com um projeto liberal-democrático, respaldado pela Constituição de 1934, que, apesar de conter um capítulo de teor claramente intervencionista sobre a ordem econômica e social, consagrava os princípios liberais embutidos no movimento de 1930. Este, como ressaltado, foi um movimento bastante heterogêneo, marcado pelo entrelaço de tendências distintas e mesmo contraditórias, comportando tanto valores liberais quanto autoritários. Assim, as metamorfoses do primeiro governo Vargas estavam de alguma forma relacionadas com as tensões presentes no ideário político da revolução de 1930. (PANDOLFI, 1999, p.21)

O ministro Gustavo Capanema ampliou sua relação com o meio intelectual ao convidar escritores e outras figuras do campo artístico, de diferentes colorações ideológicas, para compor sua equipe, entre os quais: Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Se voltarmos à década de 1920, entenderemos a pronta resposta de tantos intelectuais ao aceno da burocracia estatal do pós-1930. Na área da educação, por exemplo, encontraremos as caravanas pelas reformas em praticamente todos os estados da federação. Os reformadores, pioneiros na defesa de um sistema nacional de educação, diagnosticaram a extensão do atraso brasileiro pelo analfabetismo em massa e clamavam por uma política de âmbito federal em favor da educação. As críticas são conhecidas. O Brasil era refém da voluptuosidade e do voluntarismo das elites locais; a educação brasileira, refém do elitismo, da imprevisibilidade de investimento, do desleixo dos governantes. Ressentia-se o país da falta de uma política de Estado que garantisse o acesso e o direito básicos à educação pública, leiga e gratuita. E não havia, sobretudo, planejamento, organização, confiança e regularidade nos projetos para o setor. (BONEMY, 2001, p.8)

O Ministério da Educação e Saúde deu início ao que podemos chamar de primeira política pública sistemática em âmbito nacional para a cultura. No pacote das políticas culturais e educacionais do Ministério, o setor do livro e leitura foi contemplado com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), que teve como principal finalidade estabelecer uma ação condutora das políticas de Estado para o setor.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Desde a década de 1920, os intelectuais modernistas vinham realizando uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas, em especial daquelas pertencentes ao ciclo do ouro em Minas Gerais. Outras iniciativas federais do período são a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL). Em julho de 1938 foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura, composto por sete membros (CALABRE, 2007, p.2).

A rivalidade entre o estado de São Paulo e o presidente Getúlio Vargas, iniciada na Revolução de 1930, aprofundou-se com a Revolução de 1932. A tentativa de revolução, que foi iminentemente paulista contra o Governo Federal e reclamava uma reforma constitucional, se contrapunha ao tenentismo. Foi articulada pelo Partido Democrático (PD), uma dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP), o partido da oligarquia cafeeira. Foi o momento em que ficou clara uma disputa, cujo cerne estava na capacidade de romper com a mentalidade da República Velha e criar um novo modelo de desenvolvimento para o país.

Derrotados em 1932, e diante da necessidade de se reinventarem, os paulistas uniram-se em torno de um projeto liberal, tendo como principal líder o engenheiro Armando Salles de Oliveira (um dos fundadores do PD). Salles, após acordo com Vargas, foi nomeado, em 1933, interventor no Estado de São Paulo, em uma aliança da burguesia liberal paulista com o presidente Getúlio Vargas. (BOMENY, 2001, p.68)

De acordo com Abdanur (1992), o modelo escolhido pelos liberais paulistas, perseguia uma espécie de democracia liberal, capitaneada pelos ilustrados, com o mínimo de participação da população em geral. Um projeto neoiluminista, autoritário e indutor de uma transformação verticalizada. Uma das principais diretrizes vinha da necessidade de educar o povo, para que São Paulo assumisse o protagonismo no país. A criação de importantes instituições no campo educacional e cultural, como a Universidade de São Paulo, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e o Departamento de Cultura, surgiram nesse contexto.

O Departamento de Cultura de São Paulo, criado em 1935 na gestão do Prefeito Fabio Prado, teve o escritor e intelectual modernista Mário de Andrade como seu principal artífice e articulador. A proposta do Departamento de Cultura veio pautada por um debate mais amplo, que desde muito vinha sendo travado entre os intelectuais paulistas, e cujo ponto culminante foi a Semana de Arte Moderna de 1922, na década anterior.

Cronologicamente, o estabelecimento das políticas públicas do livro e leitura se deu de forma concomitante: em 1935, com Mário de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo, e, em 1937, com as iniciativas de Gustavo Capanema, no governo federal, de criação do Instituto Nacional do Livro (INL).

O Departamento de Cultura de São Paulo e o Instituto Nacional do Livro, no âmbito federal, foram criados em um período de grandes transformações. Não surgiram, portanto, como fenômenos isolados. Era o momento de passagem de uma economia agrícola para uma economia de base industrial e de consolidação das instituições e das políticas públicas no Estado brasileiro. As duas instituições fizeram parte de uma tentativa de ruptura com tudo o que se identificasse com a República Velha.

Foi nesse contexto, logo após um período de conflitos políticos e ideológicos e de uma série de acordos para garantir a governabilidade, que o Estado brasileiro passou a tratar de forma sistemática das políticas culturais. Seu principal indicador foi a criação dessas instituições, que desencadearam um conjunto de ações e sedimentaram as políticas públicas.

Tanto o projeto paulistano como o getulista se inspiraram em um modelo autoritário e intervencionista. Aquilo que Teixeira Coelho (2012) denomina como política de dirigismo cultural, ou seja, a política cultural imposta por um projeto verticalizado sem participação direta da sociedade civil. As únicas formas de participação consistentes com este modelo eram os conselhos de notáveis ou de representações, nos quais os membros da sociedade civil eram escolhidos pelo poder executivo.

A seguir analisaremos com mais detalhes as duas instituições fundadoras do que pode se chamar de política do livro e leitura no Brasil: o Departamento de Cultura do município de São Paulo, e, no âmbito federal, o Instituto Nacional do Livro.

1.3. O Departamento de Cultura de São Paulo

Sob a gestão do Prefeito Fábio Prado, na cidade de São Paulo, e do Governador Armando de Salles Oliveira, instituiu-se oficialmente, no ano de 1935, o Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo. Aliados estrategicamente ao campo político oligárquico

paulista, os intelectuais modernistas foram os principais artífices desse processo. Mário de Andrade, Paulo Prado, Sergio Milliet, Rubens Borba de Moraes estiveram à frente da formatação daquele que viria a ser o primeiro Departamento de Cultura de uma cidade brasileira, e um marco da institucionalização das políticas de cultura no Brasil.

A articulação, do que viria a ser o Departamento de Cultura, já vinha acontecendo desde a década anterior. No período de 1926 a 1931, o citado grupo de intelectuais paulistas reunia-se para discutir a ideia de estruturar todas as atividades culturais da cidade de São Paulo e estabelecer diálogo com o poder público. Após 1931, todos se ligaram de alguma forma ao Partido Democrático, mas ainda não encontravam as condições concretas para ver as suas ideias vicejarem. O que ocorreu com a nomeação de Fábio Prado (PD), em 1935, como prefeito de São Paulo. Os membros do PD e os intelectuais modernistas tinham uma pretensão em comum: o rompimento com o projeto cultural das elites burguesas e intelectuais das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, predominantes nos fins do século XIX e, em especial, nas duas primeiras décadas do século XX, influenciados pelos ideais de “civilização” e de “progresso”. Era um embate de elites, mas trazia um respiro e possibilidades de avanço (ABADANUR, 1995).

A criação do Departamento de Cultura, da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo estava inscrita na concretização desse rompimento, que veio reforçada por uma reação da elite paulistana, após a derrota para Getúlio Vargas na Revolução de 1932. A resposta era ilustrada, a ruptura desejada pelos liberais paulistas vinha com intuito de alçar o Estado à liderança nacional amparado por um projeto educacional e acadêmico.

(...) consideramos oportuno chamar de ilustrados este grupo de elite paulistana que depois dos acontecimentos de 1932 esteve representado no governo de Armando Salles de Oliveira e na gestão de Fábio Prado, eles prepararam as bases de um projeto de unidade nacional a partir de São Paulo, que resolveria, segundo eles, os problemas políticos e os conflitos que a sociedade brasileira apresentava naquele momento. (ABADANUR, 1995, p.4).

A passagem de Mário de Andrade como diretor do Departamento de Cultura de São Paulo foi o principal marco da institucionalização das políticas de leitura no Brasil. O

Departamento de Cultura foi criado oficialmente pelo Ato nº 861, de 30 de maio de 1935⁵, e consolidado e modificado pelo prefeito Fábio Prado, através do Ato nº 1.146, de quatro de julho de 1936.

Naquele momento, houve o primeiro pouso político na carreira do poeta. Os nomes indicados para compor sua equipe no Departamento confundiam-se com sua ativa correspondência. O “departamento de missivas” começava a mudar o rumo das políticas culturais da “Londres de neblinas finas”, segundo Bomeny (2012, p.77). A partir da escolha dos responsáveis pelos setores, Mário de Andrade e equipe passaram a dar forma as políticas culturais do Departamento paulistano,

O Departamento de Cultura de São Paulo foi inicialmente estruturado em cinco divisões:

- Divisão da Expansão Cultural – Diretor: Mário de Andrade
- Divisão de Educação e Recreio - Diretor: Nicanor Miranda
- Divisão de Documentação Histórica e Social - Diretores: Sérgio Milliet e Bruno Rudolf.
- Divisão de Bibliotecas - Diretor: Rubens Borba de Moraes
- Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos - não chegou a ser implantada

Novas seções foram surgindo, como a de Teatro que ficou sob a direção de Antônio Alcântara Machado, a de discoteca pública com Oneyda Alvarenga e a Seção do Teatro Municipal com Paulo Magalhães.

No período de três anos em que comandou o Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade estruturou várias linhas de programas, envolvendo memória, música, folclore, leitura, cinema. Na área do livro e leitura, com a parceria de Rubens Borba de Moraes, Sergio Milliet e Lenyra Fraccaroli, Mário instituiu projetos importantes que influenciam, até o presente, várias ações de formação de leitor nos estados e municípios brasileiros.

No escopo das ações de todos os programas desenvolvidos pelo Departamento de Cultura, de acordo com Assis (2014), foram consideradas as necessidades de modernização

⁵ Histórico das Bibliotecas Públicas da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Historico%20geral%20SMB%20julho%2015_1435682896.pdf>. Acessado em: 21/08/2016.

e expansão do Estado - desafios republicanos, que configuravam os ideais do grupo dos modernistas - e as intersecções entre as áreas de cultura e educação, que geraram projetos e instituições como os Parques Infantis, a Divisão de Documentos Históricos, a Biblioteca Brasileira, a Discoteca Municipal, o Museu da Palavra, o Museu Municipal, o Cinema Educativo e as Missões de Pesquisas Folclóricas.

O período em que dirigiu o Departamento de Cultura, Mário pôde levar a cabo os ideais modernistas, ou se preferirem, os seus ideais. Uma das fissuras do Modernismo foi o descompasso entre a postura nacionalista revolucionária e as condições políticas para pô-la em prática. Como diretor, o modernista teve a oportunidade de redefinir o papel do intelectual no processo de modernização social, levando para o campo da ação o proposto pelo pensamento. Em sua curta gestão, o Departamento criou uma discoteca pública, o coral paulistano, o quarteto Haydn, promoveu o congresso da língua nacional cantada, fez o levantamento das construções coloniais para serem restauradas e preservadas pelo SPHAN, financiou pesquisas etnográficas e folclóricas (SILVA, 2006, p.80).

Um exemplo dessa conexão entre Educação e Cultura, foi o projeto dos Parques Infantis, que, segundo Faria (1994), deu a origem à rede de parques infantis em São Paulo. Afastando-se um pouco dos preceitos conservadores da época, Mário explorou nas atividades dos parques o lúdico e a imaginação das crianças. Essas crianças eram, no geral, filhos de operários. Desse modo, foi esta a primeira experiência de educação pública, não-escolar, de caráter popular no Brasil.

A primeira biblioteca infantil, a Biblioteca Monteiro Lobato, foi criada e inaugurada em 1936. Sua direção foi entregue à educadora e bibliotecária Lenyra Fraccaroli, que trazia consigo a experiência de formar leitores em sala de aula, utilizando-se de métodos heterodoxos, e de organizar a biblioteca escolar do Instituto Caetano de Campos.

Segundo Assis (2013), ao viajar aos EUA, ocasião em que visitou escolas e manteve contato com educadores, Lenyra havia observado as atividades de leitura, teatro e artes integradas ao contexto escolar. Foi então que ela adaptou essas ideias às suas aulas e à biblioteca do Instituto. As ações de Lenyra, por serem inovadoras, ocupavam espaço nos jornais da época e, logo, a notícia chegou a Mário de Andrade, que foi observá-las *in loco*. Assim, o convite foi feito e aceito.

A ideia, à época, era colocar a primeira sede da biblioteca infantil em um prédio anexo à Biblioteca Municipal na Rua Xavier de Toledo (ASSIS, 2013). No entanto, foi na

Rua Major Sertório, 638, Vila Buarque, que a biblioteca foi inaugurada e funcionou até 1944, quando foi transferida para a sede atual na Rua General Jardim, no mesmo bairro, e rebatizada com o nome de Biblioteca Monteiro Lobato. Esse primeiro movimento deu origem ao setor de bibliotecas infanto-juvenis do Sistema Municipal de Bibliotecas, um dos setores que mais influenciou as políticas para o livro e leitura na cidade.

Os segmentos da cultura tiveram, nessa primeira versão de um Departamento de Cultura no Brasil, uma razoável autonomia (dentro dos parâmetros organizacionais e burocráticos da época) e um mínimo de estrutura para enfrentar questões complexas, como o abandono e a ausência de séculos. As bibliotecas e as ações de leitura ocuparam um lugar prioritário, formal e programaticamente, nas predileções de Mário de Andrade.

Em uma aproximação com os conceitos de política cultural, vemos que a maior preocupação da Prefeitura de São Paulo com as bibliotecas públicas marca um posicionamento político com relação à atuação desse equipamento cultural na cidade (...). Outra questão importante a ser representada sobre o Departamento de Cultura diz respeito à fonte de recursos para realizar as diversas mudanças e propostas que a sua política cultural propunha (ASSIS, 2013, p.74-75).

O bibliófilo Rubens Borba de Moraes foi o responsável pela modernização dos serviços de biblioteca, tendo mostrado grande preocupação com a implantação de técnicas de organização e recuperação, normatização e criação de procedimentos para a manutenção do acervo da Biblioteca Pública Municipal.

A agenda crescia na proporção do entusiasmo e da expectativa das realizações. Movimentos intensos marcaram os três anos em que estive na direção. A compra de livros para várias bibliotecas (municipais, infantis, populares, circulantes e de bairros), foi possível pela previsão orçamentária que crescia na proporção do trabalho dos especialistas envolvidos catalogando, dispondo e abrindo ao público, sob a gestão de Rubens Borba de Moraes – ele próprio formado em biblioteconomia. (BOMENY, 2012, p.80)

O Departamento de Cultura de São Paulo contribuiu para instituir um formato híbrido entre aquilo que Teixeira Coelho (2012) conceitua como política de dirigismo cultural e política de democratização cultural. O modelo de implantação e de escolha das prioridades conotava o viés autoritário, centralizador e elitista, mas não deixava de trazer novidades e mudança de foco em relação ao que havia até então. Algumas mudanças efetivas, entre elas algumas políticas inovadoras que atendiam setores completamente esquecidos pelas elites, acabaram por democratizar e iniciar um diálogo, ainda que

embrionário, com novos públicos e novas demandas da cidade, que receberam atendimento inédito por parte do poder público.

Dentre as principais ações do Departamento de Cultura de São Paulo estão: a criação da Discoteca Pública de São Paulo, sob o comando de Oneyda Alvarenga; o início da construção do edifício da Biblioteca Municipal de São Paulo; os primeiros parques infantis; e o ônibus-biblioteca.

Sem pretender esgotar suas contribuições, pode-se afirmar que Mário de Andrade inova em: 1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. assumir o patrimônio não só como aquele material e tangível possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais (modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, literaturas, músicas, danças etc.) (RUBIM, 2007, p.15).

O golpe de novembro de 1937, que culminou na implantação do Estado Novo, foi progressivamente impondo limites às ações do Departamento de Cultura. Em 1938, Mário de Andrade deixou o cargo, após uma conversa vexatória com o prefeito Prestes Maia, nomeado pelo interventor Ademar de Barros. O prefeito não concordava com os excessivos gastos do Departamento e com aquilo que ele considerava ser exotismo dos intelectuais que o dirigiam. (BOMENY, 2008)

Apesar do curto período de sua gestão, quando Mário de Andrade foi demitido do Departamento deixou um saldo positivo para a cidade, com iniciativas concretas que aproximavam as ações culturais das ações educativas, como a implantação das bibliotecas infanto-juvenis, a padronização técnica da biblioteca central, a implantação do ônibus-biblioteca para atender locais distantes do Centro e levar a ação de leitura para os bairros populares.

Todas essas iniciativas foram determinantes para estabelecer o perfil das ações do livro e fomento à leitura na cidade nas décadas seguintes. A cidade de São Paulo herdou esse legado. A experiência precursora do Departamento de Cultura situou o município em um patamar privilegiado no que se refere às políticas públicas de cultura relativamente a

outras capitais do país. O Departamento de Cultura de São Paulo foi o primeiro organismo oficial (do poder público) a tratar exclusivamente de cultura no território nacional.

Em 1938, o ministro da Saúde e Educação, Gustavo Capanema, ofereceu um cargo ao diretor recém-demitido do Departamento de Cultura paulistano, Mário de Andrade. Após um breve período de reticências, o escritor decidiu trabalhar na Seção da Enciclopédia do INL. Os dois personagens centrais da fundação das políticas públicas de cultura e, por que não, do livro e leitura no Brasil, finalmente se encontram.

1.4. O Instituto Nacional do Livro

A despeito das inúmeras críticas e da inegável marca autoritária do seu primeiro governo, assinalado pela doutrina do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas foi o responsável pelo estabelecimento de importantes instituições que possibilitaram ao Brasil deixar para trás sua condição de país agrário, capitaneado por oligarquias ligadas a monocultura cafeeira, e dar os primeiros passos, ainda que tardiamente, em direção ao processo de industrialização.

Na educação e cultura, as demandas percebidas no início do período republicano necessitavam de respostas. A alfabetização e o acesso à educação básica faziam parte dos temas mais debatidos no país, sendo a leitura, um elemento subjacente. O livro permanecia em sua condição de ícone elitizado, e as bibliotecas mantinham-se como os lugares onde eles ficavam escondidos.

Coube ao mineiro Gustavo Capanema, nomeado por Getúlio Vargas, sob forte grande influência intelectual de Alceu Amoroso Lima, num pacto com os setores católicos, substituir Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública em 1934. Capanema tornou-se assim o terceiro comandante do Ministério criado no início da década.

A gestão Capanema, que durou até 1945, foi determinante para a consolidação das políticas públicas para os setores de educação e cultura. Segundo Bomeny (2012), Capanema é resgatado pela memória brasileira como grande incentivador da cultura, o ministro da arquitetura moderna, do incentivo às artes plásticas, da criação do Serviço de Patrimônio Histórico, do cinema educativo e da promoção das artes em geral.

Bragança (2009) relata que, em 1937, o Governo Getúlio Vargas, por meio da Lei nº 378, que reformulava o Ministério da Educação e Saúde e fundou a Universidade do Brasil, determinou a criação do Instituto Cayru, com o objetivo de organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional.

No mesmo ano, através do Decreto-Lei nº 93 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), com a função de ampliar os objetivos do Instituto Cayru, tendo como sede a Biblioteca Nacional. O decreto foi assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro Gustavo Capanema, a quem o INL era diretamente subordinado em virtude da relação institucional com o Ministério da Educação e da Saúde Pública.

Segundo o decreto que criou o INL, o objetivo inicial do Instituto foi difundir a cultura luso-brasileira, mediante a produção e distribuição de obras esgotadas e o lançamento de livros de autores contemporâneos, pouco atrativos comercialmente à indústria livreira da época; além disso, previa a elaboração de uma enciclopédia e de um dicionário e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas. Foram criadas três seções para estruturá-lo: a Seção de Dicionários e Enciclopédia, a Seção de Publicações e a Seção de Bibliotecas. Todas as publicações editadas pelo INL seriam distribuídas gratuitamente para as bibliotecas públicas e ele filiadas. (OITICICA, 1999)

Um Dicionário de Língua Nacional, aliás, estava nos planos do Ministro da Educação e da Saúde Pública há alguns anos, pelo menos desde 1936, como se depreende de uma carta do Padre Augusto Magne para Gustavo Capanema. Escrita em papel com timbre da Livraria, Papelaria, Litografia e Tipografia Pimenta de Mello & Cia., o padre apresentava ao Ministro na missiva um plano de publicação para o dicionário, com orçamento e preço proposto para a venda (CARVALHO, 2012, p. 546).

Segundo Araújo (2002), podemos dividir a história do Instituto Nacional do Livro em quatro fases:

- criação e consolidação (1937-1945) – gestão Augusto Meyer – lançamentos de livros, expansão das bibliotecas públicas e seus respectivos acervos;
- incremento às atividades editoriais (1946-1961) – segunda gestão de Augusto Meyer - neste período foram lançados a Campanha Nacional do Livro e o Serviço Nacional de Bibliotecas

- ação cultural e segurança nacional – terceira gestão de Augusto Meyer (1961-1967) e General Humberto Pelegrino (1967 a 1970) – criação da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) em 1966, aumento da distribuição de livros didáticos e literários.
- ideologia do planejamento – gestões de Maria Alice Barroso (1970-1974), Humberto Sales (1974-1985), Fabio Lucas (1985-1986), Osmirio Lacet (1986-1987) e Wladimir Murtinho(1987-1990);

As principais características das políticas públicas do livro e leitura no Brasil foram marcadas pelos avanços e pelas perdas de oportunidade dos diversos períodos da história do Instituto Nacional do Livro, sendo ele o principal referencial para as políticas instituídas posteriormente. O INL associou-se, historicamente, à produção e à distribuição editorial. Com breves períodos de respiro democrático, o INL foi marcado durante quase toda a sua existência pelo controle autoritário, valor subjacente a todos os programas do Estado Novo e que teve continuidade principalmente no período da ditadura civil-militar de 1964. O INL teve grande importância para o desenvolvimento das políticas públicas de leitura por estabelecer uma política de alcance nacional. A forte e presente marca das instituições se estabelecem como o fio condutor das políticas do livro e leitura. (BRAGANÇA, 2009)

Em sua primeira fase, durante a gestão do gaúcho Augusto Meyer, que durou todo o período do Estado Novo (TAVARES, 2014), houve expressiva participação dos intelectuais do movimento modernista na organização das ações do INL.

Depois de extinta a Universidade do Distrito Federal, na qual Sergio Buarque de Holanda fora professor assistente, ele foi convidado pelo Diretor Geral do Instituto Nacional do Livro, e seu amigo, o gaúcho Augusto Meyer, para chefiar a Seção de Publicações. Meyer era recém-chegado ao Rio de Janeiro para onde veio especialmente para o exercício do cargo. No INL, sempre acompanhado por velhos amigos como Rubens Borba de Moraes e Mario de Andrade, Sergio Buarque teve a oportunidade de fazer a vez de editor, decidindo sobre traduções, sugerindo, aprovando ou dispensando publicações e buscando parcerias com casas editoras privadas (CARVALHO, 2012, p.06)

No final de 1937, o Ministro Gustavo Capanema, convidou Mário de Andrade para assumir o Instituto Nacional de Artes da Universidade Federal, mas a opção do criador de Macunaíma seria a de substituir o poeta Américo Facó na coordenação da Enciclopédia Brasileira (TAVARES, 2014).

Mário aceitou o desafio, apesar de todos os desgostos que havia acumulado na abrupta demissão do Departamento de Cultura em São Paulo e que lhe haviam provocado muitas dúvidas para aceitar cargos públicos novamente, motivo pelo qual preferiu não ocupar uma posição de destaque no Ministério, optando por um papel mais obscuro.

Mário de Andrade adiantava-se, entretanto, à convocação, confessando “lealmente” a Carlos Drummond que ele preferia “coisa mais modesta e obscura”. Ele fazia valer sua proximidade com Capanema e o interesse do Ministro, confessando que “o tal lugar de chefe da seção do Dicionário e enciclopédia, do Instituto do Livro, me agrada bem mais”. Desta forma ele afirmava que não estaria em “muito grande evidência e poderei um bocado mais refazer o meu jardim” (CARVALHO, 2012, p.11).

Nesse período, o comando da Seção de Publicações do INL ficou a cargo do intelectual Sergio Buarque de Holanda, que logo foi substituído pelo historiador José Honório Rodrigues. Tavares (2009) relata que as primeiras edições do INL foram lançadas em 1939 e que, na sequência, foram lançadas importantes coleções como:

- Biblioteca do Estudante Brasileiro;
- Coleção de Obras Raras;
- Coleção Estudante;
- Biblioteca Filológica;
- Bibliografias de Autores Brasileiros;
- Bibliografia Crítica
- Bibliografias Documentais.

Em 1938, de acordo com Bragança (2009), o INL deu início ao cadastramento das bibliotecas públicas por meio de formulários que tinham como objetivo criar um diagnóstico e listar as principais necessidades de bibliotecas abertas ao público no território nacional. Esta foi a primeira iniciativa com o objetivo de registrar as bibliotecas públicas no país.

Gustavo Mayer dirigiu o INL desde sua fundação até 1956, com uma interrupção entre os anos de 1954 e 1955, quando foi convidado a lecionar em uma universidade alemã, sendo substituído por Adonias Filho. Em 1956, no governo Juscelino Kubistchek,

José Renato Santos Pereira assumiu a direção do INL e ficou até 1961. Seus principais legados foram: a publicação da *Revista do Livro*; a continuidade das edições cooperadas; e o lançamento da Campanha Nacional do Livro, por meio do Decreto nº 48.902⁶ de 1960 com os seguintes objetivos:

- organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhe as sucessivas edições;
- organizar e publicar obras de interesse cultural, inclusive a "Revista do Livro";
- diligenciar, por todos os meios a seu alcance, no sentido de ser aumentada, melhorada e barateada a edição de livros no país, e, bem assim, de ser facilitada a importação de livros estrangeiros;
- incentivar a organização e auxiliar a manutenção, em todo o território nacional, de bibliotecas públicas, escolares e consideradas de utilidade pública;
- promover a realização de cursos, destinados a formar os especialistas necessários aos serviços que lhe incumbem, além de outros, de extensão e aperfeiçoamento cultural;
- organizar congressos, festivais e exposições de livros, no país e no estrangeiro, em colaboração com a Biblioteca Nacional;
- distribuir prêmios às melhores obras publicadas no país;
- promover a realização de filmes documentos de divulgação do livro, de bibliotecas e de nossa história literária;
- financiar bolsas de estudo, no país e no estrangeiro;
- criar e manter bibliotecas-modélo e bibliotecas volantes em todo o território nacional;
- manter serviço de intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras ligadas ao livro;
- cooperar com os órgãos federais, estaduais e municipais de caráter cultural e relacionados com as suas finalidades;
- realizar quaisquer outras atividades para o pleno preenchimento de suas finalidades.

Nas gestões do general Humberto Pelegrino e de Maria Alice Barroso, o INL voltou a fortalecer o fomento às editoras, principalmente por meio das coedições, situação em que ocorrem transferências de recursos de valor considerável para as editoras privadas do país. (OITICICA, 1999).

A política de coedições patrocinava parte do custo de produção de textos responsabilizando-se também pela distribuição de sua cota de livros, objetivando com isso suprir bibliotecas públicas nos âmbitos estaduais e municipais. Essa prática serviu para compor uma política de formação verticalizada e centralizada de acervos, na qual

⁶Decreto nº 48.902, de 27 de Agosto de 1960, que institui a Companhia Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48902-27-agosto-1960-388305-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 21/08/2016.

municípios e estados recebiam as obras sem nenhuma participação na seleção das referidas obras.

Em 1961, o Decreto nº 51.223 criou o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNBP), com os objetivos de incentivar o intercâmbio bibliográfico entre as bibliotecas do país, estimular a formação de bibliotecas públicas, colaborar na manutenção das bibliotecas, promover a criação de redes de informações bibliográficas. Em 1967, o número de bibliotecas cadastradas no SNBP chegou a onze mil em todo território nacional.

Curiosamente, o SNPB foi estruturado em paralelo ao INL, tendo sido incorporado formalmente à estrutura do Instituto apenas oito anos depois de sua criação no final da década de 1960. Nesse período, o INL mantinha um serviço de orientação biblioteconômica que servia como fonte de consulta para as bibliotecas que não tinham estrutura para fazer o serviço de organização dos documentos. No mesmo ano, foi criado o Diagnóstico Preliminar de Cultura, que detectou problemas de composição de acervo, deficiência de pessoal, problemas de localização, meios de conservação, aparelhagem, comunicação e cooperação nas bibliotecas públicas (PAIVA, 2008).

Considerando o quadro político, econômico e cultural daquele período, as ações do INL não devem ser tomadas apenas nos seus pontos negativos. Sua contribuição para o desenvolvimento da biblioteca pública no Brasil foi expressiva, bem como no desenvolvimento da biblioteconomia para a formação de recursos humanos especializados (ROSA, 2006, p.187).

Na gestão de Maria Alice Barroso, a sede do INL foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília. A política para o livro foi deslocada da área cultural para a área educacional do Instituto. Foram mantidas as coedições com editoras comerciais, tais como José Olympio, Paz e Terra, Civilização Brasileira, Cultrix, Brasiliense, entre outras.

Em 1974, o escritor Herberto Salles assumiu a direção do INL substituindo Maria Alice Barroso. De início, o novo diretor manteve as políticas de coedições, que, no entanto, foram aos poucos arrefecendo, e o Instituto passou a perder força política. Logo após a saída de Herberto Salles, em 1985, o INL foi incorporado à Biblioteca Nacional. Seguiram-se três curtas gestões: Fabio Lucas, Osmário Alifait Lafet e Wladimir Murтинho, até o órgão ser extinto, em 1990, no governo de Fernando Collor (TAVARES, 2014).

Segundo Milanesi (1997), o INL, durante a sua existência, preocupou-se muito mais em fomentar o mercado editorial do que em estimular uma política de expansão das

bibliotecas públicas ou quaisquer políticas de democratização da leitura. No entanto, não podemos desprezar o fato de ter sido a primeira instituição a tentar estabelecer uma política integrada com os estados e os municípios.

O INL lançou as bases que até hoje influem nas políticas públicas do livro e leitura, tanto em âmbito federal quanto em suas reverberações estaduais e municipais. Pode-se dizer que, de certa forma, elas trouxeram avanços e mudanças de rumo no incentivo à produção editorial e na criação de novos espaços de leitura. Foram postas em prática mediante colaboração técnica e conceitual dos campos de educação e cultura, mas nunca promoveram, de forma satisfatória, a integração e o diálogo mais estreito entre as duas áreas.

1.5. O PROLER

A Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, enfatiza a autonomia político-administrativa dos municípios, assim como a descentralização de recursos e da gestão, o que estabeleceu um novo período na formulação e efetivação das políticas públicas. Na prática, a partir da vigência de nossa última constituição, a União foi estimulada a transferir aos estados e municípios a gestão e execução de um conjunto de políticas públicas.

Na contramão das recomendações da Constituição de 88, o governo do Presidente Fernando Collor (1990-1992) criou o maior trauma institucional e político para área de cultura, ao levar às últimas consequências o princípio neoliberal de enxugamento e cortes da máquina estatal. Se a estrutura existente no Estado já era insuficiente no começo da década de 1990, chegamos à quase inanição com a política de terra devastada patrocinada pelo Secretário de Cultura, Ipojuca Pontes, nomeado pelo Presidente Collor, logo no início de sua fulminante gestão, com a extinção do Ministério da Cultura.

Entre os organismos também extintos, estava o Instituto Nacional do Livro, que havia recentemente integrado a Fundação Pró-Memória (entre 1981 a 1984) e fora posteriormente incorporado à Biblioteca Nacional (1985). O receituário do estado mínimo iniciava a sua hegemonia no setor de cultura, escolha política que veio a dar o tom em toda a década de 1990.

Em abril de 1990, o Presidente promulgou a Lei nº 8.029, que extinguiu, de uma só vez, diversos órgãos da administração federal, em especial da área da cultura FUNARTE, Pró-Memória, FUNDACEN, FCB, Pró-Leitura e EMBRAFILME e reformulava outros tantos como o SPHAN. Todo o processo foi feito de maneira abrupta, interrompendo vários projetos, desmontando trabalhos que vinham sendo realizados por mais de uma década (CALABRE, 2005, p.07).

Nos estertores do Governo Collor, já a beira do processo de *impeachment* motivado por acusações de corrupção, foi assinado o Decreto nº 509, de 1992, que instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). O PROLER foi criado na gestão do Secretário Sergio Paulo Rouanet e ficou vinculado à Biblioteca Nacional, então dirigida pelo poeta Afonso Romano de Sant'Anna.

Estruturado em comitês situados em prefeituras, secretarias de estados e municípios, fundações culturais, universidades e outras entidades públicas e privadas acompanhados por um Conselho Deliberativo formado por gestores do MinC e representantes dos Comitês, o PROLER seguiu tortuosamente o princípio de descentralização de políticas públicas sugerido pela Constituição Federal de 1988.

Segundo Oliveira (2011), a proposta do programa teve sua origem em uma pesquisa intitulada “Por uma Política Nacional de Leitura” realizada, entre 1984 e 1989, por Eliana Yunes, professora da PUC-RJ, cujas bases foram extraídas do levantamento e análise da legislatura sobre as políticas do livro e leitura desde o início do período republicano.

A investigação (de Yunes) implicou um segmento que mapeava o engajamento do Estado em favor da leitura e do livro desde o século XVIII. O recorte de um século – 1889 a 1989 –, de um Brasil já inserido no modelo republicano, teve no acervo da Biblioteca Nacional a sua base de averiguação. A busca se concentrou na legislação do Estado brasileiro que, porventura, pudesse ter contribuído, de alguma forma, para a formação de políticas em prol da leitura (COELHO, 2009, p.16)

O programa teve como objetivo inicial a criação de uma rede nacional de unidades promotoras das práticas leitoras por intermédio de uma ação interministerial e interinstitucional, que deveria envolver os municípios, as universidades e os organismos da sociedade civil relacionados com o universo do livro e leitura. (COELHO, 2009)

As diretrizes e os objetivos que constituíram o PROLER apontavam para a valorização social da leitura juntamente com o desenvolvimento da cidadania e a promoção de políticas públicas para o acesso ao livro e leitura. Segundo Paiva (2008), três

eixos foram definidos para dar sustentação às ações do programa: fomento e divulgação, formação continuada dos agentes de leitura e pesquisa e documentação.

Como principais objetivos do PROLER Nacional destacam-se: promover ações de valorização social da leitura, por meio de uma política voltada para a formação de leitores e de mediadores de leitura; contribuir para a ampliação do direito à leitura, viabilizando o acesso a práticas de leitura e de escrita críticas e criativas, articulando a leitura com outras expressões culturais, integrando as práticas leitoras aos processos educacionais, favorecendo o acesso ao texto literário (...) (PROLER, 2009).

No quadro precário de desestruturação da máquina pública, que marcou os anos 1990, o PROLER mostrou-se ousado e inovador ao sinalizar para uma política pública que deu destaque à importância da mediação e à criação de uma rede de agentes nacionais, ao considerar a leitura como fator importante para a construção da cidadania (OLIVEIRA, 2009). No entanto, no que se refere à quantidade de recursos e a uma estrutura que facilitasse o arranjo com os estados e municípios, o PROLER apresenta a mesma fragilidade dos programas de leitura de outros períodos históricos.

Na tentativa de minimizar os problemas de gestão local, o programa previu desde a sua criação a organização de comitês municipais para gerir as ações e a organização local do PROLER. Vem daí, a importância da participação social e a responsabilidade dos atores locais. Os comitês locais funcionam como um órgão de acompanhamento e fiscalização das ações e demandas regionais e servem de referência para o Conselho Gestor. Quanto maior a articulação, maior a possibilidade de os projetos avançarem.

Com destinação de recursos prevista no orçamento anual da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), mas necessitando de parcerias no âmbito dos setores público (em níveis federal, estadual e municipal) e privado para expandir suas metas, o PROLER, diante da conjuntura que se apresentava, correu sérios riscos de naufragar. Mas tal não se deu; o projeto consolidou-se como um exemplo de iniciativa em prol da construção de práticas leitoras pelo país afora. (COELHO, 2009, P.14)

Através de uma visita ao site oficial⁷ do Programa, que está em vigor até a presente data, podemos averiguar as parcerias com instituições variadas como associações,

⁷ Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Disponível em: <<http://proler.culturadigital.br/conheca-os-comites-proler/>>. Acessado em: 24/04/2016.

fundações, secretarias de estado, municípios e universidades, a rede que dá suporte e mantém as ações do PROLER funcionando.

A Casa de Leitura⁸ foi criada em 1992, no âmbito da Biblioteca Nacional, e de início foi utilizada como sede do PROLER. Segundo Coelho (2014), a Casa foi criada para desenvolver o trabalho de formação para mediadores e gestores do programa.

A partir de 1998, foram criadas duas bibliotecas no âmbito da Casa de Leitura, uma infantil e outra juvenil, ambas abertas ao público. Tais bibliotecas têm como principal função servir como base de aprendizado e convivência com os livros para crianças das escolas se tornarem frequentadoras de bibliotecas públicas.

O Proler promove uma articulação do Estado com a sociedade, mobilizando e conciliando experiências governamentais e privadas, norteadas por atividades e estabelecendo prioridades com o objetivo de formar leitores para formar cidadãos. Nosso principal foco, embora não exclusivo, está nas escolas e bibliotecas públicas. A atuação do Proler desenvolve-se em duas frentes: ações centralizadas, realizadas na Casa da Leitura(...) (PSZCZOL, 2009, p.01).

Segundo Oliveira (2011), em 1996 a professora Eliana Yunes deixou a direção do PROLER passando o comando para a então presidenta da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil (FNLIJ), Elizabeth Serra. A nova direção mudou as características das ações de leitura fomentadas pelo programa. A abordagem mais detida no ato de ler em suas diversas formas, que valorizava referências textuais que não fossem necessariamente do livro, como filmes, obras de arte, etc., foi substituída por uma abordagem que privilegia a ação em torno do livro. Essa não foi uma pequena mudança no foco do PROLER, o programa perdeu grande força nas ações locais e na formação de mediadores, passando a se integrar às formas mais tradicionais de ação de leitura que privilegiam o livro antes do ato de ler.

O contexto histórico e a prevalência da ideologia do Estado mínimo levou o PROLER a concentrar forças na participação da sociedade civil em suas etapas de formulação, implantação e execução. Na primeira fase do programa, a ação local foi valorizada por causa da mobilização da sociedade civil, mas os recursos para promover as ações ficaram restritos aos orçamentos locais de estados e municípios⁹, na maioria das vezes insuficientes ou inexistentes, sem grande reforço de recursos da União. É uma

⁸ Casa da Leitura. Disponível em: <<https://www.bn.br/biblioteca-nacional/biblioteca/casa-leitura>>. Acessado em: 08/08/2016.

⁹ Entrevista realizada em 18/01/2016 com José Castilho Marques Neto, professor universitário, editor e gestor público.

equação complicada, que promove a descentralização das responsabilidades e atribuições, sem o respectivo recurso. O que dificulta a consolidação de uma política de corresponsabilidade e consolidação dos entes federativos como parceiros e fomentadores de uma política pública para o livro e leitura.

Segundo Marques Neto (em depoimento), o PROLER ganhou um novo impulso em 2009, no governo Lula, com a criação da Diretoria do Livro e Leitura no âmbito do MinC. O PROLER passou então a integrar os programas do MinC e foi contemplado com um recurso específico, tendo suas ações correlacionadas aos paradigmas do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Em 2014, o PROLER se desvinculou da FBN e passou à responsabilidade da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (DLLLLB) do MinC, com o repasse dos recursos sendo vinculado a essa Diretoria e à Secretaria Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura. O propósito desse deslocamento era integrar definitivamente o Programa às políticas patrocinadas pelo Ministério.

Iniciado nos anos 1990, como um programa que recomendava descentralização e ações locais, mobilizando um contingente relevante de profissionais e militantes, mas não conseguindo traduzir esse apoio na conquista de recursos e na consolidação de uma política, marcado pelas ausências do Estado no contexto do neoliberalismo, o PROLER é o típico exemplo de um período de transição entre modelos de políticas de Estado para o livro e a leitura. De todo modo, o programa se manteve e dialogou com realidades distintas.

É necessário frisar a diferença que existe entre os modelos de políticas criados pelo INL e a experiência oferecida pelo PROLER. Cabe distinguir, de início, o INL, que era uma instituição, e o PROLER, que surgiu como um programa que abarcava ações de leitura em todo o território nacional com o envolvimento direto dos estados e municípios.

A centralização excessiva criada pelo INL e seus programas e ações que deram ênfase à produção editorial, marcando assim uma longa relação com o mercado editorial, impregnou-se durante mais de cinquenta anos em nossas políticas para o livro e a leitura. Todas as outras ações do órgão ficaram subjacentes às parcerias com as editoras e à influência de um grupo limitado de intelectuais que mantinham sob controle as políticas do Instituto.

O PROLER trouxe duas grandes novidades às políticas do livro e leitura: a escolha da formação de leitores e a mediação de leitura como elemento central do programa e a inclusão inédita da sociedade civil no campo decisório das ações do livro e da leitura e a tentativa de deslocamento de atribuições para os estados e municípios. Essa mudança proporcionou a acumulação de importantes experiências para as instituições e os atores envolvidos, e veio a repercutir decisivamente nas políticas do livro e leitura na década seguinte.

2. PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA

O direito à leitura é determinante para a compreensão da necessidade e da conquista dos demais direitos fundamentais; a leitura é um invulgar ponto de passagem que permite ao cidadão o esclarecimento sobre a importância das conquistas coletivas. De acordo com Yunes (2005, p. 2), “a primeira necessidade de uma comunidade é reconhecer a prática da leitura como uma atividade que precede a maioria das conquistas sociais de seus integrantes”. Não é incomum associarmos os índices de leitura ao desenvolvimento de uma nação. Há um suposto consenso em torno dos benefícios da leitura, o que não representa necessariamente que essa consciência redunde em ações efetivas e na priorização das políticas públicas.

Um dos primeiros atos do governo Lula (2003-2006) em relação ao universo do livro e leitura, e que afetou diretamente os parâmetros da política para o setor, foi o sancionamento da Lei nº 10.753¹⁰, a Lei do Livro, em 2003. Apesar de uma demasiada ênfase no livro e não na leitura, o Governo apresentou de maneira embrionária e ainda tímida a intenção de aproximar os diversos segmentos do universo do livro das ações governamentais, para instituir o que viria a ser uma política nacional do livro.

No mesmo ano da criação da Lei do Livro no Brasil, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), juntamente com o Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe (CERLALC), cumprindo uma agenda regional, recomendava que os países associados unissem forças em prol de políticas na área do livro e leitura na América Latina. Segundo Marques Neto¹¹ (em depoimento), esses não eram movimentos aleatórios, mas uma articulação, no âmbito da América Latina, o que serviu de mote para que os marcos legais regionais e inter-regionais fossem constituídos.

A Lei do Livro e a recomendação da OEI unidas à articulação dos atores do livro e da leitura no país, foram alguns dos fatores que impulsionaram a elaboração do Plano Nacional do Livro e Leitura. (PNLL) O Plano começou a se concretizar, do ponto de vista

¹⁰ Lei do Livro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acessado em: 22/07/2016.

¹¹ Entrevista realizada em 18/01/2016 com Jose Castilho Marques Neto, professor universitário, editor e gestor público.

institucional, por meio de uma articulação entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC) e a sociedade civil. A mobilização e pressão exercida pelos diversos segmentos de leitura em torno do PNLL foi o elemento que caracteriza seu ineditismo e importância. Um exemplo concreto da longa transição entre o período autoritário da ditadura civil-militar, o momento neoliberal e o amadurecimento da democracia.

Em 2005, aconteceu o Vivaleitura¹² - a versão brasileira do “Ano Ibero-Americano de Leitura” - o que resultou no encontro dos diversos movimentos de leitura do país, provenientes de várias cidades e várias linhas metodológicas e ideológicas. O momento era de abertura, concentrando-se no debate nacional em torno da construção de uma política pública plural para o livro e a leitura. O prêmio Vivaleitura trouxe uma inovação importante em relação aos tradicionais prêmios da área do livro e leitura: foram contemplados ação de incentivo e os mediadores de leitura, uma mudança significativa em uma área cujo espaço foi tradicionalmente tomado por escritores e pelo mercado editorial.

Segundo Marques Neto (em depoimento), a partir de junho de 2004 até dezembro de 2005, aconteceram os encontros preliminares e de consulta para colher sugestões, diretrizes e acumular discussões para a futura construção do PNLL. Na ocasião, estiveram envolvidas todas as macrorregiões brasileiras (por meio de encontros realizados nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pará e Ceará). O Ano Ibero Americano de Leitura funcionou como um catalisador dos grupos do Brasil inteiro, que serviu como vitrine para os diversos projetos de leitura e mobilização.

O processo amadureceu e se aprofundou e os debates aconteceram em torno de 150 reuniões públicas em todo o País nos anos de 2005 e 2006. O momento era de sugerir e acumular informações para construção do Plano. As consultas públicas foram feitas em vários formatos: congressos, debates, palestras, oficinas, seminários e mesas redondas - com o objetivo de colher sugestões e aprofundar debates sobre os temas do livro e da leitura. O entusiasmo gerado em torno dos debates criou uma grande oportunidade de participação de segmentos, que antes não dialogavam, sugerindo e acumulando informações para a construção do Plano.

¹² Prêmio VIVALEITURA. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/03/premio-vivaleitura.pdf>>. Acessado em 21/07/2016.

Participaram dos debates pelo Brasil os representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade (ONGs e fundações), empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

A participação de atores locais (dos estados e municípios), tais como profissionais, militantes, ativistas, foi um fator fundamental para a consolidação de uma rede concatenada para elaboração de políticas públicas.

Segundo Marques Neto (em depoimento), o PNLL foi apresentado como sendo um documento norteador constituído por eixos, princípios e metas, que viria preencher um vácuo no que se refere à consolidação de políticas públicas no país. Tratando-se de um marco legal para construir as diretrizes, criar instâncias de regulação, estimular o acompanhamento e desenvolvimento de canais para estabelecer os parâmetros lógicos e os fundamentos, dando ênfase às políticas públicas do livro e da leitura.

Um dos diferenciais da gestão de Gilberto Gil, primeiro titular do MinC no governo Lula, foi a busca de uma mudança no conceito de cultura que norteasse as políticas públicas de cultura. O exercício de aproximação com o conceito antropológico de cultura agregado ao desejo de ampliação e democratização do acesso aos bens culturais marcaram a política do MinC no período.

Segundo Rubim (2013), foi exatamente o deslocamento de prioridades e a disposição em ouvir de forma ampliada a sociedade e torná-la um ator ativo e participante na construção das políticas que aproximaram a base de formulação das políticas públicas da gestão Gilberto Gil no MinC do conceito antropológico de cultura. Na prática, a intenção era expandir o número de segmentos, produtores culturais, artistas, de variadas formas de expressão contempladas pelas políticas públicas, e, dessa forma, ampliar as interlocuções do poder público com a sociedade.

O alargamento do diálogo Estado/Sociedade trouxe novas demandas e com elas surgiram novos problemas que antes não eram enfrentados, além dos históricos anacronismos: o orçamento limitado; as dificuldades de gestão; a relação com grupos que se autogeriam e trabalhavam na total informalidade; a formatação de ações e projetos que

incluíssem modalidades artísticas que nunca foram contempladas pelas políticas pública. A polifonia de vozes e demandas aumentou o desafio.

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade (BOTELHO, 2001, p.74).

Na medida em que se expandiram os segmentos e as manifestações culturais a serem atendidos pelas políticas públicas, aumentou a importância dos instrumentos de participação na elaboração dessas políticas. Em comparação com outros períodos históricos, a participação social estava no centro das preocupações do MinC, principalmente no primeiro período do governo Lula.

[...] toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de *do-in* antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país... (GIL, 2003, p. 3)

Tanto o Plano Nacional de Cultura¹³ (PNC), que foi instituído em 2010 pela Lei nº 12.343, como os respectivos planos setoriais nacionais das distintas linguagens artísticas e expressões culturais (livro e leitura, cultura popular, patrimônio, etc.) são instrumentos desse processo de participação e do aumento de abrangência dos setores e expressões assistidos pelas políticas públicas.

O PNLL foi pioneiro na institucionalização das políticas de cultura; em agosto de 2006 no decreto que envolveu o MinC e o MEC e na ratificação consensual do documento final em dezembro do mesmo ano. Ocupou os espaços interinstitucionais nesse contexto e foi dando sentido a todas as suas articulações, dentro dos ministérios lulistas de criação de documentos norteadores nos diferentes segmentos da cultura, tendo como tronco principal o Plano Nacional de Cultura e como força motriz a participação popular. Assim, o PNLL

¹³ Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>>. Acessado em 07/06/2016.

foi um dos produtos do conjunto de modificações implantadas na gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura.

Está claramente indicado na meta 46 do Plano Nacional de Cultura:

Cem por cento dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados. Instalar colegiados e elaborar planos de cultura para todos os setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (BRASIL, 2010)¹⁴.

Portanto, a descentralização dos planos é uma etapa importante no intuito de possibilitar o diálogo e as ações concatenadas entre estados, municípios e União, além de obedecer à lógica de descentralização da construção das políticas, da sua gestão e da aplicação de recursos recomendada pela Constituição de 1988, que historicamente carece de ações efetivas e de regulamentação no âmbito da cultura.

O governo brasileiro nos dois mandatos do Presidente Lula retomou a luta pelo livro, a leitura, as bibliotecas e a literatura com a necessária perspectiva e escala de política pública. Esta retomada, comandada pelo Ministério da Cultura e o da Educação, criou em 2006 o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL - que se estabeleceu, após quatro anos de implantação e forte atuação indutora junto aos governos, como uma real possibilidade do nosso país obter uma Política de Estado para o setor (MARQUES NETO, 2010, p.13).

Segundo Marques Neto (em depoimento), o PNLL, por propor um sistema que contempla os três entes da Federação, só se completa como um plano sistemático e abrangente, quando estiver sendo implantado em todos os municípios do país. As articulações em torno dos planos estaduais e municipais, é que mantém a ideia do plano e a importância das políticas aplicadas no cotidiano. Na prática, toda a política pública se realiza nos municípios por meio dos projetos, programas e ações. Em uma nação democrática, as políticas públicas ganham espaço no cotidiano e relacionam-se com as práticas, por meio de um processo de legitimação.

Um dos fundamentos do PNLL é operar na intersecção entre as áreas de educação e cultura. Um dos primeiros desafios de um plano geral para ambos os setores, é tornar possível o diálogo produtivo entre os atores da educação (professores, coordenadores pedagógicos, educadores, mediadores de leitura) e da cultura (escritores, bibliotecários,

¹⁴ Meta 46, Plano Nacional da Cultura. Disponível: <<http://pnc.culturadigital.br/metas/100-dos-setores-representados-no-conselho-nacional-de-politica-cultural-cnpc-com-colegiados-instalados-e-planos-setoriais-elaborados-e-implementados/>>. Acessado em 07/06/2016.

agentes culturais, mediadores de leitura, contadores de histórias). Para tanto, é necessário deixar claro que esta divisão de atores não é rígida.

Em seu depoimento Marques Neto explica que o PNLL começou a ser pensado a partir de uma visão que preconiza a descentralização e a diversidade (étnica, de gênero, social, cultural), critérios inspirados na Constituição de 1988, que buscam romper com o conceito elitizado e verticalizado presente nas políticas culturais herdadas do período autoritário da ditadura civil-militar.

Ao seguir os parâmetros estabelecidos pela UNESCO, o PNLL se respaldou em fatores qualitativos (poder simbólico do livro e sua valorização no imaginário do povo) e quantitativos (garantia do acesso ao livro para toda a população). Por meio dos critérios adotados no PNLL, o acesso ao livro está diretamente ligado à competência em informação e o aprendizado ao longo da vida.

Pela primeira vez na história das políticas públicas do livro e leitura no Brasil, a literatura e a leitura foram compreendidas como direito fundamental e como integrantes dos direitos humanos. Como salienta Marques Neto, em seu depoimento: a visão da leitura como fator de emancipação, formulada por Paulo Freire, conectada com o conceito de literatura como direito humano, formulado por Antônio Cândido, define idealmente o que seria o PNLL no âmbito de um regime democrático, em que os direitos básicos são respeitados.

O arcabouço teórico do PNLL compreende a leitura e a escrita como práticas sociais e culturais, afirmando sua importância na construção da cidadania, na facilitação do intercâmbio cultural e na garantia à diversidade. A concepção de escrita usada no plano é aquela que ultrapassa os códigos da escrita alfabética, valorizando os elementos verbais e não-verbais, atingindo a leitura por meio de suas tradições orais e das novas textualidades que surgem com as inovações tecnológicas (Marques Neto, 2010, p.44-45).

Os eixos norteadores do PNLL foram constituídos no período de consultas públicas (2005-2006) e congregaram demandas e experiências dos diversos segmentos da cadeia do livro e leitura. A conceituação de cada eixo está diretamente ligada às ações concretas e às recomendações para implantação de políticas do documento oficial:

- **Eixo 1 – Democratização do Acesso:** implantação de bibliotecas, fortalecimento da rede atual de bibliotecas, conquista de novos espaços de leitura; distribuição de

livros gratuitos, melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão de leitura, incorporação e uso da tecnologia de informação e comunicação;

- **Eixo 2 – Formação de Mediadores:** projetos sociais de leitura, estudo e fomento à pesquisa na área do livro e leitura, sistemas nas áreas de biblioteca, bibliografia e do mercado editorial, prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais do livro e leitura, publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e leitura,
- **Eixo 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico:** ações para converter o fomento às práticas sociais de leitura em Política de Estado, ações para criar consciência sobre o valor social do livro e leitura;
- **Eixo 4 - Desenvolvimento da economia do livro:** desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura, apoio à cadeia produtiva do livro, maior presença no exterior da produção nacional literária, científica e cultural editada.

As bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas são os equipamentos que tradicionalmente representam os campos da educação e da cultura na formação de leitores. Aqueles que ficam mais próximos da população e que são reconhecidos como equipamentos ligados à leitura. As políticas de formação de acervos de ambos os equipamentos são as principais indutoras da ação desses equipamentos. Elas podem ser usadas como um dos parâmetros a serem analisados para verificar as possibilidades de construção de uma política pública conjunta para as bibliotecas públicas e escolares.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Ministério da Educação desenvolveu diversos programas de distribuição de livros sendo os quais:

- **Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL) – 1984-1987:** parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e as universidades que se incumbia da formação dos professores, com o objetivo de distribuir livros e ambientar as salas de leitura:
- **Pró Leitura de Formação do Professor (1992-1996)** – parceria entre o MEC e o governo francês envolvendo todos os níveis da educação no desenvolvimento da prática leitora em salas de leitura e bibliotecas escolares;

- **Programa Nacional Biblioteca do Professor (1994-1997)** – voltado para os professores do ensino fundamental, atuava em duas linhas: a aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e a produção de materiais voltados à formação docente;
- **Programa Nacional das Bibliotecas Escolares (PNBE)** – criado em 1997, e até hoje não interrompido, tem como objetivo a aquisição e a distribuição de acervo para bibliotecas escolares estaduais e municipais, utilizando recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- **PROLER** (citado na seção 1) – foi criado em 1992, no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional, e existente até o presente, de alguma maneira aproximou as áreas de educação e cultura. Uma parte dos recursos utilizados pelo programa é proveniente do FNDE. As ações constitutivas acontecem tanto em equipamentos ligados à área cultural (bibliotecas públicas, centros culturais, etc.) como à área educacional (bibliotecas escolares, salas de leitura, etc.).

É importante entender esses programas de formação de acervo que geralmente ignoram a formação de leitores. As políticas do livro e leitura são historicamente marcadas por serem “políticas do livro”. Quando resolvida a questão material, que implica na aquisição de acervos junto ao mercado editorial pelo Estado, aparecem as questões mais complexas ligadas à formação dos leitores, geralmente tratadas de forma improvisada, aleatória e sem o condizente recurso para dar conta da complexidade da formação do leitor. Formamos acervos, mas não formamos leitores, vem daí a importância de ouvir os diversos atores envolvidos no processo de construção das políticas públicas.

Depois da mobilização e do debate no âmbito da sociedade civil, aconteceu o momento de institucionalização do modelo de cooperação entre governo e sociedade civil. O que garantiria a estrutura e o marco legal para essa fase do processo, com a criação de um Conselho Diretivo, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo. Trata-se da institucionalização do PNLL, convergente com a participação social.

Notamos que uma das maiores dificuldades de construção de políticas públicas de leitura, é o fato de que elas estão inseridas em uma conjugação em que cultura e educação são elementos indissociáveis, no que se refere a conteúdo e, também, no campo institucional. O que se apresenta como uma qualidade, no que tem de complementar e

abrangente, passa a ser um problema, sobretudo por questões ligadas à formulação e à aplicação de políticas.

Desde a sua fase embrionária, o compromisso era de que o PNLL fosse construído em parceria com a sociedade, com o reconhecimento institucional por dois ministérios. O que, se não garantia a sua transversalidade na aplicação das políticas, ao menos conquistava o reconhecimento das competências das áreas de educação e cultura nas políticas por ele ensejadas.

Do ponto de vista institucional, educação e cultura são setores que raramente dialogam para a construção de políticas integradas. Em geral, equipamentos culturais e educacionais raramente estabelecem práticas conjuntas, para além de ações pontuais. Apesar de todas as constatações de complementaridade entre as áreas, elas não estão refletidas nas políticas específicas de cada área. As políticas do livro e leitura para a educação e para a cultura não estabeleceram diálogo durante sua história

Na prática, as ações de cultura e de educação relacionam-se, de forma constante, na formação do leitor. O caráter educacional da leitura, centrado na alfabetização, no letramento e na compreensão dos estilos literários encontra-se com o caráter cultural da leitura, inscrito na fruição, na diversidade de usos, nos intercâmbios e na interação das diversas modalidades de escrita e das diversas formas de leitura.

O grande hiato entre educação e cultura deve-se menos aos aspectos de conteúdo da leitura e escrita, do que às questões institucionais em que operam as ações educativas e culturais nos campos da gestão e das ações patrocinadas. Não se trata de dificuldades conceituais. Quando muito, tais diferenças servem para encobrir uma falta de disposição para o diálogo e para a construção de um projeto em comum.

Como assinalado anteriormente, em 2006, o Governo Federal, em uma cooperação entre o MinC e o MEC, oficializou por meio da Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). O documento com o texto final foi aprovado em 19 de dezembro de 2006, em reunião da Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL), com a participação de representantes indicados pelos dois ministérios e representantes da sociedade civil.

O MinC lançou, em outubro de 2007, o Programa Mais Cultura, que trouxe uma previsão orçamentária de R\$ 4,7 bilhões em um quadriênio (até 2010), com os objetivos de agir de forma expressiva na sociedade, atingir os vários segmentos da cultura e compor um

programa em parceria com instituições públicas e privadas, em que as diversas linguagens culturais estivessem presentes.

Segundo dados fornecidos pelo MinC, entre 2003 e 2010, foram investidos cerca de R\$ 400,5 milhões (quatrocentos milhões e quinhentos mil reais) em políticas públicas de livro e leitura. Parte desse investimento veio juntamente com o Programa Mais Cultura. O valor representa histórico aumento nos recursos para a área do livro e leitura. O que indica tanto a mobilização para a construção de políticas públicas, como a viabilização das condições efetivas para a implantação dos projetos da área nesse período.

Iniciado em 2009, o programa “O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios” visava fomentar a elaboração de planos estaduais e municipais do livro e da leitura, mobilizando e assessorando as administrações locais para o seu desenvolvimento e implantação com base em planejamento participativo, a ser desenvolvido com a sociedade e com os gestores locais das áreas de cultura e educação.

Ainda no ano de 2009, foi criada, no MinC, a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), por meio do Decreto nº 6.835. A DLLLLB tornou-se o órgão responsável por planejar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação do Plano Nacional de Livro e Leitura, no âmbito dos programas, projetos e ações deste ministério. O organismo que iria colocar em prática a política ensejada pelo PNLL em âmbito federal e em paralelo induzir os estados e municípios a implantarem programas, projetos e ações norteadas pelos quatro eixos do Plano. A formulação e indução foram os principais papéis exercidos pela DLLLLB, isso acrescido a injeção de recursos, criou um ambiente propício para a expansão das políticas públicas do livro e leitura no Brasil. Mas era apenas um primeiro passo.

Desde então, a DLLLLB teve quatro diretores em cinco períodos diferentes:

- Fabiano dos Santos Piúba (2009-2011): da criação da DLLLLB até a saída do Ministro Juca Ferreira
- Antonieta Cunha (2012-2013): durante a gestão da Ministra Ana de Holanda
- Fabiano dos Santos Piúba (2013-2014): pela segunda vez, na gestão da Ministra Marta Suplicy.

- Jeferson Assumpção (2015): por um curto período, na segunda gestão do Ministro Juca Ferreira.
- Volnei Cônica (2015-2016): durante a segunda gestão do Ministro Juca Ferreira até a ruptura institucional.

A DLLL B foi estruturada por meio de três Coordenações-Gerais e uma Coordenação de Biblioteca Demonstrativa¹⁵:

- Coordenação-Geral de Leitura (2009-2014)
- Coordenação-Geral de Literatura e Economia do Livro (2009-2014);
- Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas (2014-2016);
- Coordenação da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Sales

Um dos objetivos mais relevantes alcançados pela DLLL B foi o de zerar o número de cidades sem biblioteca no Brasil – lembrando que essa meta já havia sido citada na Lei do Livro em 2003 - os principais programas, projetos e ações desenvolvidos pela DLLL B nesse período (2009-2016) todos pautados pelo PNLL, foram:

- **Agentes de Leitura:** ação federativa oriunda do Programa Mais Cultura que objetiva a seleção, formação e apoio a atividades de mediação de leitura por jovens de 18 a 29 anos junto a comunidades, preferencialmente cadastradas no Programa Bolsa Família.
- **Projeto Cidadania e Leitura:** o Projeto Cidadania e Leitura foi desenvolvido com base na expertise do projeto Agentes de Leitura para formar mediadores de leitura dentre professores e bibliotecários aposentados para atuarem, preferencialmente junto aos usuários de bibliotecas comunitárias, ampliando as ações dos Comitês PROLER;
- **Prêmio Leitura para Todos:** lançado através do Edital DLLL B/FBN nº 02/2014 foi identificar projetos voltados para a formação de leitores e para a promoção de

¹⁵ <http://www.bdb.org.br/> (acesso em 14/08/2016)

acesso ao livro e à leitura, cuja metodologia aplicada contribua para a ampliação e o fortalecimento de práticas de leitura em ambientes físicos e sociais diversos como creches, associações comunitárias, sindicatos, fábricas, hospitais, asilos, presídios, praças, parques, empresas, centros comerciais, postos de saúde, aeroportos, estações de trem, metrô e ônibus, além de outros espaços.

- **Prêmio Viva Leitura:** instituído em 2005, no Ano Ibero-Americano de Leitura, sob a responsabilidade dos Ministérios da Cultura e da Educação, teve oito edições até o momento, foram seis de 2005 a 2010 e duas em 2014 e 2015. Seu objetivo é de estimular ações de leitura em variados espaços como: bibliotecas públicas, privadas e comunitárias, escolas públicas e privadas, ONGs, instituições privadas, universidades e faculdades;
- **Edital Bolsa de Circulação Literária:** lançado em 2012 e executado ao longo de 2013, esse edital destinou-se ao fomento de projetos de circulação literária, por meio de oficinas, contação de histórias e palestras de escritores em localidades inseridas em Territórios da Cidadania;
- **Edital Bolsa de Criação Literária:** lançado em 2012 e executado até 2013, esse edital fomentou a produção literária de autores iniciantes, por meio da concessão de bolsa para criação de textos inéditos nos gêneros lírico (poesia) e narrativo (romance, conto e crônica);
- **Programa Livro Popular:** em 2012, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) implantou um projeto piloto que estruturaria as bases para criação e manutenção do programa denominado “Livro Popular”, com a finalidade de ampliar o acesso ao livro e a leitura e fomentar a produção e a comercialização de livros, adquiridos através de preço acessível, no valor de até R\$ 10,00. O principal objetivo do programa foi o de ampliar e atualizar o acervo das bibliotecas de acesso público e pontos de leitura, por meio da doação de livros por parte do Governo Federal;
- **O Edital Bolsa de Fomento à Literatura:** tem como objetivo contribuir para o fortalecimento criativo do livro com foco nos seguintes objetivos: incentivar a criação, a produção e a difusão literária nacional; fomentar a formação e a sustentabilidade de escritores brasileiros; valorizar e promover a bibliodiversidade; apoiar a pesquisa no campo da literatura brasileira; e estimular a fruição e a leitura literária;

- **Fomento a Feiras de Livros e Eventos Literários em Âmbito Nacional:** entre 2007 e 2012, foi realizado, no âmbito da FBN, o edital de apoio às feiras de livros, que apoiou 16 feiras de livros em municípios de pequeno e médio porte, e foi realizado o projeto Caravana de Escritores, por meio de um convênio realizado com a Câmara Brasileira do Livro (CBL), que consistiu em viabilizar a participação de escritores de literatura brasileira em eventos literários realizados no país. Em 2014, a DLLLB lançou um novo edital, voltado para o fomento da economia do livro, promoção da leitura e difusão da literatura e do conhecimento, com ênfase no fortalecimento do Calendário Anual de Feiras de livros e Eventos Literários;
- **Participação do Brasil em Eventos e Feiras Internacionais:** proposta iniciada em 2007 em um encontro no Chile com vistas a promover e valorizar a literatura brasileira e ampliar o mercado editorial brasileiro no exterior, por meio da participação do Brasil como país homenageado em feiras de livros e eventos literários internacionais. Nos últimos quatro anos, o Brasil tem o seguinte histórico de participações organizadas pelo MinC, realizadas por meio do Centro Internacional do Livro, no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional - FBN: Feira Internacional do Livro de Bogotá (2012); Feira do Livro de Frankfurt (2013) e Feira Internacional do Livro Infantil de Bologna (2014), participação de Honra no Salão do Livro de Paris (2015);
- **Fomento à Produção, Distribuição e Difusão de Livros em Formato Acessível:** o objetivo é ampliar o acesso à leitura e ao conhecimento das pessoas com deficiência visual em face à escassez de títulos e outros materiais de leitura, acessíveis em bibliotecas públicas e livrarias. A DLLLB lançou, em parceria com a Diretoria de Direitos Intelectuais – DDI/SPC, o edital de Fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível com o objetivo de apoiar a criação e instalação de espaços de produção, distribuição e difusão de livros em Braille, Daisy ou em outro formato acessível a pessoas com deficiência visual nas cinco regiões do país, visando atender demandas e particularidades regionais.

Com os projetos da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLB) plenamente integrados aos quatro eixos do PNLL, a parceria entre os setores do livro e da leitura no MinC conseguiu imprimir uma dinâmica inédita na área do livro e leitura. É

nítida, a mudança em relação aos programas que privilegiavam acervo em detrimento da formação do leitor. No âmbito federal, as ações da DLLLB foram o primeiro resultado das articulações em torno do PNLL. Faltava, ainda, consolidar o processo por meio da institucionalização do Plano, que estava amparado apenas em uma portaria.

O processo de consultas para instituir o PNLL foi retomado no ano de 2009. Foram realizadas, de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, 24 assembleias estaduais do livro e da leitura, reunindo gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e profissionais que atuam nas cadeias produtiva e criativa do livro.

Os encontros tinham como objetivo avaliar os quatro anos de implantação do plano no âmbito federal (2006 a 2010), por meio dos resultados qualitativos e quantitativos dos programas implantados pela DLLLB. Avaliação que se amparava nos quatro eixos do PNLL e na sua repercussão nos estados e municípios. Alguns consensos foram retirados da primeira avaliação do PNLL:

- transformação do plano em lei federal (naquele momento era apenas uma portaria) para que ele atingisse uma situação mais estável e fosse o condutor para a construção de uma política de Estado;
- o fortalecimento do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura do MinC como fórum permanente de debate e espaço de discussão entre Estado e sociedade;
- a fixação dos marcos legais, amparados na Constituição, que tornam possíveis os projetos, programas e ações preconizados pelo PNLL;
- a institucionalização de uma nova estrutura de governo que deve ser instituída no âmbito federal.

Segundo Marques Neto (em depoimento), foram elaboradas as bases da concepção do PNLL a partir das relações entre Estado e Sociedade, Educação e Cultura junto aos quatro eixos do plano. Os eixos estratégicos e as linhas de ação do PNLL foram intensamente debatidos e as sugestões das assembleias foram levadas à Pré-Conferência Nacional do Livro e da Leitura, que aconteceu em Brasília, em março de 2010.

Em 2011, no início gestão de Ana de Hollanda no MinC, a DLLLB foi incorporada à Fundação Biblioteca Nacional, então presidida por Galeno Amorim. O então Secretário do Plano Nacional do Livro e Leitura, José Castilho Marques Neto pediu demissão por não

concordar com a medida. A DLLL B foi dividida em duas partes, as coordenações foram deslocadas para a sede da FBN no Rio de Janeiro e o restante ficou em Brasília.

Segundo Marques Neto (em depoimento), a transferência de parte da estrutura da DLLL B para a sede da FBN criou sérios problemas administrativos e de gestão, no que se refere às tramitações burocráticas e à gestão de projetos. Houve um retrocesso em programas como os “Agentes de Leitura”, os Pontos de Leitura e o Programa de Modernização de Bibliotecas, pois as prioridades foram todas concentradas no “Programa Livro Popular”. Parte do Programa Mais Cultura também foi paralisado pela direção do MinC.

A FBN, com suas funções específicas e um histórico de fragilidades, não teve condições de integrar ao seu papel de preservação do patrimônio e promoção de seu valioso acervo, o desafio de absorver um organismo complexo, com funções ambiciosas, como a DLLL B. A DLLL B, quando ainda em Brasília e completa, em seu pleno funcionamento, já funcionava com um quadro precário de funcionários e tinha graves problemas de infraestrutura. Ao ser transferida, de forma abrupta, para a FBN, no Rio de Janeiro, se enfraqueceu ainda mais.

As escolhas feitas dentro do período da gestão de Galeno Amorim, apontavam para a pretensão de uma FBN forte, mas não ficaram claras quais seriam as linhas de ação dessa nova política. Os programas da DLLL B foram abandonados ou sucateados, a participação social e o esforço de integrar o MinC e o MEC em uma ação conjunta tendo o PNLL como catalisador foi se fragilizou e o Plano ficou única e exclusivamente nas mãos da sociedade civil.

A Secretaria-Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura, depois de ser ocupada por um breve período (de março a junho de 2011) pela educadora Maria Antonieta Cunha, que logo seria deslocada para a direção da DLLL B, ficou sem comando no período de 2011 a 2013. O abandono da Secretaria deixou claro quais as reais pretensões do MinC com relação ao PNLL, no período das gestões de Galeno Amorim e Ana de Hollanda.

Como relata Marques Neto (em depoimento): o hiato e o descaso não impediram que, por pressão da sociedade civil, a Presidenta Dilma Rousseff assinasse, no dia 1º de setembro de 2011, na XX Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro, o Decreto nº 7.559, que instituía o Plano Nacional do Livro e Leitura. O PNLL ainda não era lei, mas

avançou institucionalmente com o Decreto. Com a negligência por parte do poder executivo em âmbito federal, a cobrança pela continuidade do PNLL veio dos estados e municípios.

A pressão social, para que continuassem os avanços das políticas públicas induzidas pelo PNLL, continuou nos estados e municípios e, de acordo com o depoimento de Marques Neto, garantiu grande movimentação em torno do plano. Foi dessa maneira que alguns estados e municípios vieram a desenvolver suas versões, nas formas de PELL e PMLL.

A recomendação para que os planos municipais e estaduais fossem confeccionados estão presentes em todos os documentos relativos ao PNLL. A importância dos planos locais está expressa no contexto em que o plano foi desenvolvido. Uma das intenções subjacentes à construção das políticas culturais no âmbito do governo Lula foi a facilitação da sua aplicação nos locais onde as ações são desenvolvidas. Portanto, o PNLL, sem seus pares estaduais e municipais, não se justifica e perde totalmente o sentido.

O Instituto Pró-Livro¹⁶ editou e lançou, em 2009, o “Guia do PELL e PMLL”¹⁷ com o intuito de auxiliar os estados e municípios a construírem seus planos do livro e da leitura. No guia, estão inclusos os conceitos implicados na elaboração do documento, os princípios norteadores, os eixos temáticos, bem como dicas sobre estipulação de objetivos, estabelecimento de metas, formas de articulação, comunicação e avaliação dos processos que envolvem o plano.

Há uma dificuldade para localizar dados consolidados e atualizados sobre o PNLL e sobre a implantação de seus congêneres locais, os planos estaduais e municipais. Um dos principais motivos é a falta de atualização das páginas oficiais do governo federal afetas ao plano e a falta de estrutura e de continuidade dos trabalhos da Secretaria Nacional do Plano do Livro e Leitura.

Para levantar dados atualizados sobre o estágio de implantação e aprovação dos planos locais, foi preciso fazer um levantamento, via *internet*, por meio de pesquisa das palavras-chave. Até junho de 2016, quando esse trabalho foi redigido, temos o seguinte quadro em relação aos planos estaduais e municipais:

¹⁶ Sítio do Instituto Pró-Livro. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/>>. Acessado em: 26/06/2016.

¹⁷ Guia para elaboração e implantação dos Planos estadual e municipal do livro e leitura. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/images/antigo/957.pdf>>. Acessado em 26/06/2016.

QUADRO 2 –Planos Estaduais do Livro e da Leitura no Brasil, segundo situação e ano.

PLANO	ESTADO	SITUAÇÃO	ANO
PDLL	Distrito Federal	Aprovado	
PELL	Rio Grande do Sul	Aprovado	2013
PELL	Paraná	Aprovado	2013
PELL	Rio Grande do Norte	Aprovado	
PELL	Bahia	Aprovado	
PELL	Tocantins	Aprovado	
PELL	Mato Grosso do Sul	Aprovado	
PELL	Santa Catarina	Em construção	2015 -...
PELL	Ceará	Em construção	
PELL	Sergipe	Em construção	
PELL	Rio de Janeiro	Em construção	2015 -...
PELL	Minas Gerais	Em construção	2014 -...

QUADRO 3 –Planos Municipais do Livro e da Leitura no Brasil, segundo situação e ano.

PLANO	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	ANO
PMLL	Canoas (RS)	Aprovado	2010
PMLL	Porto Alegre (RS)	Aprovado	2011
PMLL	Joinville (SC)	Aprovado	2013
PMLL	Campo Grande (MT)	Aprovado	
PMLL	São Paulo (SP)	Aprovado	2015
PMLL	Nova Iguaçu (RJ)	Aprovado	2014
PMLL	Curitiba (PR)	Em construção	2015 - ...
PMLL	Salvador (BA)	Em construção	
PMLL	Fortaleza (CE)	Em construção	
PMLL	Belém (PA)	Em construção	2014 - ...
PMLL	São J. do Rio Preto (SP)	Em construção	2016
PMLL	São J. Del Rey (MG)	Em construção	2014 - ...

É necessário assinalar que não há informações organizadas e dados oficiais sobre os planos locais, aprovados ou processo de construção. Todas as informações mencionadas acima foram coletadas informalmente por meio de comunicação pessoal com a ex-funcionária do MinC, Rosália Guedes¹⁸, por meio de comunicação pela rede social *Whatsapp*.

Mais uma mudança de condução no MinC aconteceu no último semestre de 2013, saiu Ana de Hollanda e entrou a Senadora Marta Suplicy. Marques Neto conta, em seu depoimento, que no mês de dezembro de 2013, a Ministra o procurou, na qualidade de interlocutor da área do livro e da leitura, para que fossem retomadas as articulações entre a DLLLLB e o PNLL e reativados os programas do livro e da leitura do período de 2009 a 2011.

Em abril de 2013, a direção do MinC anunciou o retorno da DLLLLB para a estrutura do ministério e a proposta de reestruturar o organograma da FBN, a fim de recompor os órgãos institucionalmente e devolvê-los ao seu papel e objetivos principais: formular e implementar as políticas públicas de leitura (DLLLLB) e desenvolver, preservar e promover o acervo nacional (FBN).

Em agosto de 2013, o sociólogo cearense Fabiano dos Santos Piúba reassumiu a DLLLLB, que devido a entraves burocráticos, apenas voltaria para a antiga sede, em Brasília, no mês de setembro de 2014. Além do retorno à Brasília, a DLLLLB receberia novas atribuições: gerenciar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), o PROLER e a Biblioteca Demonstrativa de Brasília (BDB).

Em junho de 2013, ocorreu o retorno do professor José Castilho de Marques Neto ao comando da Secretaria-Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura. Ele foi nomeado pelos ministros do MEC e MinC, por intermédio de uma portaria conjunta, com o objetivo principal de construir as condições para transformar o decreto do PNLL em lei.

A 3ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), que ocorreu entre novembro e dezembro de 2013, contou com a participação de delegados de todos os estados da federação. A plenária final elegeu sessenta e quatro diretrizes com recomendação para serem seguidas pelos gestores culturais de todo o País, das quais vinte (20) foram escolhidas como prioritárias para a sustentação de políticas públicas em cultura.

Entre estas diretrizes, está a proposta 3.10:

¹⁸ Rosália Guedes foi consultora da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do MinC.

“Aprovar, sancionar e regulamentar o Plano Nacional do Livro e Leitura, garantindo a leitura como direito social através do fortalecimento do Sistema de Bibliotecas Públicas municipais, estaduais, distritais e comunitárias, assegurando o acesso ao livro, à leitura e à literatura”.¹⁹

A DLLLLB iniciou, em 2013, o Projeto Mais Bibliotecas Públicas, com o intuito de apoiar a instalação e qualificação das bibliotecas públicas no País e zerar o número de municípios que não possuem o referido equipamento.

Um importante passo em direção à participação social no âmbito do PNLL foi dado, em agosto de 2013, com a nomeação do novo Conselho Diretivo e da Coordenação-Executiva do Plano, as instâncias representativas da sociedade civil.

Em 2014, o PNLL retoma uma importante ação que está ligada às suas origens: a retomada do prêmio VIVALEITURA, em parceria com a OEI. Tendo 998 proponentes registrados nesta versão, o que demonstra o reforço das ações da sociedade civil em todo território nacional. Na prática, a sociedade deu sua resposta às movimentações e instabilidades do poder público no longo processo de instituição do plano.

A Presidenta Dilma Rousseff se reelegeu no pleito de 2014 e, ao compor o quadro ministerial, convidou o ex-ministro Juca Ferreira, para assumir o MinC. Em maio de 2015, após um período de vacância, Juca convida o escritor Jefferson Assumpção para assumir a DLLLLB. Assumpção assume e pede demissão após um mês, alegando desentendimentos com o Ministro. Nunca houve explicação oficial sobre o fato.

A DLLLLB fica quatro meses sob a direção interina de Suzete Nunes, Coordenadora-geral de Literatura e Economia do Livro, até que Volnei Canônica – que havia sido coordenador do Programa Prazer em Ler do Instituto C&A – assumiu, em agosto de 2015, retomando algumas atividades que estavam paralisadas em torno do PNLL. Volnei seria exonerado do cargo em junho de 2016.

No campo do legislativo, em 2014, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Leitura e a Frente Parlamentar em Defesa das Bibliotecas encamparam o objetivo de transformar o PNLL em lei federal e, para tal, promoveram audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

¹⁹ Notícias “PNLL é prioridade na III Conferência Nacional de Cultura”. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/blog/2013/12/02/pnll-e-prioridade-na-iii-conferencia-nacional-de-cultura/>. Acessado em 21/08/2016.

Em maio de 2016, o Secretário-Executivo do PNLL, José Castilho de Marques, entregou nas mãos da Senadora Fátima Bezerra, líder da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Leitura, o texto final do Projeto de Lei para o Plano Nacional de Leitura e Escrita. Uma semana depois, Castilho pediu exoneração do cargo, e até o momento não houve substituição. Em agosto de 2016, o Projeto de Lei segue em tramitação no Congresso Nacional, ainda sem prazo definido para votação.

O PNLL foi desenvolvido em um período de plena democracia, no contexto de eleições que tiveram o resultado respeitado e de mandatos populares que foram cumpridos. Após o obscuro processo de votação que recomendou o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional em março de 2016, tudo fica incerto em torno do PNLL, de seus congêneres municipais e estaduais, e de qualquer política pública que envolva os direitos básicos dos cidadãos. Estamos à beira do Estado de Exceção no país. Até a finalização desta dissertação, o processo de *impeachment* ainda não havia sido votado pelo Senado Federal.

3. PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA

Antes de iniciar o relato do histórico e do processo de construção do PMLLLB, vamos traçar um breve quadro do desenvolvimento e da atual realidade do Sistema de Bibliotecas Públicas da Cidade de São Paulo. Para tal, não se pode esquecer a grande influência das políticas legadas pelo início heroico do Departamento de Cultura, quando dirigido por Mário de Andrade no período de 1935-1937, que foi a pedra fundamental das políticas públicas do livro e leitura no país, como relatado na primeira seção.

Mário de Andrade disse uma vez ao amigo e também poeta, Carlos Drummond de Andrade, que São Paulo era sua pátria e que ele não se envergonhava disso (BOMENY, 2012). Como abordado na Seção 1, em meados da década de 1930, Mário e outros intelectuais ligados a uma ala liberal das oligarquias paulistas criaram o Departamento de Cultura de São Paulo e engendraram as primeiras políticas públicas do livro e da leitura no Brasil.

Neste sentido, a experiência do Departamento de Cultura de São Paulo foi fundamental para o ingresso do Estado no desenvolvimento de ações, projetos e programas voltados para a formação de leitores, emprestando o lustro pioneiro à cidade, no que se refere à institucionalização e à aplicação de políticas culturais. Para o setor do livro e leitura especificamente, foi criada a Divisão de Biblioteca, que teve seu melhor período sob o comando do bibliófilo, Rubens Borba de Moraes:

(...) a Divisão de Bibliotecas tinha o projeto de desenvolver uma rede de bibliotecas, que deveria compreender uma biblioteca central, no caso a Biblioteca Pública Municipal, voltada ao apoio à pesquisa, porém sem realizar empréstimo de obras; biblioteca infantil, destinada à Infância e Juventude; bibliotecas populares, a serem localizadas em bairros e nas quais a população poderia realizar o empréstimo de obras diversas; bibliotecas circulantes, montadas em caminhonetes adaptadas e que seriam responsáveis por levar os livros à população. Dentre os modelos de bibliotecas apresentados, as populares não chegaram a sair do papel com o advento do Estado Novo (VIANA, 2011, p.101).

Uma das marcas particulares da gestão Mário de Andrade no Departamento de Cultura, foi a de criar projetos que permitissem um diálogo entre os preceitos da educação e da cultura. Programas como os “Parques Infantis”, que integravam ações de lazer, esporte, educação e cultura; espaços como a Biblioteca Infanto-Juvenil que direcionava o

acervo literário e as ações de mediação de leitura para crianças e adolescentes; e as bibliotecas populares.

Sua atuação (*política cultural da cidade*) tem origem no Departamento de Cultura criado por Mário de Andrade em 1935, certamente uma das intervenções públicas pioneiras em nível internacional. No seu legado simbólico, encontram-se uma visão inclusiva da cultura, em paralelo com a educação pública e a saúde, uma antropologia cultural de resistência e o cuidado com a definição de um repertório nacional, que pudesse vir a estabelecer uma tradição. Um projeto de formação... de País (CALIL, 2008, p.162).

Como indica Bomeny (2012), o advento do Estado Novo minou as atividades socioculturais do Departamento de Cultura de São Paulo. Todas as manifestações de oposição e resistência ao regime autoritário instituído foram reprimidas. A relação do Estado de São Paulo com o Governo Federal ficou tensionada e, um dos efeitos práticos, foi intervenção do getulismo no comando da política paulista através dos interventores nomeados no Governo do Estado e na Prefeitura da capital paulistana.

Em 1938, o engenheiro Francisco Prestes Maia substituiu Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, nomeado por Ademar de Barros, o interventor estadual, indicado, por sua vez, por Getúlio Vargas. A gestão de Prestes Maia mostrou uma inflexão em relação à gestão de Fábio Prado. Os investimentos foram direcionados para as grandes obras, que modificaram estruturalmente a cidade. É desse período o Plano de Avenidas²⁰, que determinou o tipo de crescimento e os novos rumos que a cidade tomaria. Na área de cultura, a primeira grande mudança foi a demissão de Mário de Andrade e a diluição dos projetos prioritários do Departamento.

Bomeny (2012) afirma que, mesmo com sua saída, as ideias de Mário de Andrade continuaram influenciando as decisões sobre as políticas desenvolvidas no Departamento. As influências herdadas de Mário de Andrade nas ações do Departamento de Cultura apresentaram-se sob dois aspectos: a manutenção dos laços profissionais, intelectuais e de amizade com os membros da equipe que permaneceram na gestão e os conceitos adotados nos programas.

²⁰ Em 1930, é publicado o Plano de Avenidas. Documento que orientou a atuação de dois prefeitos de São Paulo: Fábio Prado e o próprio Prestes Maia, no período entre 1934 e 1945, quanto à remodelação e à extensão do sistema viário da cidade. A execução das obras viárias transforma a estrutura urbana de São Paulo e prepara a cidade para o desenvolvimento econômico que se concretizará nas décadas seguintes. Estas características destacam-no dos demais planos realizados para São Paulo. Até o final da década de 1960, a estrutura viária principal da cidade é a definida por este Plano (Leme, 2010, p. 06)

A Biblioteca Municipal foi o pivô, sendo o exemplo seguido para o desenvolvimento da rede de bibliotecas públicas paulistanas. Segundo Assis (2013), ainda no período em que Mário de Andrade era diretor do Departamento de Cultura, bem antes da sua inauguração formal, já se discutia o conceito e os serviços que seriam prestados na Biblioteca Municipal, muitos deles preservados através dos tempos.

Abdanur (1992) relata que a formação da coleção da Biblioteca Municipal começou a se delinear de forma mais clara, logo após a criação do Departamento de Cultura, em 1936. Partindo da fusão entre a própria Biblioteca Municipal e a Biblioteca do Estado, por meio da Lei Estadual nº 2839, de 1937²¹.

Para reforçar o acervo, em 1936, a biblioteca adquiriu a biblioteca particular do intelectual Felix Pacheco, reconhecido e respeitado colecionador de documentos históricos brasileiros e portugueses. O que delineou o perfil do acervo da biblioteca, como um repositório de documentos sobre a história de São Paulo e do Brasil, que marcassem a identidade nacional, direcionada para pesquisadores e literatos. (ASSIS, 2013).

Em 25 de janeiro de 1942, ainda na gestão de Prestes Maia, foi entregue à população o prédio da Biblioteca Pública Municipal, à época ainda dirigida pelo bibliófilo Rubens Borba de Moraes, um dos remanescentes da equipe fundadora do Departamento de Cultura. A biblioteca possuía um acervo de 110 mil volumes em sua inauguração e transformou-se em um ponto de referência dos intelectuais da cidade, sobretudo a partir de 1943, sob a gestão de Sergio Milliet.

Nas décadas de 1950 e 1960, houve uma grande expansão do número de bibliotecas na cidade de São Paulo. Foi o início da ampliação do sistema que atingiu várias bibliotecas de bairro. Todas elas com características peculiares e tipos de intervenções diversas no âmbito das relações com as comunidades.

Em 1962, a Biblioteca Municipal recebeu o nome de Biblioteca Mário de Andrade e passou a funcionar como uma espécie de biblioteca central e embrião do futuro Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB). É importante frisar que as políticas instituídas pelo Departamento de Cultura, em 1935-1937, foram seguidas, recriadas e revisitadas pelo SMB nas décadas posteriores. Muitos programas, que vigoram até o presente, são fruto das escolhas e decisões de Mário de Andrade e equipe.

²¹ Lei Estadual nº 2839, de 1937. Disponível em:

<<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:sao.paulo:estadual:lei:1937-01-05:2839>>. Acessado em 20/08/2016.

A seguir, um quadro que apresenta os diversos períodos e a evolução das bibliotecas públicas e infanto-juvenis da cidade de São Paulo. Desde as suas origens até a constituição do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo (SMB/SP), estão arrolados os marcos legais e as modificações relevantes do quadro institucional:

QUADRO 4 – Breve histórico das bibliotecas públicas e infanto-juvenis da cidade de São Paulo.

1935/1936	Criação do Departamento Municipal de Cultura (DMC), por meio do ato nº 861, de 30 de maio de 1935, consolidado e modificado pelo prefeito Fábio Prado, por meio do ato nº 1.146 de quatro de julho de 1936. O DMC foi, inicialmente, estruturado em cinco divisões: 1) Divisão da Expansão Cultural (Diretor: Mário de Andrade); 2) Divisão de Educação e Recreio (Diretor: Nicanor Miranda); 3) Divisão de Documentação Histórica e Social (Diretores: Sérgio Milliet e Bruno Rudolfer); 4) Divisão de Bibliotecas (Diretor: Rubens Borba de Moraes); 5) Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos (que não chegou a ser implantada).
1945	Criação da Secretaria de Cultura e Higiene constituída pelo Departamento de Cultura e pelo Departamento de Higiene.
1947	Criação da Secretaria de Educação e Cultura
1951	Diferenciação por faixa etária do atendimento nas Bibliotecas Públicas. Criação de duas divisões: Divisão de Bibliotecas, para o atendimento de adultos e jovens, a partir de quinze anos, e Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis, para crianças.
1955	Nomeação da primeira biblioteca infantil como Biblioteca Monteiro Lobato, sob o comando de Lenyra Fraccaroli.
1975	Reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura, dando origem a dois departamentos: o Departamento de Bibliotecas Públicas e o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis.
1982	Inauguração do Centro Cultural São Paulo que abrange a Pinacoteca Municipal, a Discoteca Oneyda Alvarenga, a coleção da Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade e o Arquivo Multimeios.
2001	Integração das políticas culturais do Departamento de Bibliotecas Públicas (BP) e do Departamento de Bibliotecas Infanto-juvenis (BIJ).
2002	Transferência das bibliotecas públicas e infanto-juvenis de bairro para as Subprefeituras, criadas por meio da Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002, e do Decreto nº 42.772, de três de janeiro de 2003.
2003	Criação dos Centros Educacionais Unificados (CEU), por meio do Decreto nº 42.832. As suas bibliotecas atendem tanto o público escolar quanto a comunidade local.
2005	Criação do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB), por meio do Decreto nº 46.434, reunindo as bibliotecas públicas, as bibliotecas temáticas e as bibliotecas dos CEU.
2007	Transferência de todas as bibliotecas das Subprefeituras à SMC, por meio do Decreto nº 48.166, de dois de março de 2007. As Coordenadorias Regionais passaram de quatro para cinco, sendo elas: Norte, Sul, Leste 1, Leste 2 e Oeste.
2016	O Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) está constituído por: 106 bibliotecas, sendo 51 bibliotecas públicas, a Biblioteca Infanto-juvenil Monteiro Lobato, a Biblioteca Mário de Andrade, as quatro bibliotecas do Centro Cultural São Paulo - CCSP, as 45 bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados - CEU, a Biblioteca Ruth Cardoso do Centro Cultural da Juventude – CCJ, a Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal, a Biblioteca do Centro Cultural da Penha e a Biblioteca do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes. Conta, também, com o Serviço de Extensão.

O Decreto nº 46.434, de 06 de outubro de 2005, criou o Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) ao juntar as bibliotecas públicas, as bibliotecas dos CEU, os pontos de leitura, os serviços de extensão bibliotecária e o Departamento da Biblioteca Mário de Andrade. O que foi umas das principais marcas positivas da gestão do Secretário Municipal de Cultura Carlos Augusto Calil, no governo do Prefeito Gilberto Kassab:

A criação do Sistema Municipal de Bibliotecas, em 2005, cristalizando um processo de amadurecimento de anos, veio estabelecer as bases de um movimento de conscientização sobre o papel das bibliotecas públicas na selva da cidade. De início, os ganhos foram decorrentes da racionalização dos meios e recursos. Os departamentos de Bibliotecas Públicas e de Bibliotecas infanto-juvenis foram fundidos, o catálogo e a metodologia, unificados, o contingente de pessoal passou a trabalhar junto, superando desconfiças e ressentimentos. (SÃO PAULO, 2012, p. 4)

Na prática, esta integração não aconteceu. Apesar do investimento na recuperação de equipamentos, na descentralização da gestão e na revisão dos organogramas, a intenção de integrar os equipamentos da educação e da cultura no Sistema Municipal de Bibliotecas não conseguiu superar as resistências históricas de ambos os setores. A ação integrada não ultrapassou os documentos formais da burocracia.

Segundo Nalles (em depoimento)²², a gestão Calil acertou ao descentralizar a gestão e determinados procedimentos administrativos, o que conferiu mais autonomia aos equipamentos como o Centro Cultural São Paulo, o Centro Cultural da Juventude e a Biblioteca Mario de Andrade. Os equipamentos citados passaram por reformas estruturais, mudanças na programação cultural e uma reordenação na área dos recursos humanos.

Apesar de ter criado o SMB, a integração entre as Bibliotecas Públicas e as Bibliotecas dos CEU não se efetivou nessa gestão. Em grande parte, pela ação da Secretaria de Educação, à época comandada por Alexandre Schneider, que resolveu reestruturar o projeto dos CEU retirando as suas características mais singulares: a de equipamento social que integra educação, esporte e lazer, como estava expresso no projeto formatado na gestão de Marta Suplicy no município de São Paulo. As bibliotecas dos CEU transformaram-se em bibliotecas escolares tradicionais, desvinculando-se dos programas que as integravam à comunidade.

²² Entrevista de Waltemir Jango Nalles, bibliotecário e gestor público, concedida ao autor em 29/01/2016.

Sobre o Plano Municipal do Livro e Leitura, apesar das articulações no âmbito federal, o que ocorreu nesse período foram debates na Biblioteca Mário de Andrade e em outros espaços cedidos pela SMC. No entanto, segundo Rocha (em depoimento), não houve qualquer sinalização para se iniciar a elaboração do Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL), nem as manifestações oficiais a respeito do assunto indicavam qualquer simpatia pela implantação do Plano.

De acordo com Marques Neto (em depoimento), que foi diretor da Biblioteca Mário de Andrade no biênio de 2002-2005 e, posteriormente, assumiu a Secretaria-Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura no MINC: em vários momentos aconteceram tentativas, por parte do Ministério, no sentido de iniciar uma interlocução com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC/SP) para estimular a criação do PMLL, sem qualquer efeito prático.

Durante os períodos de Serra e Kassab na Prefeitura, nada foi efetivamente feito em relação ao PMLL. Mesmo no início da gestão Juca Ferreira na Secretaria de Cultura de São Paulo o PMLL não foi prontamente acolhido. Com a forte pressão social, o processo de construção do PMLLB de São Paulo aconteceria na gestão de Fernando Haddad e seu histórico pode ser dividido nas seguintes fases:

- Mobilização do Grupo de Discussão - GD (2012-2013);
- A articulação entre o GD e o mandato do Vereador Antonio Donato em torno do PL168/2010;
- Formalização do GT envolvendo sociedade civil, Executivo e Legislativo (2014);
- Realização das Plenárias Setoriais ou Temáticas e das Plenárias Regionais;
- Realização da Audiência Pública;
- Redação e Finalização do Texto;
- Aprovação na Câmara e Sanção do Prefeito.

3.1. Grupo de discussão do PMLL (GD)

Logo no início de 2012, foi a sociedade civil quem se articulou e iniciou o debate sobre a possibilidade do Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL) ser instituído na cidade de São Paulo. A primeira iniciativa concreta partiu de um grupo de profissionais e militantes da área do livro e leitura que começou a se reunir regularmente na sede do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC)²³ na zona oeste paulistana.

O objetivo em comum era o de discutir várias questões sobre seus projetos e trajetórias, tendo como ponto comum buscar encontrar soluções para dar continuidade aos mesmos, trocar experiências profissionais, discutir políticas públicas condizentes e, principalmente, buscar formas de qualificar e estender a relação com o poder público.

Em seu depoimento, Santos²⁴ afirma que, para compreender melhor a história do início do processo de construção do PMLL, é preciso recuar no tempo e voltar para meados de 2010, momento em que foi criada uma rede de bibliotecas comunitárias no âmbito do IBEAC denominada Polo LiteraSampa²⁵. O LiteraSampa é um coletivo de bibliotecas comunitárias da Grande São Paulo. Grande parte das discussões do grupo, naquele período, foram frutos das experiências e demandas das bibliotecas comunitárias. Portanto, foram as bibliotecas comunitárias que deram o primeiro mote para que esse coletivo se articulasse politicamente.

O grupo envolvido nas discussões embrionárias do PMLL era bastante heterogêneo, composto por: educadores, professores, bibliotecários, gestores, assistentes sociais, mediadores de leitura, jornalistas e pessoas interessadas em literatura. Constituiu-se e foi nomeado como Grupo de Discussão (GD)²⁶ do Plano Municipal do Livro e Leitura.

Segundo Santos (em depoimento), um dos pontos de convergência entre os participantes do GD era a necessidade de arrecadar mais recursos, viabilizar vias de investimento e conquistar melhores condições estruturais para os seus projetos. A construção de políticas públicas que dessem respostas a esses anseios, era um dos itens

²³ Sítio do IBEAC. Disponível em: <<http://www.ibeac.org.br/>>. Acessado em 02/05/2016.

²⁴ Entrevista realizada com Isabel dos Santos Mayer, educadora e ativista dos direitos humanos, em 07/03/2016.

²⁵ De acordo com o site da instituição, o polo LiteraSampa é formado por cinco organizações sociais dos municípios de São Paulo, Mauá e Guarulhos que, desde 2010, se juntaram com o objetivo de promover a leitura literária. Disponível em: <<http://literasampa.blogspot.com.br/>> Acessado em: 06/05/2016.

²⁶ O Grupo de Discussão (GD) foi o embrião das articulações em torno do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo.

consensuais. O coletivo de bibliotecas comunitárias levantou a questão e à medida que as discussões se aprofundavam, outros segmentos foram se inserindo e localizando as suas demandas.

Em sua entrevista, Rocha²⁷, que esteve no GD desde o seu início, conta que o GD foi instituído partir de uma provocação da socióloga e educadora, Neide de Almeida, à época consultora do Instituto C&A²⁸. Neide desenvolvia projetos de incentivo à leitura junto às bibliotecas comunitárias. Foi em uma conversa informal entre Rocha e Neide Almeida, na Biblioteca Monteiro Lobato – Vila Buarque (SP)²⁹, que surgiu a ideia de juntar as forças, formar o grupo e buscar dar respostas às indagações e às necessidades em comum.

Além das já citadas Isabel Mayer Santos (IBEAC), Neide Almeida (Instituto C&A) e Sueli Nemen Rocha (SMC/SP), em sua primeira versão, o GD foi composto por profissionais e militantes de outras instituições implicadas com o livro e a leitura na cidade, tais como: Edson Feitosa (SENAC/São Paulo), Inácio Pereira (Fundação Tide Setúbal), Luciana Maciel (Centro Comunitário Casa Mateus), Paulo Farah (Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes – BibliASPA), Sueli Aparecida Stipp (Associação Maria Flos Carmeli). Esta foi a gênese do GD do PMLL.

Segundo Rocha (2016), a primeira etapa de articulação do GD serviu para sedimentar e integrar o grupo das instituições privadas e do terceiro setor com alguns funcionários do SMB. É correto esclarecer que a atuação dos funcionários públicos naquele momento era totalmente informal, sem o sentido de representação do poder público nesta interlocução, ou qualquer tipo de aval por parte das chefias das repartições públicas nas quais eles atuavam. O objetivo mais nítido, que tornava o GD uma ação de todos, algo em comum, era se aproximar e pressionar o poder público para iniciar o processo de construção do Plano Municipal do Livro e Leitura.

A presença de profissionais do setor público e do terceiro setor debatendo conjuntamente no GD, possibilitou um importante e inédito diálogo entre partes que nunca dialogavam. Reforçou a percepção da distância existente, da desarticulação entre os setores e da histórica ausência de participação social nas decisões sobre as políticas públicas.

²⁷ Entrevista realizada com Sueli Nemen Rocha, bibliotecária, gestora, em 02/02/2016.

²⁸ Instituto C&A. Disponível em: <<http://www.institutocea.org.br/>>. Acessado em: 20/08/2016.

²⁹ Biblioteca Monteiro Lobato. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/monteiro_lobato/>. Acessado em: 20/08/2016.

Em muitos os casos, os profissionais da área pública e das demais instituições atuam nos mesmos territórios. Muitas vezes nos mesmos espaços, atendendo o mesmo tipo de público, em projetos e programas que se utilizam das mesmas modalidades de atuação e instrumentos de aproximação com a comunidade. No entanto, não existem ferramentas de gestão, legislação ou políticas para que elas possam atuar conjuntamente.

Nesse sentido é importante o depoimento de Rocha (2016), que atua há mais de duas décadas no Sistema de Bibliotecas Públicas de São Paulo, ela afirma que ao longo da história as políticas das bibliotecas públicas em São Paulo, as direções sempre olharam excessivamente para dentro da instituição e pouco estiveram abertas para uma interlocução com a sociedade.

Nunca houve nenhuma tentativa de criar modelos de gestão compartilhada das bibliotecas públicas com a comunidade, instrumentos de consultas públicas significativas para a formação de acervo ou qualquer forma de participação sobre as ações culturais das bibliotecas. Portanto, a experiência de compartilhamento de ideias entre militantes e profissionais do livro e leitura com os funcionários públicos (bibliotecários e professores) já se delineava como uma novidade.

Em sua entrevista, Santos relata que, no início do GD, as discussões eram informais, concentravam-se nos problemas que as instituições tinham em comum e nos impasses que enfrentavam na formulação e aplicação de seus projetos. Os temas recorrentes das ações de leitura, como: formação e preservação de acervo, atendimento ao público, espaço físico e mobiliário para as bibliotecas, mediação de leitura e as técnicas implicadas, as técnicas de contação de histórias, os arranjos institucionais, a busca por parcerias e as políticas integradas na cidade, entre outros, foram exaustivamente abordados.

Aos poucos as pautas foram sendo organizadas, sistematizados, registradas e as discussões estendidas a outras instituições e profissionais. Logo, o grupo percebeu que o ponto em comum era de fato a consciência da necessidade de uma política pública que integrasse as varias instituições que trabalhavam com leitura na cidade, a reivindicação do Plano Municipal do Livro e Leitura, passou a ocupar a maioria do tempo e das preocupações do GD.

Segundo os relatos de Santos e Rocha (em suas entrevistas), a presença das pessoas envolvidas com as bibliotecas comunitárias foi central para que o tema das políticas

públicas se tornasse a pauta central das discussões. As bibliotecas comunitárias apresentam-se como a ponta mais isolada dos serviços de acesso à informação e à leitura, pois atuam no âmbito, no seio das comunidades. Nesse sentido, suas demandas são muito sensíveis às fragilidades que constituem as desigualdades sociais.

Pode-se afirmar que o GD que se reuniu para reivindicar o PMLL, tinha um objetivo bem definido: primeiramente, o de formular propostas para a área do livro, leitura e literatura, aproveitando-se do contexto favorável do ano eleitoral (2012), para colocar o assunto na pauta das candidaturas para Prefeito; e também, o de compreender melhor a legislação e a dinâmica da política cultural da cidade, para entrar na disputa por orçamento, reivindicar o cumprimento de leis vigentes e o estabelecimento de políticas que assegurem retaguarda e estrutura às ações, projetos e programas já em desenvolvimento.

Em depoimento, Carrança relata que as discussões do GD partiram de uma série de necessidades comuns, que envolviam fontes de recursos e melhores condições para que cada instituição desenvolvesse os seus projetos. Observa também, que o Plano Nacional do Livro e Leitura foi um dos pontos das discussões do grupo, até para que cada um criasse um acúmulo de informações sobre os debates contemporâneos nas políticas públicas do livro e leitura.

A influência do terceiro setor é uma das características marcantes na articulação do GD do PMLL, principalmente em seu primeiro ano de existência, em 2012. A proximidade entre os agentes do terceiro setor com as instituições públicas, não se dá apenas por mecanismos formais e contratações. Muitas vezes, a informalidade de algumas ações aproxima os atores de ambos os setores e os estimula a atuar em conjunto

Segundo Gohn (2013), os novos ativistas têm características diferentes daqueles das décadas de 1980 e 1990 e são mobilizados para participar das ações sociais estruturadas por agentes do terceiro setor, por meio de políticas públicas indutoras de organização. O IBEAC e o LiteraSampa, estimulados pelo Instituto C&A, confirmam essa premissa ao serem os principais indutores da criação do PMLL em São Paulo.

No dia 17 de outubro de 2012, foi publicada no *blog* do LiteraSampa uma petição eletrônica com o título de “A criação e implantação do Plano Municipal do Livro e Leitura para cidade de São Paulo” com o objetivo de recolher assinaturas eletrônicas, para posteriormente enviar aos candidatos a Prefeito da Cidade de São Paulo, no pleito daquele ano.

PLANO MUNICIPAL DO LIVRO E DA LEITURA CIDADE DE SP Nós, abaixo-assinados, cidadãos da cidade de SP e organizações da sociedade civil, manifestamos aqui nossa inquietação com a inexistência de um Plano Municipal do Livro e da Leitura (PMLL) que garanta a todos o acesso ao livro e à leitura na cidade de SP. Visamos com este abaixo-assinado recolher o maior número possível de assinaturas para reivindicar junto ao futuro prefeito e vereadores eleitos o compromisso formal com a criação e a implantação do PMLL da cidade de SP. Tal Plano tem a finalidade de garantir o estabelecimento de políticas públicas especificamente voltadas para a promoção do acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas públicas, escolares e comunitárias a todos os cidadãos do Município.³⁰

A petição circulou rapidamente nas redes sociais circulando entre os sítios e páginas dos segmentos do livro, leitura, literatura. Com isso, ampliou o debate e o conhecimento sobre a necessidade e a possibilidade de São Paulo construir o seu PMLL. Ao final da campanha eletrônica, foram coletadas quinhentas e nove e quatro assinaturas.

Carranço, em seu depoimento, relata que, logo após um breve período, que serviu para dar maior publicidade ao documento e o recolhimento das assinaturas eletrônicas, foi elaborada e atrelada à petição uma minuta. Imediatamente após, ele enviou os dois documentos aos comitês de campanha dos dois candidatos a Prefeito habilitados para o segundo turno da eleição municipal: José Serra, do PSDB, e Fernando Haddad, do PT.

Eram dois, os principais objetivos para o envio dos documentos aos comitês eleitorais: 1) que as reivindicações expressas fossem consideradas e passassem a compor os respectivos programas de governo; e, 2) que o PMLL fosse considerado e atrelado aos compromissos de campanha de ambos os candidatos.

Os programas de governo dos dois candidatos, que foram habilitados para disputar o segundo turno da eleição de 2012, apresentavam propostas genéricas para o setor do livro e leitura. No programa de governo registrado pelo candidato Fernando Haddad³¹, do Partido dos Trabalhadores, a parte reservada à cultura foi elaborada pelos intelectuais e professores universitários Ricardo Musse e Vladimir Safatle. Especificamente no espaço

³⁰ Petição eletrônica “A criação e implantação do Plano Municipal do Livro e Leitura para cidade de São Paulo”. Disponível em:

<https://secure.avaaz.org/po/petition/A_criacao_e_a_implantacao_do_Plano_Municipal_do_Livro_e_da_Leitura_da_cidade_de_SP/?pv=1>. Acessado em: 20/08/2016.

³¹ Programa de governo do candidato à Prefeito, Fernando Haddad, PT. Disponível em:

<<http://pt.slideshare.net/maccrow/programa-de-governo-haddad-2012>>. Acessado em: 20/08/2016.

denominado “políticas de interação da cultura”, está sinalizado o compromisso de instituir o Plano do Livro e Leitura.

O candidato Fernando Haddad havia sido o titular do Ministério da Educação do governo Lula e saiu do cargo justamente para disputar a eleição para Prefeito em São Paulo. Na condição de Ministro, assinou o documento de criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) em 2010. Na época, na introdução do livro que reúne os textos de criação do Plano, Haddad (2010) afirmava:

O desafio de tornar a leitura literária um patrimônio de todos os brasileiros exige ações como as que o MEC vem promovendo e precisa ir além. Este é um dos sentidos do PNLL: agregar todos os esforços disponíveis para superar históricas desigualdades no acesso ao livro e à leitura, formar mediadores, estimular a produção editorial e fortalecer, na sociedade, o valor do livro como instrumento de promoção de uma vida melhor para todos e para cada um. (HADDAD, 2010, p.27)

No programa do candidato José Serra³², do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foram feitas várias citações à área do livro e leitura. A maioria delas apontava para a ampliação do atendimento das bibliotecas e o reforço de programas e projetos já existentes, mas não há qualquer menção ao Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL).

Finalmente, em novembro de 2012, na reta final do período eleitoral, foi elaborado e enviado pelos membros do GD, um termo de compromisso aos comitês de campanha dos dois candidatos à Prefeitura de São Paulo que passaram para o segundo turno. O ponto principal deste documento era a disposição em instituir o Plano Municipal do Livro e Leitura.

Carrança conta em seu depoimento que o candidato do PT, Fernando Haddad, assinou prontamente o termo de compromisso e o retornou ao GD. Porém, não houve qualquer resposta da parte do outro candidato habilitado para disputar o segundo turno, José Serra, do PSDB.

Além do GD, outros atores se articularam, naquela campanha eleitoral, para reivindicar avanços na área do livro e leitura, entre eles o Fórum Mudar São Paulo de Cultura e Educação³³. De acordo com Marques³⁴ (em depoimento), o Fórum se reúne

³² Programa de governo do candidato José Serra, PSDB. Disponível em: <<http://netleland.net/suporte/Programa-de-Governo-Serra-Prefeito.pdf>>. Acessado em: 20/08/2016.

³³ Sítio do Fórum Mudar São Paulo de Cultura e Educação: <http://mudarsaopaulo.blogspot.com.br/> (acessado em 05/05/2016).

sistematicamente, desde 2010, tratando-se de um grupo heterogêneo composto por artistas, jornalistas, militantes políticos, escritores, produtores culturais, cujo principal objetivo é discutir questões sobre a cidade, sobretudo as de cunho cultural.

Em 2012, o Fórum formulou um documento reivindicatório³⁵ elencando sugestões relativas às políticas do livro e leitura e entregou ao candidato a Prefeito Fernando Haddad e à candidata à Vice-prefeita Nádia Campeão, no dia 09 de setembro de 2012, em ato público realizado em frente à Biblioteca Mário de Andrade. O documento continha sete pontos fundamentais:

- na possibilidade real democratização efetiva do livro e da leitura;
- na possibilidade de tornar o livro e a leitura parte da vida cotidiana dos moradores, crianças, jovens e adultos, de todos os bairros da capital, particularmente os mais carentes;
- no impacto positivo do livro e da leitura na vida dos cidadãos;
- que a disseminação de bibliotecas públicas vivas e dinâmicas e de livrarias de rua nas periferias eleva a qualidade de vida dos bairros e de seus cidadãos;
- que cabe ao poder público propiciar condições para que os bairros de nossas periferias superem a condição de bairros-dormitório e se convertam em centros de vivência coletiva com real qualidade de vida;
- que um povo que lê mais tem melhores condições de contribuir para com a solução dos problemas coletivos;
- que é necessária uma **política pública municipal do livro e da leitura** claramente definida, com metas estabelecidas para curto, médio, longo e longuíssimo prazos, que envolva as várias Secretarias do governo municipal.

Até aquele momento, o “Fórum” mantinha uma dinâmica independente do GD do PMLL. Eram movimentos paralelos, com pessoas que atuam conjuntamente em certos contextos. Entretanto, apesar da convergência de suas reivindicações, cada um se inscreve na luta de acordo com as suas identidades políticas e temáticas, uma das características de atuação das morfologias das redes de atuação (CASTELLS, 1999).

Ambos os grupos se juntariam, finalmente, em 2013, para integrar o grupo de discussão (GD) para construção do PMLL. Estas ações em separado demonstram os aspectos positivos e negativos da fragmentação das lutas da sociedade civil. Se por um

³⁴ Entrevista concedida em 28/01/2016 ao autor por João Luiz Marques, jornalista e escritor.

³⁵ Por uma política do livro e incentivo a leitura para a cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://mudarsaopaulo.blogspot.com.br/2012/08/ilustracao-joao-pinheiro-mudar-sao.html?view=classic>>. Acessado em 07/05/2016.

lado indicam uma diversidade na mobilização por reivindicações do setor, por outro explicitam a fragilidade das reivindicações de seus atores.

De acordo com os depoimentos de Rocha e Santos, o movimento pelo PMLL trouxe um fator novo para a área do livro e leitura, ao promover o encontro de atores de diferentes frentes de luta, que se uniram para atingir um objetivo comum. De uma maneira geral, esses encontros ocorrem em eventos acadêmicos e institucionais, em que cada um vai expor e defender seu projeto, mas o debate fica restrito às questões formais, raramente resultando em um projeto em comum.

Em novembro de 2012, Fernando Haddad, do PT, foi eleito com 3.387.720 votos³⁶ (55,57% dos votos válidos) e assumiu a Prefeitura de São Paulo em janeiro de 2013. Como dito acima, Fernando Haddad, havia ocupado recentemente o cargo de Ministro da Educação (2005-2012) no governo Lula e, como tal, foi um dos signatários do documento que instituiu o Plano Nacional do Livro e Leitura em 2010.

É importante registrar aqui outro trecho do documento do PNLL em que o então Ministro Haddad, afirma a importância da implantação dos planos nos setores subnacionais:

A iniciativa veio atender a expectativas presentes tanto nas políticas públicas quanto nas ações da sociedade civil, incluindo o setor editorial que abraçou o PNLL e lhe deu apoio para avançar. E há avanços: os estados, os municípios e o Distrito Federal foram convidados a formalizar e implantar seus planos estaduais e municipais, sempre dentro da perspectiva de somar esforços e agregar compromissos para a promoção da leitura, a difusão do livro, a formação de mediadores e o incremento da economia do livro. (HADDAD, 2010, p. 23).

Em 28 de novembro de 2013, o GD lançou uma página específica na rede social *Facebook*, com o título de “Livro e Leitura para todos: por um PMLL para São Paulo”³⁷. A primeira postagem da página, na data de abertura, discorre sobre a segunda reunião oficial do Grupo de Discussão relatada da seguinte maneira:

A segunda reunião do GD realizada em 28/11/2013 já contou com novos representantes de organizações sociais e públicas e outros atores envolvidos em ações de promoção de leitura. Este encontro decidiu a organização de uma

³⁶ Informações extraídas dos sítio do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Outubro/fernando-haddad-pt-e-eleito-prefeito-de-sao-paulo-sp>>. Acessado em 07/05/2016.

³⁷ *Fanpage* no *Facebook* “Livro e Leitura para todos: por um PMLL para São Paulo”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pmlbsp/>>. Acessado em 15/05/2016.

manifestação literária para disseminar a ideia do PMLL, a ser realizada em março de 2013. Decidiu também o envio de comunicação de criação do grupo para vereadores eleitos, que devem ser importantes interlocutores e parceiros para garantir a marcação de uma audiência pública sobre o PMLL.

Consta no sítio “Cidade Democrática”³⁸, o seguinte texto postado por Neide Almeida, em dezembro de 2012, em que ela faz um resumo sobre a atuação do GD, em seu primeiro ano de articulações:

Reivindicamos uma Audiência Pública para discutir a criação do Grupo de Trabalho destinado a criar, implantar e acompanhar a efetivação do PMLL para a cidade de São Paulo. É fundamental que esse grupo conte com a participação de todos os atores sociais interessados no tema: leitores, professores, educadores, bibliotecários, mediadores de leitura, escolas, organizações sociais, Secretarias de Educação, Cultura, editores, escritores, dentre muitos outros. Foi criado, em outubro de 2012, por iniciativa do Polo de Leitura LiteraSampa e com a participação de profissionais e organizações sociais ligadas ao tema, o Grupo de Discussão sobre o PMLL para São Paulo. Já foram realizadas duas reuniões, uma petição pública que, esperamos, seja assinada por todos os cidadãos paulistanos e foi entregue ao prefeito eleito, Fernando Haddad, um termo de compromisso com a criação e implantação do Plano, ação que já consta em seu Programa de Governo. Esperamos contar com o apoio dos vereadores eleitos para que esse tema seja incluído, em caráter de urgência, na pauta da Câmara, com a convocação de uma Audiência Pública logo no início de 2013. (ALMEIDA, 2012)³⁹

A mobilização em torno do PMLL, no contexto das eleições para Prefeito de São Paulo, em 2012, provocou uma politização inédita no debate do livro e leitura na cidade. Os pontos de reivindicação não eram genéricos e pontuais, a principal questão reclamada era uma política pública do livro e leitura para a cidade. No entanto, o elo entre a sociedade civil e o poder público ainda era frágil e inconsistente. O PMLL não havia entrado na pauta do governo municipal.

Em sua entrevista, Santos relata que, em momento nenhum, o GD contou com apoio financeiro que facilitasse a comunicação e a divulgação dos seus trabalhos, por parte do poder público ou de qualquer outra instituição. As ações eram custeadas pelos próprios integrantes. O único auxílio que recebiam era a cessão dos espaços para a realização das reuniões, tanto da parte do poder público ou das instituições com as quais os componentes mantinham algum vínculo profissional. A necessidade de formalização dos trabalhos já era

³⁸ *Homepage* do sítio da *internet* Cidade Democrática. Disponível em: <<http://www.cidadedemocratica.org.br>>. Acessado em 21/08/2016.

³⁹ Postagem de Neide Almeida, no sítio da *internet* Cidade Democrática. Disponível em: <<http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/5510-pml-para-sao-paulo-ja>>. Acessado em 06/05/2016.

percebida pelos membros do GD. Para iniciar, efetivamente, os trabalhos para a construção do Plano Municipal do Livro e Leitura, a condição básica era assegurar o envolvimento e o reconhecimento do caráter oficial dos trabalhos.

3.2. A sociedade civil encontra formalmente o poder público

Em 08 de dezembro de 2012, os principais jornais de São Paulo e os sítios especializados em cultura publicavam que o prefeito eleito, Fernando Haddad, fez convite ao ex-Ministro da Cultura, Juca Ferreira, para assumir o comando da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo. Ferreira assumiu o cargo no início do mês de janeiro de 2013, prometendo⁴⁰ manter e ampliar os bons projetos da gestão de José Augusto Calil, e, principalmente, reeditar no município as versões subnacionais das políticas iniciadas em sua gestão como Ministro da Cultura.

O sociólogo baiano esteve no Ministério da Cultura, inicialmente na função de Secretário-Executivo na gestão de Gilberto Gil (2003-2008) e, de agosto de 2008 até dezembro de 2010, como Ministro da pasta. Como ministro, Juca Ferreira participou diretamente da regulamentação do Plano Nacional do Livro e Leitura, no segundo semestre de 2010. Nos Cadernos do PNLL, estão registradas as palavras do Ministro:

O Ministério da Cultura entende a agenda do Livro, da Leitura e da Literatura como algo estratégico para o desenvolvimento do país e compreende que programas e projetos de incentivo à leitura, desenvolvidos pela sociedade civil também compõem sua política pública. Nesse sentido, por meio de editais, são reconhecidos e premiados projetos de pessoas físicas e jurídicas. Uma política intrinsecamente alinhada ao PNLL (...). Não podemos pensar em desenvolvimento sem trabalharmos a dimensão estratégica da cultura e o direito ao livro e à leitura como direitos básicos de cidadania e de formação. (FERREIRA, 2010, p. 23).

Portanto, os dois ministros responsáveis pela instituição do Plano Nacional do Livro e Leitura, em 2010, no âmbito federal, encontravam-se em posições de comando no Município de São Paulo, no início da gestão Haddad. O próprio Prefeito e o Secretário

⁴⁰ Entrevista de Juca Ferreira, publicada na Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1224252-e-importante-que-sao-paulo-se-assuma-como-parte-do-brasil-diz-juca-ferreira.shtml>>. Acessado em 07/05/2016.

Municipal de Cultura com o compromisso firmado, em vários momentos junto à sociedade, de construir o PMLL em São Paulo.

No primeiro semestre de 2013, o GD continuou as suas tratativas, mobilizações e articulações políticas em torno da elaboração do PMLL. O grupo atuava em várias frentes: nas interlocuções com o poder público, nos debates com outras cidades nas quais o Plano estivesse sendo elaborado (Porto Alegre, Salvador, Recife) e nas ações articuladas com as universidades.

De acordo com Feitosa em seu depoimento, uma dessas ações aconteceu no dia 27 de março de 2013, o “Quarteirão Literário” organizado pelo GD na Biblioteca Monteiro Lobato, que envolveu o “Cortejo de Leitura de Parelheiros” e a “Trupe Literária de Vila São José”. Logo após as ações de leitura na rua, houve um debate no auditório do SENAC da Consolação, com discussões voltadas para a conceituação de contação de histórias e de mediação de leitura e a organização de bibliotecas comunitárias.

No “Quarteirão Literário”, alguns segmentos que ainda não participavam das discussões aproximaram-se do GD. João Luiz Marques contou em sua entrevista, que o “Fórum Mudar São Paulo” aderiu ao GD logo após este evento. Ele próprio, que atua como assessor de imprensa em editoras de livros infanto-juvenis, começou a frequentar regularmente as reuniões do GD, juntamente com o jornalista e escritor Jeosafá Fernandes Gonçalves.

Figura 1 - Quarteirão Literário, Vila Buarque, 27 de março de 2013.



Feitosa diz em seu depoimento que as articulações políticas integradas às ações culturais ampliaram as adesões ao GD. As atividades culturais facilitavam a mobilização em prol do processo de construção do PMLL, por quebrarem a resistência daqueles que demonstravam dificuldades e reservas com as articulações estritamente políticas. A separação entre militância e ação profissional, entre os articuladores do universo do livro e leitura, costuma enfraquecer os movimentos reivindicatórios na área. A tentativa de distinguir a força do conteúdo simbólico da cultura de suas movimentações e dinâmicas políticas gera duas consequências mais explícitas. Ao mesmo tempo em que supostamente “protege” o conteúdo artístico-cultural de ações políticas oportunistas, fragiliza o processo de luta para a construção de políticas públicas e de respostas a outras necessidades mais pragmáticas.

A dicotomia entre ação cultural e política fragiliza as movimentações políticas dos setores da cultura. Na prática, há um imbricamento entre ação cultural e política, e esta separação apenas problematiza a confecção de políticas para a cultura. É fato que tal aversão à inter-relação com a política e algumas práticas políticas não existe apenas no

campo da cultura, mas a tradicional instrumentalização da cultura pela política acaba aumentando esta resistência, por parte de artistas e gestores culturais.

A política cultural caracteriza-se pela capacidade institucional para a multiplicação de atividades e ações culturais. Paradoxalmente, essas políticas refere-se aos fatos históricos da gênese do campo cultural que, desde século o XIX, afirma-se pela hostilidade à racionalização burocrática, à hierarquização de prioridades, à gestão rigorosa de recursos e à avaliação criteriosa de resultados, enfim, pela referência à genialidade do artista e sua autonomia criativa. De outra forma, o campo cultural constrói-se historicamente contra o mundo da racionalização econômica e contra o Estado, embora, paradoxalmente, desenvolva-se em estreita relação com esses domínios, pois tanto se apoia no campo político, quanto se desenvolve em estreita relação com as tecnologias e indústrias culturais (SILVA, 2007, p.106).

Como relata Santos em seu depoimento, no dia 09 de maio de 2013, houve a quarta reunião oficial do GD⁴¹, que contou com a presença do então assessor especial para leitura do governo Haddad, o filósofo e professor Ricardo Musse, - um dos articuladores do Plano de Governo no setor da cultura - juntamente com a Coordenadora do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB), Zenita Monteiro. Nessa reunião foram reiteradas as reivindicações do documento protocolado por ocasião da campanha eleitoral, com ênfase na elaboração e implantação do PMLL.

Atentemos para o fato de que, naquele momento, a articulação entre o poder público e a sociedade civil passou a ter caráter institucional e formal, começando a ganhar reconhecimento e compromisso. Até então, as tratativas eram informais, como nos contam Rocha e Nalles, em seus depoimentos para esta pesquisa. O GD tinha em sua composição original a participação de funcionários públicos, mas estes não tinham a incumbência de representar, oficialmente, as instâncias governamentais em que atuavam. Sua participação era totalmente apartada de suas atribuições oficiais. Os funcionários participavam como militantes e profissionais do setor, mas sem nenhum compromisso oficial.

A Liga das Editoras Brasileiras (LIBRE) - entidade que representa as editoras independentes e que atua, politicamente, como um contraponto às entidades hegemônicas do mercado editorial, como a Câmara Brasileira do Livro (CBL) - promoveu no dia 18 de

⁴¹ Evento no *Facebook* de chamada para a 4ª reunião do GD. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/472836269452609/>> Acessado em: 13/05/2016.

maio de 2013 um debate público sobre o livro e leitura. O debate integrou a programação da Virada Cultural, que acontece desde o ano de 2006, na cidade de São Paulo⁴².

O referido debate foi realizado na Praça Mário Martins, em uma noite de sábado, ao ar livre como a maioria dos eventos da Virada Cultural, no cruzamento entre as Ruas Consolação e Martins Fontes. A praça fica próxima à Biblioteca Mário de Andrade, um dos lugares mais emblemáticos do livro e leitura na cidade.

Marques Neto relata, em seu depoimento, que compôs a mesa do debate juntamente com o jornalista Jeosafá Gonçalves (Fórum Mudar São Paulo e GD), com o editor Haroldo Ceravolo Sereza (LIBRE) e com o professor Luiz Armando Bagolin (diretor da Biblioteca Mário de Andrade). O debate buscou alinhar as perspectivas do poder público e da sociedade civil sobre a elaboração do PMLL.

No dia 13 de setembro de 2013, foi promovido o “Primeiro Encontro Municipal do Livro e da Leitura do Município de São Paulo”⁴³, que reuniu representantes do poder público e da sociedade civil: o Secretário-Adjunto Municipal de Cultura, Alfredo Manevy; o Diretor de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Fernando José de Almeida; o Secretário-Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (MinC), José Castilho de Marques Neto; a Coordenadora-Executiva do Centro de Cultura Luiz Freire (PE), Cida Fernandez; e o Coordenador do Programa “Prazer em Ler” do Instituto C&A, Volnei Canônica. Estavam entre os participantes do Encontro, os membros do GD, diversos militantes e trabalhadores do livro e leitura. Segundo Santos (em depoimento), o Encontro foi patrocinado pelo LiteraSampa, que utilizou os recursos repassados pelo Instituto C&A, em uma das linhas de atuação do programa “Gostar de Ler”. A organização ficou a cargo dos membros do GD. O poder público, por meio da SMC, cedeu a Sala Adoniran Barbosa do Centro Cultural de São Paulo. Até aquele momento, o poder público só atuava em torno das articulações do PMLL, quando provocado, sem grande ênfase.

Ao final das intervenções, foi estabelecido o compromisso formal entre o poder público e a sociedade civil para a instituição, de maneira rápida, do Grupo de Trabalho

⁴² Programação oficial da Virada Cultural, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/viradaculturaloficial/>>. Acessado em 15/05/2016 e notícia sobre o Debate sobre o livro e a leitura no âmbito da Virada Cultural, 2013. Disponível em: <<http://mudarsaopaulo.blogspot.com.br/2013/05/virada-cultura-debate-democratizacao-do.html>>. Acessado em: 15/05/2016.

⁴³ Notícia sobre o “Primeiro Encontro Municipal do Livro e da Leitura do Município de São Paulo”, no sítio na internet da LIBRE. Disponível em: <<http://libre.org.br/noticia/86/sao-paulo-promove-encontro-para-definicao-do-plano-municipal-do-livro-e-leitura>>. Acessado em 14/05/2016.

(GT) para a elaboração do PMLL. O GT teria como base de sua composição os membros do GD, sendo ampliado com a participação do poder público.

Em sua entrevista, Nalles, que, à época, era responsável pela Biblioteca do Centro Cultural São Paulo, afirma que foi nesse encontro que, pela primeira vez, os responsáveis pelas pastas de Cultura e Educação manifestaram-se, oficialmente, sobre a construção do PMLL, reiterando o compromisso registrado no Plano de Governo do então candidato à Prefeito na campanha do ano anterior.

Figura 2 – Convite para o Encontro Municipal de Mobilização para o PMLL realizado em 13 de setembro de 2013.



**C
O
N
V
I
T
E**

Eu apoio
a criação e a implementação do
Plano Municipal do Livro
e da Leitura da cidade de SP
PMLL SP

**Encontro discute criação
do Plano Municipal do Livro
e da Leitura (PMLL)
da cidade de São Paulo**

No próximo dia **13 de setembro, sexta-feira**, das 9h00 às 17h00, no **Centro Cultural São Paulo** (rua Vergueiro, 1000), será realizado o **Encontro Municipal de Mobilização para o PMLL/ São Paulo**. O objetivo do evento é aprofundar e ampliar a discussão sobre a necessidade de um conjunto articulado de políticas públicas especificamente voltadas à promoção do acesso da população ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas públicas, escolares e comunitárias no município de São Paulo.

Promovido pelo **Grupo de Discussão (GD) do PMLL** - articulação criada em 2012 por entidades e pessoas interessadas na questão do livro e da leitura - o evento pretende ser o primeiro passo do processo de construção coletiva do plano municipal. É para tornar realidade essa ideia que o **GD do PMLL de São Paulo** convida todas as entidades e pessoas interessadas das diversas regiões da cidade.

Contato pelo e-mail:
gd.pml.sp@saopaulo.gov.br
Página do Facebook:
https://www.facebook.com/pmlsp?fref=ts

APOIO
DIAGRAMAÇÃO


Sindicato
dos Jornalistas
Profissionais do
Estado de São Paulo

Em seu relato, Santos destaca que o primeiro encontro oficial do PMLL, que reuniu o poder público com a sociedade civil, foi patrocinado pela área privada. O que reforça a fala de Marques, em seu depoimento, de que o compromisso do poder público com o plano traduzia-se, principalmente, na cessão de espaços e na disposição em iniciar o processo de elaboração do plano, mas sem a disponibilização de recursos alocados especificamente para essa ação.

Logo após o debate, realizaram-se ações culturais e oficinas de capacitação inspiradas nos quatro eixos fundantes do PNLL, com o intuito de esclarecer o conceito do plano setorial e as necessárias relações de cada um dos eixos com a realidade da Cidade de São Paulo.

Entidades da sociedade civil (por meio dos integrantes do GD), União (representada pela Secretaria-Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura) e Município (representado por integrantes da SMC e da SME) começavam os entendimentos para iniciar a escuta da sociedade com vista a construir o PMLL.

Segundo Marques e Rocha (em seus depoimentos), em uma reunião do GD, que aconteceu no final de 2013, foi decidido por unanimidade que o Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL) da Cidade de São Paulo passaria a ser chamado Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) para abarcar e incluir os segmentos da literatura e das bibliotecas.

Em abril de 2014, aconteceu a Primavera dos Livros⁴⁴ – outro evento organizado pela LIBRE – no qual foi assinado o protocolo do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca por Juca Ferreira (Secretário Municipal de Cultura) e Cesar Callegari (Secretário Municipal de Educação).

No dia 15 de maio de 2014, foi publicado convite no Diário Oficial da Cidade de São Paulo voltado à população em geral e às instituições mobilizadas para um encontro, a ser realizado na Galeria Olido (sede da Secretaria Municipal de Cultura), no qual as Secretarias Municipais de Cultura e Educação oficializariam a proposta para a criação do Grupo de Trabalho do PMLLLB, estipulando sua composição e suas atribuições:

⁴⁴ Programação da Primavera dos Livros, 2014, no sítio na *internet* da LIBRE. Disponível em: <<http://libre.org.br/noticia/254/veja-aqui-a-programacao-completa-da-primavera-dos-livros-sp-2014>>. Acessado em 19/05/2016.

As Secretarias Municipais de Cultura e Educação - SP têm o prazer de convidar as instituições abaixo listadas, para participarem de um encontro, no dia 20 de maio, no auditório da Galeria Olido, 8º andar, Avenida São João, 473 das 14h30 às 18h, onde será definida a constituição do Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo. O Grupo de Trabalho (GT) tem a finalidade de:

I – realizar o diagnóstico das ações de leitura em equipamentos de acesso público e privado, para o Município; II – elaborar eixos temáticos de atuação, com inspiração no Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL); III – realizar a construção democrática da redação oficial do PMLLLB, por meio de encontros regionais, e submetê-la à aprovação da comunidade paulistana por meio de plenárias a ser realizadas em 2014; IV – promover ampla divulgação e registro, além de assegurar a infraestrutura dos eventos e resultados relacionados à elaboração do PMLLLB; V – participar das discussões sobre as políticas municipais, como o Plano Diretor da cidade e outras, que possam incluir as futuras ações previstas pelo PMLLLB.

O GT será composto por 02 (dois) representantes de cada órgão e entidade, de acordo com o Art. 2º da Portaria Intersecretarial nº 01/SMC/SME, relacionados abaixo e que devem ser porta-voz do segmento em que atuam. I – Secretaria Municipal de Cultura; II – Secretaria Municipal de Educação; III – Secretaria Municipal de Direitos Humanos; IV - Secretaria do Governo Municipal; V – Grupo de Discussão (GD) do Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL); VI – LiteraSampa; VII – BibliASPA: Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes; VIII - Sindicato dos Jornalistas; IX - Fórum Mudar São Paulo; X – SENAC; XI – SESC; XII – Articulação dos Saraus Periféricos; XIII – Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal; XIV – Entidades representantes de escritores; XV - Entidades representantes de editores e livreiros; XVI - representantes dos direitos da pessoa com deficiência; XVII - representantes de bibliotecas comunitárias. (SÃO PAULO, 2014, p. 15)⁴⁵

3.3. O projeto de Lei 168/2010

Em meados de 2010, o poeta e agitador cultural, Robinson Padial, mais conhecido como Binho, solicitou ao Vereador Antonio Donato (PT) que elaborasse um Projeto de Lei para tratar das questões relacionadas ao livro para a cidade de São Paulo. Binho iniciou os contatos com o Vereador Donato por intermédio da militante de movimentos culturais, Maria Penha da Silva,

⁴⁵ Convite de SMC e SME, por meio do SMB, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, para encontro para a constituição do Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/GatewayCertificaPDF.aspx?notarizacaoID=24f9d1c0-b7c6-4bb5-8abb-c9fd14501480>>. Acessado da 22/05/2016.

Nascido no município de Taboão da Serra, que faz divisa com o bairro de Campo Limpo, Zona Sul paulistana, Binho organiza, desde 2004, o “Sarau do Binho”⁴⁶ no lado paulistano da fronteira em que nasceu. Binho, é artista e militante das “franjas da cidade”, como vários deles se definem, artistas, produtores e militantes da cultura, que atuam longe do Centro Expandido⁴⁷ paulistano.

O Sarau do Binho, que reúne músicos, escritores e a comunidade da região para declamar poemas, cantar e discutir temas de interesse local, ocupa juntamente com o sarau da Cooperifa⁴⁸, liderado pelo poeta Sergio Vaz, no Capão Redondo, o papel de os precursores da “cena dos saraus” na periferia de São Paulo.

Efetivamente, a partir de 2001, cada vez mais saraus têm sido organizados nas regiões suburbanas da cidade de São Paulo. Anualmente, o número tem se multiplicado, preenchendo o calendário e salpicando o mapa. Os saraus da periferia conformam um circuito atravessado por uma rede de frequentadores, que transitam de um bairro a outro sem levar em consideração as grandes distâncias geográficas, nem as distâncias que impõem a realidade do tráfico e da pobreza (TENINA, 2013, p.13).

Logo após o pedido de Binho, os assessores do vereador formularam um Projeto de Lei que tomou como base a Lei Federal nº 10.753 de 2003, a Lei do Livro⁴⁹, que instituiu a política nacional para o livro no âmbito federal e foi a primeira lei na área do livro e leitura aprovada no período do governo Lula, uma das marcas do início do seu mandato no setor cultural, como apontado anteriormente.

O Projeto de Lei 168/2010 – a Lei do Livro de São Paulo – passou pelas três Comissões Regulamentares da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo (a Comissão de Finanças, a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Justiça) e foi aprovado em

⁴⁶ Blog do Sarau do Binho. Disponível em: <<http://saraudobinho.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 19/05/2016.

⁴⁷ O Centro Expandido da cidade de São Paulo é uma área da cidade localizada ao redor do Centro Histórico e delimitada pelo chamado minianel viário, composto pelas Marginais Tietê e Pinheiros, as Avenidas Salim Farah Maluf, Afonso d'Escragnoille Taunay, Bandeirantes, Juntas Provisórias, Presidente Tancredo Neves, Prof. Luís Inácio Anhaia Mello e Complexo Vila Maria. Verbete sobre o Centro Expandido publicado no sítio da *internet Wikipedia*. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_expandido_de_S%C3%A3o_Paulo>. Acessado em: 21/08/2016.

⁴⁸ Fanpage do Cooperifa no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Cooperifaoficial>>. Acessado em 19/05/2016.

⁴⁹ Lei do Livro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acessado em 19/05/2016.

primeira votação, no dia 12/12/2013. Sem perspectivas de que a Lei do Livro paulistana fosse aplicada na gestão Kassab, o Vereador Donato resolveu segurar temporariamente o PL, para retomá-lo em um momento político mais oportuno.

O Vereador Donato, fora reeleito no pleito de 2012, e atuou como coordenador da campanha eleitoral para Prefeito do, então candidato, Fernando Haddad. Após a eleição de Haddad, já em sua gestão, Donato assumiu a Secretaria Municipal de Governo, função que exerceu até o final do ano de 2013. Quando retornou ao seu mandato na Câmara Municipal de São Paulo, um dos projetos que ele retirou da gaveta foi o PL 168/2010. Sua intenção era a de retomar as discussões sobre o seu conteúdo e um dos caminhos era o ouvir os escritores das periferias, a militância e os profissionais do livro e leitura na Cidade.

. Marques Neto (em depoimento) conta que o Vereador Antonio Donato o chamou para uma conversa sobre as possibilidades de ampliação do escopo e alcance do PL/168/2010. Os dois conheciam-se, desde o tempo de militância política no começo da década de 1980, ambos como membros do grupo interno do PT, Liberdade e Luta (LIBELU). Após um período afastado do MinC, o Professor José Castilho de Marques Neto retornaria ao comando da Secretaria-Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura em junho de 2013, após convite da então Ministra Marta Suplicy

Nesta primeira conversa, ele forneceu informações ao Vereador Donato sobre os avanços que ocorreram, desde 2006, por meio do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e, principalmente, sobre a necessidade de implantação dos planos nos estados e municípios. Assim, Marques Neto conta, em seu depoimento, que também sugeriu ao Vereador Donato que o PL 168/2010, que estava com tramitação adiantada na Câmara Municipal, poderia servir como base para a instituição de uma lei municipal de promulgação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. Para isto, o Vereador pediu que Marques Neto indicasse um consultor para área do livro, que pudesse contribuir em seu mandato elaborando um substitutivo para o projeto de lei e acompanhando o processo no Poder Legislativo.

Em maio de 2014, eu⁵⁰ fui convidado para assessorar o Vereador na condução do PL 168/2010. Neste momento, iniciei minha participação como ator no processo de construção do PLMLLB, que descrevo e analiso nesta dissertação. Tenho uma relação de

⁵⁰ Optei por usar a primeira pessoa, neste trecho, para me referir à minha atuação e inegável implicação no processo estudado.

amizade, militância e afinidades profissionais com o Professor José Castilho Marques Neto e atuou profissionalmente na área do livro e leitura, desde o início da década de 1990, como bibliotecário e gestor público.

Minha primeira tarefa foi iniciar a interlocução com o Poder Executivo Municipal e com o GD do PMLL. Tendo como objetivo explicar a trajetória do PL 168/2010, até aquele momento, e oferecê-lo, como guarida, para os resultados do processo de construção do PMLL.

Iniciei os contatos com o Poder Executivo Municipal, por intermédio do Secretário-Adjunto Municipal de Cultura Alfredo Manevy. Marquei uma reunião com alguns integrantes do GD, onde conheci o professor Paulo Farah, os jornalistas João Luiz Marques e Flavio Carrança e o mediador de leitura Beto Silva, todos membros e articuladores do grupo. No início, houve resistência à ideia de juntar os trabalhos do GD ao PL, por desconfiança por parte dos membros do GD.

Segundo Carrança⁵¹ (em depoimento), o principal receio era de que o processo do PMLL fosse atropelado e gerido de forma autoritária, sendo literalmente sequestrado pelo Poder Legislativo, desconsiderando toda a discussão e o trabalho acumulados desde 2012 pelas articulações do GD. O receio principal, portanto, era de que a participação social, característica principal do processo até aquele momento fosse diluída e desconsiderada.

A intenção do Vereador Donato, porém, era justamente a de juntar os dois movimentos: aproveitando o percurso já em curso do PL 168/2010 na Câmara Municipal e o processo participativo já iniciado pelo GD junto à sociedade. Os interesses de ambas as partes ficaram esclarecidos na audiência pública que ocorreu, em 09 de junho de 2014, na Câmara Municipal, para debater a continuidade das discussões sobre o PL 168/2010.

Na mesa de debate, estavam presentes o Vereador Donato, o professor Paulo Farah (FFLCH/USP e membro do GD), o professor da Edmir Perroti (ECA/USP), Claudete Alves (Presidente do SEDIN), Maria Zenita Monteiro (Coordenadora do SMB), Rodrigo Ciriaco (ativista de saraus), José Castilho Marques Neto (Secretário-Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura), Marta de Betânia Juliano (SME) e João Ibaixe Júnior (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB).

Sereza, que estava na plenária nesta ocasião, relata, em seu depoimento que ficou acertado na audiência pública que o PL 168/2010 seria transformado na Lei do PMLLLB,

⁵¹ Entrevista concedida ao autor por Flavio Carrança, jornalista em 23/02/2016.

por meio de um substitutivo da primeira versão, o que facilitaria a posterior tramitação no Legislativo; e que, segundo palavras do próprio Vereador Donato, todo o processo de escuta da sociedade e a própria elaboração do texto do Plano ficaria sob a responsabilidade do GD, ou seja, da sociedade civil.

Figura 3- Audiência pública sobre o PL nº 168/2010 realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em 09 de junho de 2014.



3.4. Grupo de trabalho do PMLLLB: os segmentos

Segundo Nalles (em depoimento), após a Audiência Pública na Câmara dos Vereadores, ocorreu uma reunião formal do GD antes da formalização do Grupo de Trabalho por parte do poder público. Na reunião que ocorreu no dia 29/06/2014, no CCSP, duas importantes decisões foram formalizadas: a primeira delas foi a inclusão da literatura como o quinto eixo constitutivo do PMLLLB e a segunda foi aprovação do regimento interno de funcionamento do GT.

O regimento que definiu a natureza e finalidade do GT foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria Intersecretarial nº 01/SMC e SME, que havia sido publicada no Diário Oficial no dia 12 de abril de 2013. O regimento apresentou como principais objetivos:

- elaborar o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca;
- estabelecer a composição do GT (dividida entre representantes governamentais e entes não-governamentais)
- indicar o funcionamento e a estrutura que estipulam as reuniões regulares, a obrigatoriedade de atas e relatórios e a publicização dos mesmos;
- a instituição de um Plano de Ação e a possibilidade da criação de subcomissões para a execução dos trabalhos;
- regulamentar um índice mínimo de assiduidade dos membros e as responsabilidades das entidades representadas.

A partir daquele momento o GD se dissolveu para dar espaço à necessária e esperada formalização do poder público no sentido de constituir um grupo de trabalho. A partir da portaria Nº 63/14 de 30 de agosto de 2014, assinada pelo Secretário Municipal de Cultura, Juca Ferreira, ficou constituído o Grupo de Trabalho para o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB).

Houve uma predominância quantitativa de representantes da sociedade civil na composição do GT do PMLLLB, fato que respeita e se reporta às próprias origens do processo e a maneira que ele foi conduzido e que é uma característica dos planos de outras cidades que têm a sociedade civil como indutor e à própria história do PNLL. Foram escolhidos oito representantes governamentais, sendo dois da Câmara Municipal, e vinte das entidades não governamentais, sendo quatro do Sistema S (SENAC e SESC).

A sociedade civil, que se apresentou como o ator principal desde o início do processo em 2012 com criação do GD, que se organizou através das interlocuções com os grupos de trabalhos de outros estados e municípios e dos insistentes pedidos junto ao poder público, ocupava expressivo espaço dentro do GT do PMLLLB.

QUADRO 5 – Constituição do Grupo de Trabalho do PMLLLB

Instituição	Integrantes
Secretaria de Cultura	Sueli Nemen Rocha e Waltemir Jango Belli Nalles
Secretaria de Educação	Fátima Bonifácio e Norberto Jesuino Ribeiro do Valle Vieira (posteriormente substituído por Cristina Aparecida Reis Figueira)
Secretaria de Governo Municipal	Carla Andreza Alves de Lima Thomé e Stella Verzolla
Secretaria de Direitos Humanos	Aline B. Vicentin e Eduardo C. B. Bittar
BibliASPA – Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul- Países Árabes	Paulo Daniel Elias Farah e Janaína Elias
Fórum Mudar São Paulo	João Luiz Marques e Jeosafá Fernandes Gonçalves
Sindicato dos Jornalistas	Flávio Carrança e Denise Maria de Moraes Santana Fon
Câmara Municipal	Ricardo Queiroz Pinheiro e Maria Aparecida Perez
SESC	Ana Luísa Sirota de Azevedo e Francis Márcio Alves Manzoni
SENAC	Edson Feitosa e Cristiane Camizão Rokicki
Editores e livreiros	Haroldo Ceravolo Sereza e Francisco Ednilson Xavier Gomes
Direitos da Pessoa Com Deficiência	Naziberto Lopes de Oliveira e Flávio Augusto Werner Scavasin
Bibliotecas Comunitárias	Elani Tabosa do Nascimento e Abrãao Antunes da Silva
LiteraSampa	Isabel Santos e Sueli Stipp
GD (Grupo de Discussão)	Maria Nilda Rodrigues Santos e Beto Silva
Saraus	Regina Tieko Furuya Pacheco e Fernando Ferrari (posteriormente substituído por Fernando "Ruivo" Lopes);
Escritores	Hamilton Faria e Marcos Nocelli

Na composição oficial do GT, foram confirmadas as presenças dos membros do GD, os quais mantiveram participação constante nos trabalhos e articulações no período de 2012 a 2014. Dois deles, inclusive, a jornalista Maria Nilda Rodrigues e o mediador de leitura Beto Silva, foram escolhidos formalmente como representantes do GD no GT.

Por decisão do Secretário Municipal de Cultura, Juca Ferreira, o professor Paulo Daniel Elias Farah (FFLCH/USP e integrante do GD) foi nomeado Coordenador do GT do PMLLLB, o que consta no Decreto que instituiu o GT. A partir daquele momento, as interlocuções entre o GT e o poder público municipal foram mediadas pela figura do Coordenador nomeado pelo Secretário.

Segundo Marques (em depoimento), o perfil de composição do GT refletiu a insistência de um grupo militante, do aprendizado coletivo dentro de um processo de participação e do amadurecimento político do grupo. Todos tinham expectativas e certo ceticismo quanto à formalização dos trabalhos da parte do poder público. O papel dos diferentes atores envolvidos será o foco da seção seguinte.

Na entrevista com Santos, ela refere que a composição do GT refletiu o processo de participação, iniciado em 2012, que deu forma ao GD e marcou os desdobramentos posteriores deste processo. As entidades escolhidas para compor o GT estiveram presentes desde o início, o que marcou a força e o interesse da sociedade civil que constituiu dois terços do grupo.

4. OS ATORES

No histórico da construção dos planos municipais nas diferentes cidades do Brasil há sempre um destaque, uma característica para cada processo de elaboração, que pode ser intensificada pela força de um segmento ou pelo trabalho em conjunto. Em São Paulo, alguns fatores e atores se mostraram fundamentais para que o PMLLLB saísse do plano das ideias.

Há um importante destaque a ser feito: o inédito diálogo promovido pelo GD, e agora pelo GT entre os atores de segmentos que raramente se relacionam. Não é fácil juntar: a cadeia produtiva (editoras, livrarias, distribuidoras), os mediadores de leitura, as bibliotecas públicas e escolares, a cena de saraus, escritores marginais, projetos comunitários de leitura e as instituições do terceiro setor. São segmentos que não dialogam justamente pela falta de oportunidade e fóruns adequados.

A cena dos saraus e escritores periféricos e as bibliotecas comunitárias foram os dois segmentos que sobressaíram e trouxeram singularidade ao processo de elaboração do PMLLLB em São Paulo. O primeiro segmento pela força de sua produção e pelo ineditismo, e o segundo pela marcante presença e determinação de seus militantes desde o início do processo.

Não há como falar em livro e leitura na cidade de São Paulo na primeira década do século XXI sem destacar a cena dos saraus e a produção literária periférica. Assim como não há como ignorar a força das bibliotecas comunitárias em setores onde o Estado não consegue chegar. Decerto que, ao olharmos mais detidamente para esses dois destaques, perceberemos mais um capítulo da ausência das políticas públicas em relação a um segmento da cultura.

Nesse sentido, o objetivo desta seção é o de mapear os principais atores envolvidos no processo de construção do PMLLLB e suas características e contextos de atuação, buscando trazer mais subsídios para a compreensão das dinâmicas de interação e de conflito que eles estabeleceram entre si, de que iremos tratar na seção seguinte.

4.1. A cena dos saraus, a literatura periférica e os escritores

A cena dos saraus foi um dos elementos que tornaram o processo de construção do PMLLLB singular e representativo na cidade de São Paulo. Porém, o histórico da participação dos coletivos dos saraus no GT foi mais complexo e acidentado, ao repetir embates e disputas que existem dentro dos segmentos de cultura.

De acordo com Lopes⁵² e Tieko⁵³ na primeira versão da composição do GT não havia representação da cena de saraus periféricos. Tieko (2016) afirma que ficou sabendo da existência do GD em uma reunião do Veio Ventania (programa de fomento da SMC) através da funcionária, Rosa Maria Falzoni, que sugeriu que eles procurassem os integrantes do grupo para que a cena dos saraus fosse inserida no processo.

Na sequência - por volta de maio de 2014 - aconteceu uma reunião dos coletivos de saraus que deliberou a participação da cantora e articuladora do sarau “Encantos e Utopias”, Regina Tieko em uma reunião formal do GD que aconteceu na SME no mês de junho de 2014 para levar as reivindicações suas reivindicações.

Na reunião houve a exposição do posicionamento dos coletivos de saraus e ficou decidido que o segmento teria representantes na formação oficial do GT, que viria a ser formalizado posteriormente. Na ocasião, os coletivos debateram a relação dos saraus com as bibliotecas públicas, a ausência da produção literária periférica nas estantes das bibliotecas, além de diversos pontos que já haviam sido discutidos no “Existe Dialogo nos Saraus”, encontro dos coletivos de saraus com gestores da SMC que havia acontecido em 12/11/2013 na Galeria Olido.

Segundo Lopes (em depoimento), o fato de os saraus terem sido “esquecidos” na primeira chamada de formação do GT reflete o desconhecimento dos componentes de alguns setores da sociedade e a omissão do poder público perante uma dinâmica que se construiu e se sustentou na periferia da cidade de São Paulo.

Os saraus de periferia se desenvolveram, longe dos lugares privilegiados da cultura, o centro, onde estão instalados grande parte dos equipamentos culturais, e, também, do universo de especialistas na área acadêmica e da gestão pública. A cidade oficial desconhece os saraus, reforça Lopes (em depoimento).

⁵² Entrevista concedida ao autor por Fenando “Ruivo” Lopes, educador, escritor e ativista dos direitos humanos em 22/02/2016.

⁵³ Entrevista concedida ao autor por Regina Tieko, musicista em 17/02/2016.

Ainda há outro fator relevante que incide nesse desconhecimento, que é a concentração das políticas e do campo decisório da cultura nas mãos das elites, a circulação das informações e o interesse de quem determina as políticas se restringem a uma faixa geográfica da cidade onde os poderes e as prioridades prevalecem.

A violência, a falta de solidariedade, as dificuldades de mobilidade (transporte público caro e ineficiente) faz com que as pessoas circulem menos nos meios urbanos, o que não quer dizer que elas se diluam, ao contrario, elas procuram espaços de intimidade doméstica e afetiva. Os saraus estão diretamente ligados a esses espaços de intimidade doméstica e ligação com a comunidade. (García-Canclini, 1990)

Os saraus são um fenômeno essencialmente paulistano (que influenciou versões em outras metrópoles como Rio de Janeiro, Salvador), e mais que isso, da periferia da cidade, das chamadas franjas da cidade. Desde 2001, os saraus da periferia paulistana vêm articulando ações de incentivo à leitura, de estímulo à escrita e, principalmente, de uma mudança do fazer cultural, incorporando autogestão, produção e circulação, lastreado pela produção profícua da chamada literatura periférica.

A literatura de Ferréz, bem como a escrita de muitos dos autores por ele lançados, filia-se esteticamente ao movimento hip hop, tendo no RAP uma influência fundamental, remetendo assim as origens da literatura periférica à década de 1990 onde o Movimento Hip Hop se consolidou impulsionado pelo sucesso do grupo Racionais MC's[2]. Esse período liderado por Ferréz é chamado de Literatura Marginal (...). Já a produção literária vinculada aos saraus expande o arco de influências, incorporando uma escrita vinculada à negritude (algo presente no Rap também), à música popular brasileira, aos cânones da literatura brasileira, além do próprio Hip Hop, adensando uma produção literária que adquiriu forma de livro a partir de diversas coletâneas publicadas com o apoio de editais públicos, notadamente da Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) (...) Esse período é marcado pela emergência do termo Literatura Periférica. (LEITE, 2014, p. 1).

Os saraus se organizam em espaços não usuais, fora dos lugares consagrados da cultura. Ao invés de estarem nas bibliotecas, nos centros culturais ou nas casas de cultura, os saraus se utilizam de bares, praças públicas, residências, onde a poesia e a música se encontram com as reflexões sobre a própria produção cultural, sobre a política e os diversos assuntos que envolvem as comunidades tais como violência, moradia, direitos humanos, saúde. Funcionam como elo de trocas da cultura, da cultura política e de diversos tipos de interesses comuns.

Os saraus funcionam como pontos de politização, em que a palavra não é apenas lúdica, fonte de prazer e expressão, mas, sobretudo, fonte de articulação e reinvenção. São espaços aonde novos sujeitos – individuais e coletivos, políticos e sociais – vão se construindo, por meio do diálogo, da troca, do conhecimento, e, principalmente, da certeza de ser com dignidade, lá onde a dignidade sempre foi negada. (REYES ARIAS, 2011, p. 27).

Teninna (2013) afirma que a cena de saraus, no seu início, não estabeleceu relação com o Estado. Os saraus começaram nos bares e ambientes privados da periferia e sem qualquer interlocução com quem decide e opera nas políticas culturais oficiais. As relações comunitárias e valorização da produção literária local são os ingredientes principais da cena dos saraus, o que torna a sua realização mais fluída e informal.

Sabe que é legal? E que tá se falando muita poesia hoje e as pessoas têm essa liberdade dos saraus, as pessoas vão lá pra falar, não importa nem como tá escrito no livro, as pessoas falam de memória, escrevem ali do jeito delas, com todos os erros que essa língua disputa, mas tá ali, tá falando. A própria periferia já tem essa coisa de estar junto: “tamo junto!”. Tamo já é singular e “junto é nós”, seria: “somos nós na periferia”. (Depoimento do poeta Binho: in PEÇANHA, 2015, p.333).

Os saraus são fenômenos culturais intrinsecamente ligados aos lugares onde eles acontecem, a construção do espaço simbólico é indissociável do fazer cultural, e aqui utilizamos o conceito de lugar na perspectiva de Proença (2007) como os espaços de convergências simbólicas, que resultam de experiências compartilhadas mediante algumas possibilidades de entendimento sobre o que representam certos conteúdos compartilhados.

No geral, os saraus mantêm uma fidelidade com as origens, daí a importância das marcas locais: o bairro, as ruas, a vizinhança, os laços comunitários. Do ponto de vista do estilo, na poesia e na prosa apresentadas trazem uma influência marcante do movimento hip hop, das tradições da “literatura negro brasileira”. Os saraus dialogam com os elementos da cultura popular urbana e da fala coloquial das periferias.

O fato dos saraus acontecerem no bar e não em equipamentos culturais públicos, é um retrato da relação que seus integrantes estabelecem com os espaços públicos e o ceticismo com os direitos providos pelo Estado. Assim como os saraus não são reconhecidos pelas políticas públicas, os seus frequentadores não reconhecem os equipamentos públicos como um lugar que os acolhe e se distanciam da disputa pelo uso dos espaços públicos. Os saraus das periferias podem ser definidos, de um modo breve, como reuniões em bares de diferentes bairros suburbanos da cidade de São Paulo, onde os moradores declamam ou leem textos próprios ou de outros diante de um microfone, durante aproximadamente duas horas. Muitos bares – espaços nos quais normalmente acontecem os episódios que se transformam em estatísticas posteriormente (os

assassinatos e o alcoolismo) – funcionam, desde então, também como centros culturais (TENINA, 2013, p.12).

Devido ao grande acolhimento, à noção de pertencimento, e ao reconhecimento demonstrados na participação das comunidades envolvidas em suas ações, parte dos grupos de saraus conseguiram quebrar as barreiras e emplacaram projetos ligados à educação (dentro das escolas públicas), bibliotecas públicas e centros culturais. A legitimidade das ações do território abriu as portas dos espaços consagrados e tradicionais da educação e cultura para os saraus.

Um exemplo disso é o caso dos Saraus dos Mesquiteiros, da zona leste, capitaneado pelo poeta e educador Rodrigo Círiaco que iniciou sua relação com os saraus como participante do Sarau Cooperifa, criou seu próprio sarau e hoje organiza ações sistemáticas que unem educação e cultura sob a dinâmica dos saraus periféricos.

Outro exemplo é o coletivo Perifatividade, que existe desde 2005 atua na região do fundão do Ipiranga, e promove ações dentro das escolas locais com atividades sobre a temática dos direitos humano mescladas à música e a produção literária.

Na ocupação das escolas pelos secundaristas em 2015, em protesto contra o autoritário projeto de reorganização das escolas públicas estaduais paulistas, imposto pelo Governador Geraldo Alckmin, os dois saraus citados estabeleceram importante interlocução com os alunos que ocuparam as escolas.

O que facilitou essa interlocução foi justamente a legitimidade das ações realizadas nos territórios das escolas ocupadas, que envolveram diretamente alunos e pessoas da comunidade. Segundo Lopes (2016), o fato dos saraus serem organizados por pessoas dos territórios facilita a aproximação e as colaborações que envolvem as ações culturais e as ações políticas. O Perifatividade não bateu na porta das pessoas para se apresentar, ele já estava lá há tempos.

Segunda Teninna (2013), existem também os saraus dedicados à *performance* poética e cujo seus integrantes ganharam destaque na produção literária, como o Elo da Corrente, do bairro de Pirituba, o Sarau da Brasa, da Vila Brasilândia, que inicia e termina suas performances com tambores e cantos e logo após abre espaço para os poetas, demonstrando uma fidelidade às tradições afro-brasileiras.

Não são poucos as histórias de pessoas que ingressam no universo da leitura e da literatura através dos saraus. É o caso de Ribeiro⁵⁴ (em depoimento), um migrante baiano que em 2004 passou a frequentar o Sarau do Cooperifa, e nesse período, ele que era músico amador e mecânico de automóveis, começou a escrever e falar seus poemas por conta do clima informal e da identificação que sentiu com os participantes dos saraus, foi uma forma de tirar a literatura do lugar que antes ele via como inacessível e profundamente elitizada.

De acordo com Ribeiro (em depoimento) sua experiência com as bibliotecas públicas em São Paulo foi negativa desde o início. Migrante baiano, ele chegou à cidade em meados da década de 1990 e não encontrou nas bibliotecas um espaço acolhedor para a leitura, pelo excesso de formalismo no atendimento e pela organização do espaço.

A partir de 2013, Ribeiro começou a organizar em sua oficina mecânica o seu próprio sarau o “Sarau Clamarte”⁵⁵, inspirado nas suas experiências como frequentador do Sarau da Cooperifa e do Sarau do Binho e nas relações que estabeleceu dentro da cena literária periférica.

No Clamarte, ele reúne além dos escritores, músicos, leitores, usa o espaço para organizar exposições de artes plásticas e cartazes e promove debates sobre literatura, temas da política e dos interesses comunitários. O Sarau Clamarte ficou popular e hoje (2016) chega a reunir até duzentas pessoas em suas versões mais concorridas.

Em 2014, o Sarau Clamarte foi contemplado dentro do Programa Veia e Ventania. Ribeiro, que é conhecido popularmente como o poeta Casulo, levou seu sarau então para dentro da Biblioteca Malba Tahan⁵⁶, vizinha de oficina mecânica local onde ele regularmente acontece, foi seu jeito de ficar à vontade em uma biblioteca pública.

Olhando para a trajetória do Sarau Clamarte, é importante destacar a importância e o impacto das relações dos saraus com o poder público. A primeira mudança substancial na relação cena de saraus/estado veio com o Programa Cultura Viva⁵⁷ do MinC, que, ao reconhecer os saberes locais e fomentar algumas modalidades não reconhecidas até então pelas políticas culturais do Ministério, acabou contemplando alguns saraus.

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor por Gilmar Ribeiro (Causulo), poeta em 03/03/2016.

⁵⁵ Disponível em <<https://www.facebook.com/events/1577981585762229/>> Acesso dia 26/05/2015.

⁵⁶ Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/m_albatahan/> Acessado em 26/05/2016.

⁵⁷

Como um exemplo dos saraus contemplados no Programa Cultura Viva, citamos o Sarau do Binho do bairro de Campo Limpo, zona paulistana, que foi reconhecido como Ponto de Cultura no ano de 2010. Foi um início tímido e restrito, mas que abriu o diálogo com os saraus, e os reconheceu como uma ação cultural que implica literatura, oralidade, promoção de leitura com as raízes fincadas na comunidade.

Segundo Nalles (em depoimento) no âmbito municipal os saraus não tinham nenhuma relação com os equipamentos culturais e não estava incluído formalmente em nenhum programa da SMC até o início de 2011.

As políticas municipais de cultura não contemplavam a cena dos Saraus que já comemorava dez anos de existência, até que em 2011, foi criado o Programa Veia e Ventania⁵⁸, que tem como objetivo promover atividade dos saraus em equipamentos culturais da SMC, especialmente as bibliotecas públicas, cuja escolha dos grupos acontece através de um edital. Foi o tímido início da relação dos saraus com os equipamentos culturais tradicionais em São Paulo.

No histórico da composição do GT os saraus foram os últimos a ser lembrados para compor o grupo e entraram pela legitimidade e relevância que construíram nos espaços periféricos, reunindo músicos, escritores que ficam apartados do circuito cultural tradicional.

Os escolhidos da cena saraus para compor o GT do PMLLLB foram o professor e ativista cultural, Fernando Ferrari, um dos organizadores do Sarau da Vila Fundão⁵⁹ que acontece no Bar da Vila Fundão no Capão Redondo e a musicista Regina Tiekó que comanda o Sarau Encontro de Utopias em vários locais do centro de São Paulo.

Na segunda metade do processo de elaboração do PMLLLB, Fernando Ferrari foi substituído pelo escritor e educador popular, Ruivo Lopes, integrante do coletivo Perifatividade. Segundo Lopes (em depoimento) a sua escolha se deu dentro de uma reunião com vários representantes das cenas saraus e um dos critérios foi a sua militância na área de políticas públicas.

⁵⁸ O “Programa Veia e Ventania” é assim definido pelo edital de 2015 : “PROGRAMA VEIA E VENTANIA tem por finalidade propiciar atividades artísticas relacionadas de forma direta com a literatura, em parceria com realizadores de Saraus em Equipamentos Públicos, principalmente os de responsabilidade da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, podendo se estender para Casas de Cultura, Centros Culturais ou outros espaços de responsabilidade direta da SMC ou ainda nos Centros CEU, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.”

⁵⁹ Disponível em <<http://sarauvilafundao.blogspot.com.br/>> Acessado em 26/05/2016.

Os escritores paulistanos não tiveram representação no GD. Assim como no caso da cena dos saraus, não chegou ao conhecimento das entidades representativas de escritores a existência do GD e a mobilização em torno do PMLLLB. No momento de compor o GT do PMLLLB, esse vácuo foi preenchido e foram incluídos dois representantes dos escritores da cidade, o poeta e gestor cultural Hamilton Faria e o escritor Marcos Nocelli, indicados pela seção paulista da União Brasileira dos Escritores (UBE).

No momento de compor o GT do PMLLLB, esse vácuo foi preenchido e foram incluídos dois representantes dos escritores da cidade, o poeta e gestor cultural Hamilton Faria e o escritor Marcos Nocelli, indicados pela seção paulista da União Brasileira dos Escritores.

Um detalhe que não poderia passar despercebido, não há qualquer relação entre a seção paulista da União Brasileira dos Escritores e os escritores de periferia e a cena dos saraus, o desconhecimento é mútuo. As representações foram escolhidas em processos estanques, sem qualquer comunicação entre as suas partes.

Assim como os saraus da cena periférica, as bibliotecas comunitárias são segmentos da leitura e da escrita distintos na natureza e na abordagem de suas atividades, mas que apresentam semelhanças em relação a dois principais aspectos: a frágil interlocução com o poder público e em contraponto uma ligação sólida e orgânica e legítima com os lugares em que eles estão instalados. Eles são a confirmação de que a territorialidade é um importante parâmetro para a construção de políticas públicas.

4.2. As bibliotecas comunitárias

No início da seção 3, discutimos o papel central das bibliotecas comunitárias no processo de construção do PMLLLB por intermédio do IBEAC e do LiteraSampa. Foi o coletivo de bibliotecas comunitárias que provocou as primeiras discussões acerca do plano na cidade, na origem do GD. Comparadas com as bibliotecas escolares e públicas, que compõem o quadro tradicional de equipamentos públicos de leitura, as bibliotecas comunitárias são o elo mais frágil em relação às ações do Estado. Sendo assim, não é por

acaso que a articulação política do GD tenha sido proposta por iniciativa desse coletivo e de suas demandas e necessidades.

Segundo Machado (2008, p.145), ao pensarmos as políticas públicas voltadas para as bibliotecas públicas e escolares, devemos lembrar que essas políticas também devem incluir as bibliotecas comunitárias, as quais, não raro atuam nos locais e territórios onde estão as públicas e as escolares, atendem ao mesmo público e preenchem lacunas deixadas por estas.

A ausência de políticas públicas voltadas exclusivamente para as bibliotecas comunitárias é um dos indicativos da fragilidade de ações que viabilizem a integração dos espaços tradicionais com os espaços não convencionais do livro e leitura. As bibliotecas comunitárias até são citadas no decreto de criação do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo⁶⁰, embora o termo “bibliotecas comunitárias” não apareça no decreto e tenha sido usada a expressão genérica de “bibliotecas agregadas”; isso nos permite uma interpretação. Vejamos:

No capítulo primeiro que discorre sobre as instituições e os objetivos:

Art. 24. Integram o Sistema Municipal de Bibliotecas:
(...)
*V - as Bibliotecas **agregadas**.*

No capítulo quarto que dispõe sobre as bibliotecas que integram ou podem integrar o sistema:

Art. 28. Integram o Sistema Municipal de Bibliotecas:
(...)
*IV - bibliotecas **agregadas**: aquelas que, sendo públicas e não governamentais, tenham aderido ao Sistema Municipal de Bibliotecas, compartilhando seus objetivos e finalidades;*
(...)
§ 1º. A adesão de bibliotecas agregadas ao Sistema depende de requerimento dos interessados e aprovação da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas.
*§ 2º. Por meio de convênio, o Sistema Municipal de Bibliotecas poderá transferir equipamentos e acervo às bibliotecas **agregadas**, bem como orientar no atendimento ao público, catalogação e utilização do sistema informatizado para controle do acervo.*

⁶⁰Disponível em < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/9107d_Decreto_N_46.434-05_Reestrutura_a_SMC.pdf> Acessado em 20/08/2016.

Não há notícia, nem documentação comprobatória disponível que indique o cumprimento dessas resoluções em relação à integração das bibliotecas comunitárias (agregadas) nas políticas do SMB. Tanto Rocha como Nalles (em depoimento), que foram os dois últimos coordenadores do SMB, afirmam que as relações estabelecidas com as bibliotecas comunitárias são pontuais e não constituem uma política sistemática e efetiva. As ações voltadas para as bibliotecas se restringiram a esparsas cooperações técnicas e doação de acervo, além de eventualmente alguma ação cultural em conjunto.

Milanesi (1997, p.211) atenta para a importância da dinamização de bibliotecas existentes nas cidades, sejam elas públicas, escolares, comunitárias; o importante é que elas sejam polivalentes e criem uma rede onde as potencialidades de cada uma sejam aproveitadas e as políticas, compartilhadas. A polivalência sugerida por Milanesi está inscrita nas táticas de sobrevivência das bibliotecas comunitárias. As bibliotecas comunitárias flexibilizam seus serviços exatamente por que estão perto da comunidade, são menos burocratizadas e fazem da falta de recursos e de estrutura um motivo para serem plurais.

De acordo com Machado (2008, p.50), as bibliotecas comunitárias ocupam os lugares onde o poder público atende precariamente ou se faz completamente ausente. Nesses termos, são bibliotecas marginalizadas e que dependem diretamente da militância e da dedicação de abnegados. Porém, para não perder as suas principais características, as bibliotecas comunitárias devem continuar dentro dos limites comunitários, devem cuidar do miúdo, do específico, e não serem tratadas como substitutas dos deveres do Estado.

De maneira geral, as bibliotecas comunitárias são reconhecidas pelas comunidades que atendem por atrair um público que encontra dificuldade em utilizar os equipamentos tradicionais. Esta dificuldade ocorre, não apenas por problemas de acesso facilitado (distância, horários, etc.), mas por falta de identificação e pertencimento da população com relação aos equipamentos tradicionais, como as bibliotecas públicas por exemplo.

Como no caso dos saraus periféricos, as bibliotecas comunitárias são um produto das relações locais, elas são parte de um lugar (Proença, 2007, p.87) e em geral são gestadas por pessoas da comunidade que mantêm laços afetivos e pragmáticos indissociáveis dos objetivos da biblioteca. Objetivos estes que se encontram inscritos na organização do acervo, na mediação de leitura e nas atividades culturais e na relação de quem atende e organiza as bibliotecas com as pessoas que frequentam.

Não há coincidência no fato de as bibliotecas comunitárias e os saraus aparecerem como pivôs no histórico do PMLLLB paulistano. Aliás, ambos os segmentos têm várias semelhanças no que se refere às dificuldades de interlocução com o poder público e a quase total ausência de políticas que estimulem ou fomentem suas ações.

Ambos são exemplos da ausência e descontinuidade das políticas públicas (Rubim, 2008) e, para resistirm, contam com a insistência dos coletivos que os gerem e com a forte presença das comunidades em que estão inseridos para dar continuidade às suas atividades.

Segundo Mara Estevez (em depoimento pessoal)⁶¹, que é uma das articuladoras da Brechoteca⁶², uma biblioteca comunitária que funciona desde 2010 no Jardim Umarizal, Campo Limpo, cada biblioteca comunitária tem carências e potencialidades diferentes. Cada biblioteca tem as marcas próprias de sua construção material e simbólica, influenciadas pelos locais onde estão inseridas e pelas redes que estabelece com as pessoas da comunidade.

De acordo com o histórico da biblioteca e de sua relação com a comunidade, uma biblioteca comunitária pode ter a maior força na composição do acervo, no atendimento a público, nas ações culturais, na articulação política local. As dinâmicas desenvolvidas a partir da forma de organização da biblioteca em relação com o seu entorno é que vai criar suas principais marcas e características do seu trabalho.

Estevez participa do Coletivo Nacional de Bibliotecas Comunitárias⁶³ e, de acordo com um levantamento feito em abril/maio de 2016, mapeou cerca de oitenta e três (83) bibliotecas comunitárias na cidade de São Paulo. Bibliotecas ligadas a instituições privadas, associação de bairros, instituições educativas, instituições religiosas, hospitais e iniciativas de particulares.

Os escolhidos como representantes das bibliotecas comunitárias no GT do PMLLLB foram a educadora, Elani Tabosa do Nascimento, responsável pela Biblioteca Espaço Alana, do Instituto Alana⁶⁴, que fica no Jardim Pantanal, zona leste, e pela articulação da Feira do Livro e Leitura de São Miguel, o bibliotecário Abraão Antunes, que

⁶¹ Depoimento pessoal colhido pelo autor no *Messenger doFacebbok* em 12/06/2016.

⁶² Disponível em <<http://brechoteca.blogspot.com.br/>> Acessado em 26/05/2016.

⁶³ Disponível em <<https://www.facebook.com/redenacionaldebibliotecacomunitaria/?fref=ts>> Acessado em 26/06/2016.

⁶⁴ Disponível em <<http://alana.org.br/#programas>> Acessado em 26/05/2016.

colabora na organização e no desenvolvimento de diversas bibliotecas comunitárias, entre elas a própria Brechoteca.

Ambos estavam ligados ao GD desde 2012 e participaram das articulações políticas e das organizações dos eventos. As bibliotecas comunitárias obtiveram expressiva representação no GT do PMLLLB; além dos dois citados, também estiveram representadas pelo LiteraSampa (o pool de bibliotecas comunitárias), um dos principais atores na articulação política do plano.

4.3. O terceiro setor e o sistema S (SENAC e SESC)

A importância de três instituições para as articulações do PMLLLB foi descrita no início desta seção. São elas o LiteraSampa, o Fórum Mudar São Paulo e a Bibliaspa, fundamentais para a criação do GD e para engendrar os eventos que determinaram a aproximação com o poder público e a concentração de forças dos atores dispersos.

O LiteraSampa foi um dos projetos oriundos do Instituto Brasileiro de Estudos Comunitários (IBEAC), uma ONG que desenvolve projetos na área de educação e desde de 1993 trabalha em consonância com o programa EJA (Educação de Jovens e Adultos) especialmente na formação dos professores e nas atividades extracurriculares dos alunos.

Santos (em depoimento) relata que o objetivo principal do LiteraSampa é promover a leitura literária como eixo central de atuação das bibliotecas comunitárias que integram o coletivo, essa decisão facilita a conjugação dos campos de educação e cultura nas ações culturais das bibliotecas comunitárias.

A parceria com o Instituto C&A é a base de sustentação das bibliotecas comunitárias que integram o LiteraSampa. A influência do Instituto no processo construção dos planos do livro e leitura nas cidades do Brasil vem da relação com esses equipamentos e projetos e atores locais.

No que se refere à formação dos militantes e a articulação dos segmentos, ela se deu efetivamente através do Programa Prazer em Ler, promovido pelo Instituto, que se propõe a estimular a mediação de leitura e a construção de políticas públicas.

Segundo Marques Neto (em depoimento) ao promover oficinas e eventos em parceria com a sociedade civil, entre 2011 e 2013, sobre políticas públicas e mais

detidamente sobre os planos municipais do livro e leitura, dentro do programa “Prazer em Ler”⁶⁵, o Instituto C&A estimulou várias cidades do país a implantarem seus planos municipais, foi o caso de Porto Alegre, Nova Iguaçu e em São Paulo não foi diferente, através do LiteraSampa.

Um dos produtos dessa dinâmica é a publicação do histórico do processo de construção do PMLLLB de Porto Alegre, patrocinado pelo Instituto C&A, que é o principal documento que poder ser usado como base e exemplo para confecção do plano em estados e municípios.

O LiteraSampa escolheu para representá-lo no GT do PMLLLB, a educadora social Elisabeth dos Santos e a pedagoga, Sueli Stipp, responsável pela Biblioteca Glicério ambas responsáveis pelo pool de bibliotecas comunitárias e integrantes do GD desde o início.

O Fórum Mudar São Paulo, como dito anteriormente, iniciou as suas articulações junto ao GD durante a campanha para a eleição do prefeito de São Paulo em 2012, mesmo assim, apenas ingressou formalmente no grupo no início de 2013.

Segundo Marques (em depoimento) as atividades do Fórum iniciaram em 2010, na eleição presidencial e para governador, toda a articulação se deu em torno da campanha de Alexandre Padilha para o governo de São Paulo e Dilma Rousseff (PT) para presidência com foco nas políticas culturais. O grupo priorizava a discussão de uma política cultural para a cidade de São Paulo.

Em 2011, os integrantes Jeosafá Fernandes Gonçalves (professor de literatura), João Luiz Marques (jornalista e escritor) e João Pinheiro (ilustrador), João Gabriel Guimarães Buonavita (bibliotecário), Sirlene Barbosa (professora), Ronaldo Rangel Rodrigues (livreiro) criaram dentro do Fórum o núcleo de livro e leitura para discutir políticas públicas para o setor.

Um dos produtos do núcleo de livro e leitura do Fórum foi a criação do Clube de Leitura da Biblioteca Monteiro Lobato, que se reúne mensalmente desde 2013 com a proposta de ler e discutir criticamente autores brasileiros contemporâneos. O Fórum São Paulo decidiu em plenária com seus componentes, indicar João Luiz Marques e Josafá Fernandes Gonçalves como representantes no GT do PMLLLB.

⁶⁵ Disponível em <<http://www.institutocea.org.br/como-atuamos/area-atuacao/Default.aspx?id=1>> Acessado em 22/05/2016.

A Biblioteca e Centro de Pesquisa Países Árabes e América do Sul (BibliAspa) funciona desde 2003, como um núcleo de pesquisa nas áreas migrações e deslocamentos, história antiga, moderna e contemporânea de países árabes (tanto da África quanto da Ásia), sul-americanos, africanos e islâmicos, história social e econômica, discussão de fontes históricas, escritas, orais e visuais.

O responsável e presidente da BibliAspa é o professor de literatura árabe da USP, Paulo Daniel Elias Farah, um dos articuladores do GD e entusiastas de primeira hora do PMLLLB. A BibliAspa realizou varias atividades em convenio com o SMC e a SME no período de 2012 a 2014 com o intuito de discutir políticas públicas para o livro e leitura.

Segundo Santos (em depoimento) ingresso da instituição no GD se deu através de convite da socióloga Neide de Almeida e a BibliAspa trouxe a diversidade de suas atividades e de seus canais de interlocução importante contribuição para o processo de construção do PMLLLB.

O professor Paulo Farah tornou-se um dos principais articuladores do GD junto ao poder público. Ao fazer a interlocução direta com a direção da SMC, na gestão do Secretario Juca Ferreira, abriu espaço para que as discussões oriundas do grupo fossem encampadas pelo poder público. Além de Farah, Janaina Elias, foi designada pela BibliAspa para integrar o GT do PMLLLB.

O Sistema S (SENAC, SESC, SESI) mantém uma rede de bibliotecas em suas unidades e desenvolve programas de formação de leitores e mantém cooperações com o setor público. Desde início dos trabalhos do GD, o SENAC esteve representado pelo bibliotecário Edson Feitosa, que foi um dos fundadores do grupo e foi confirmado na composição do GT junto com a bibliotecária Cristiane Camizão Rokicki.

O SESC começou a participar do processo um pouco antes da formalização do GT para o qual nomeou dois representantes: a bibliotecária, Ana Luísa Sirota de Azevedo e o professor de literatura, Francis Márcio Alves Manzoni.

A representação do terceiro setor e dos fóruns abertos no GT foi construída centralmente a partir das articulações das três instituições citadas anteriormente (Literasampa, Fórum Mudar São Paulo e Bibliaspa), no período de duração do GD (2012-2014). Foi o momento de organização da sociedade e a gestação inicial do PMLLLB, onde as conexões entre os segmentos foram muito importantes para garantir a continuidade ao processo.

Segundo Rocha (em depoimento), as representações do terceiro setor poderiam ter contemplado mais instituições e dado um caráter mais plural à composição do GT. A bibliotecária que, além de atuar nas bibliotecas públicas, coordenava um curso de formação de auxiliares de biblioteca no SENAC, afirma também que algumas instituições ficaram de fora do GT, pela precariedade de comunicação e falta de conhecimento sobre as discussões e de esclarecimento sobre a importância do PMLLLB para o campo privado e para a cidade.

Segundo Santos (em depoimento), diversas instituições foram contatadas, algumas retornaram com a promessa de mandar representante, e jamais cumpriram as promessas. Todos os mecanismos ao alcance do GD foram utilizados para que o maior número de instituições participasse da escolha dos componentes do GT, mas nem todos demonstraram efetivo interesse.

4.4. O poder público

No âmbito do poder público, a composição do GT realizou-se da seguinte maneira. Foram criadas duas representações do Executivo – uma das Secretarias proponentes (Cultura e Educação) e outra das Secretarias parceiras (Governo, Direitos Humanos) que trabalham de forma transversal com ações de leitura. No caso do Legislativo, a indicação dos representantes ficou a cargo do mandato do Vereador Antonio Donato, não sem antes ser chancelada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal.

Rocha (em depoimento) relata que nas primeiras reuniões a composição do GD já contava com funcionários públicos, e ao se aproximar do grupo para discussões, não tinha muita noção de como aqueles debates poderiam resultar em algo produtivo, justamente por ser um tipo de movimento novo na área de bibliotecas. Os desejos e as necessidades da sociedade civil e dos funcionários públicos envolvidos no GD tinham muito em comum. A necessidade de batalhar por políticas públicas foi a chave de ligação entre as partes.

Em seu depoimento, Nalles conta que, em 2012, estava na direção da biblioteca do Centro Cultural SP quando teve o primeiro contato com as articulações do GD, ao participar de uma reunião na Biblioteca Monteiro Lobato, onde foi apresentada a ideia do

PMLLLB. Dessa reunião participaram ONGs como o LiteraSampa, Bibliaspa e o Tide Setubal, ao lado de alguns integrantes do Sistema de Bibliotecas Publicas. Foi este seu primeiro contato com o GD e seus articuladores.

Sueli Nemen Rocha, então coordenadora do Sistema de Bibliotecas, e Waltemir Jango Nales foram designados como representantes oficiais da Secretaria Municipal de Cultura no GT do PMLLLB. A Secretaria Municipal de Educação também designou a professora Fátima Bonifácio e o bibliotecário Norberto Jesuíno Ribeiro do Valle Vieira. A primeira era a responsável pela coordenação das Salas e Espaços de Leitura da SME (que abrange as Salas de Leitura, as Bibliotecas Escolares e as bibliotecas dos CEU); ela havia participado de algumas reuniões do GD. Norberto, o segundo escolhido, era o responsável pela biblioteca do CEU Parelheiros, onde se destacou pelas ações culturais desenvolvidas e pelo trabalho de integração com a comunidade.

Segundo Nalles, as Secretarias do Governo Municipal e de Direitos Humanos não tiveram participação no GD. A inclusão de ambas na composição oficial do GT foi decidida durante as discussões do GD com o poder público. O objetivo principal da inclusão dessas secretarias era ampliar a transversalidade nos trabalhos do PMLLLB.

Os designados para compor o GT do PMLLLB pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos foram Eduardo C. B. Bittar e Aline B. Vicentin e pela Secretaria Municipal de Governo foram Stella Verzolla e Carla Andreza Alves de Lima.

O Legislativo entrou formalmente no processo de construção do PMLLLB, a partir da audiência pública do PL 168/2010, em 09/06/2014. Na referida audiência pública ficou pactuado entre o GD e o Vereador Antônio Donato (proponente do PL), que a Câmara Municipal contaria com dois representantes na composição do GT nomeados pela Comissão de Educação e Cultura⁶⁶.

De acordo com os relatos de Nemen e Nalles, o Executivo e Legislativo tiveram uma participação episódica até o momento de formalização do GT. Em geral a SMC e SME cediam os espaços para as reuniões do GD. Alguns eventos ocorreram em espaços públicos, como foi o caso do “Primeiro Encontro do Plano Municipal do Livro e Leitura de São Paulo”, que se realizou no Centro Cultural São Paulo.

⁶⁶ Eu fui designado junto com a educadora Maria Aparecida Perez (Chefe de Gabinete do Vereador Antônio Donato) como representante do Legislativo no GT do PMLLLB. A indicação foi deliberada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal.

No período em que as discussões se deram no âmbito do GD, não houve nenhum recurso alocado aos trabalhos ou qualquer apoio material, logístico e de recursos por parte do poder público. Ou seja, o poder público, através de representantes das Secretarias Municipais e do Legislativo Municipal, entrou oficialmente no processo de construção do PMLLLB em sua segunda fase.

4.5. O mercado editorial: editores e livreiros

A LIBRE, entidade representativa das editoras independentes, participou das atividades do GD para a articulação do PMLLLB organizando seus próprios eventos e debates em parceria com o poder público. A maior parte das editoras que integram a LIBRE segue linhas editoriais fortemente marcadas por temáticas político-sociais, o que aproxima a entidade dos debates relativos às políticas públicas.

Segundo Sereza⁶⁷ (em depoimento), a LIBRE surgiu exatamente como uma alternativa às entidades representativas que congregam as grandes editoras, aquelas que invariavelmente são ligadas aos grandes grupos econômicos, que monopolizam a relação do mercado editorial com o Estado. Um dos caminhos para quebrar os monopólios são as políticas públicas que podem dar equilíbrio às distorções causadas por essa dinâmica.

No momento de composição do GT, o GD, através do professor Paulo Farah, cuja editora da instituição que ele preside (BibliASPA) é associada à LIBRE, fez um convite à entidade e à Associação Nacional dos Livreiros (ANL) para participar de uma reunião do GD que decidiria o formato do GT do PMLLLB. O convite foi aceito e as duas entidades foram representadas pela livreira Helena Maria Alves (ANL) e pelo editor da Alameda e presidente da LIBRE, Haroldo Ceravolo Sereza.

Em sua entrevista, Sereza afirmou que, ao receber a comunicação do GD, repassou o convite às demais entidades representativas do livro através de um fórum na internet. Foram comunicadas sobre a reunião as principais entidades: a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Sindicato Nacional dos Editores do Livro (SNEL), a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) e a Associação Nacional dos Livreiros (ANL).

⁶⁷ Entrevista concedida ao autor por Haroldo Ceravollo Sereza, editor em 21/02/2016.

A maioria das entidades não manifestou interesse em participar. Com exceção da ANL, cujo presidente Ednilson Xavier enviou a confirmação de presença. Logo depois, através de mensagens trocadas no fórum de entidades, formou-se um breve debate no qual foram ratificados os nomes de Haroldo Ceravolo Sereza (Editora Alameda e LIBRE) e Ednilson Xavier (presidente da ANL) como representantes dos editores e livreiros no GT do PMLLLB.

O mercado editorial mantém uma relação umbilical com o poder público nos três âmbitos federativos (municipal, estadual e federal), muitos recursos públicos são dirigidos para aquisição de livros incluídos nos programas públicos patrocinados pelos organismos da educação e cultural. Uma boa parte da receita das editoras provém dos recursos públicos, dos programas de formação de acervo nas áreas de educação e cultura. Um exemplo dos números dos anos de 2011 e 2012 disponibilizados pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) no documento denominado CBL 2015⁶⁸:

Quadro 6 - Proporção do faturamento do mercado editorial segundo vendas no mercado e no varejo e em vendas para programas públicos, 2011 e 2012.

Ano	Faturamento em Vendas no Atacado e no Varejo (R\$)	Faturamento em Vendas para Programas Públicos (R\$)
2011	3.449.255.680,52	1.388.183.492,80
2012	3.668.664.471,88	1.315.948.409,16

É, portanto, contraditório o desinteresse das principais entidades representativas do mercado editorial em participar da elaboração do PMLLLB, pois boa parte da compra de livros é proveniente de convênios com o poder público. O comportamento da Câmara Brasileiro do Livro em relação ao processo do PMLLLB foi um exemplo dessa contradição.

Em documento oficial denominado “Apresentação CBL 2015”, que visa apresentar os projetos, o organograma, a equipe e os objetivos da entidade, consta o seguinte trecho:

⁶⁸ Disponível em <<http://www.cbl.org.br/upload/relatorio2014.pdf>> Acessado em 10/08/2015.

A participação da sociedade civil precisa estar na base de construção da política de estado para a leitura. É neste contexto que entendemos a urgência de uma gestão ampla das metas do Plano, exercida por organizações sociais (OS) por intermédio de programas e ações gerados, demandados e fiscalizados pelos ministérios da Cultura e da Educação. Esta é uma equação estratégica e necessária para o período histórico que atravessamos nas conquistas do setor. A CBL precisa apoiar e participar ativamente da criação de uma organização social onde governo e iniciativa privada se reúnem em torno de uma mesa, discutem problemas e juntos encontram soluções para a implementação completa do PNL. Ações estanques ou polarizadas têm uma vida média curta e improdutiva. Necessitamos do apoio de todas as instituições para alcançar um consenso que resulte em realizações permanentes para o livro e a leitura (CBL, 2015, p.13).

Considerando que grande parte das editoras associadas à CBL estão sediadas na cidade de São Paulo, presume-se que a entidade (de acordo com o discurso oficial) tenha interesse na elaboração do plano. A entidade foi uma das que ignorou completamente o processo de construção do PMLLLB, pois nunca enviou qualquer documento respondendo ao convite formal para compor o GT, nem tampouco participou de qualquer atividade relativa ao plano.

4.6. Os portadores de deficiências

Flávio Scavazin⁶⁹ relatou em entrevista que seu primeiro contato com os trabalhos do PMLLLB foi no evento “Quem lê sabe porquê”, realizado na Biblioteca Mario de Andrade em abril de 2013, no qual foram expostas as ações do GD do PMLL em uma mesa de debates. Ele conta que aproveitou a oportunidade para pontuar algumas questões e reivindicar a inclusão de pessoas com deficiência nas reuniões do GD. (Scavazin, 2016).

A partir daquele momento, Flávio passou a integrar o GD e a frequentar regularmente as reuniões. Tendo ocupado até recentemente o cargo de coordenador estadual das pessoas com deficiência, convidou diversas pessoas e entidades de deficientes para participarem da reunião. O educador Naziberto de Oliveira, criador do Movimento Acesso Livre a Leitura (MOLA), foi procurado por Scavazin e se juntou ao grupo em maio de 2013, como representante dos cegos.

Segundo Scavazin houve posteriormente ampla consulta entre outros militantes das pessoas com deficiência, mas ninguém manifestou interesse em participar das reuniões ou

⁶⁹ Entrevista concedida ao autor por Flavio Scavazin, advogado em 01/02/2016.

obter mais informações a respeito do assunto. Flavio e Naziberto passaram a frequentar regularmente as reuniões do GD e na transição para o GT do PMLLLB tiveram seus nomes confirmados como representantes oficiais do segmento com a anuência de suas instituições representativas.

Foram mantidos no GT dois representantes da formação original do GD sem a necessidade de representar nenhuma instituição específica: a jornalista Maria Nilda Rodrigues Santos e o educador, Beto Silva, que constam no decreto oficial como representantes do GD no Grupo de Trabalho.

Com os nomes acima relacionados, estava composto oficialmente o GT para a elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, processo que, dada a diversidade dos atores envolvidos, tornou-se bastante complexo e revelador da variedade dos segmentos do livro e leitura na cidade de São Paulo.

Com a formalização do GT, o pioneiro GD havia cumprido seu papel e foi dissolvido. Como vimos, a formalização do GT foi uma importante conquista da sociedade civil, que até então se mobilizara sem nenhum apoio do poder público para reivindicar o PMLLLB. A próxima fase foi o momento principal da construção do PMLLLB: as plenárias temáticas e regionais. Chegáramos, finalmente, à consulta popular de forma mais ampliada.

5. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PMLLLB

A construção do PMLLLB da cidade de São Paulo se desenvolveu ao longo de mais de três anos de consultas, plenárias, audiências públicas e debates, durante os quais a militância do livro e leitura da cidade cumpriu importante papel no sentido de provocar o poder público (Legislativo e Executivo) para que o Plano fosse concluído e sancionado como lei pelo Poder Executivo Municipal. O PMLLLB foi a primeira iniciativa do poder público em São Paulo, na área de cultura, que gerou diretrizes para uma política pública em que os atores da sociedade civil tiveram papel central e total protagonismo.

Uma das principais características da primeira fase de mobilização em torno da organização do PMLLLB em São Paulo, desde o segundo semestre de 2012 até agosto de 2014, foi a busca de consenso para manter a continuidade dos trabalhos. A fase do Grupo de Discussão (GD), que se prolongou até a formalização do Grupo de Trabalho (GT), foi marcada pela reunião de esforços para que a sociedade fizesse pressão sobre o poder público com o intuito de iniciar os trabalhos formais para a confecção do Plano.

O GD atuou com objetivo principal de mobilizar e organizar os atores ligados aos temas do livro e leitura na cidade na reivindicação de políticas públicas. Independentemente de suas diferenças e da existência de questões conflitantes, e até mesmo contraditórias, o GD se concentrou na busca dos pontos em comum no campo reivindicatório e na tentativa de compreender as demandas de cada setor cotejadas às ausências de política pública.

A segunda etapa de construção do PMLLLB desenvolveu-se entre agosto de 2014 e dezembro de 2015. Foi o momento da ampliação da participação social, no qual a sociedade foi consultada e pôde dar sua contribuição na elaboração do Plano. O diálogo se expandiu para além do grupo de articulação (GT), e incluiu vários segmentos do livro e leitura.

O entrevistado Marques Neto argumenta que a confecção do Plano em SP foi fruto de uma articulação constante e insistente dos atores sociais, que em sua totalidade foi composto por profissionais e militantes reconhecidos da área do livro e leitura. O papel de cada segmento e de seus atores foi fundamental para que o documento final fosse redigido e aprovado, gerando os princípios, diretrizes e metas para a área cultural da cidade de São Paulo (o PMLLLB foi aprovado dois meses antes do início do processo de elaboração

Plano Municipal de Cultura⁷⁰). As vozes de todos aqueles que produzem, gerenciam e atuam na área do livro e leitura nos vários cantos da cidade estiveram presentes.

Após décadas vivendo sob o legado da herança de Mário de Andrade, as políticas do livro e leitura na cidade de São Paulo encontraram na formalização do GT do PMLLLB, em agosto de 2014, um momento importante da conjugação entre formulação de políticas e participação social. O predomínio da sociedade civil na composição do GT e a disposição de ouvir a cidade representaram um importante avanço e um elemento de distinção na construção de políticas públicas na cidade por trazer uma possibilidade concreta de participação social na confecção do PMLLLB.

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas o direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais. (GOHN, 2013, p.241)

De acordo com Nogueira (2004), alguns obstáculos podem advir dos processos de participação social, os chamados custos de participação, entre os quais a falta de tempo ou de condições materiais para participar dos processos etc; por parte do Estado, esses obstáculos implicam a perda da capacidade de gestão e de controle sobre os recursos ao se articular com parceiros não governamentais.

Logo após a ratificação da composição do GT do PMLLLB, em agosto de 2014, foram iniciadas as consultas públicas para elaborar o texto do substitutivo do Projeto de Lei 168/2010 do Vereador Antonio Donato. As discussões sobre a metodologia de trabalho a ser usada nas consultas públicas se iniciaram em maio de 2014 durante as reuniões de trabalho do GT.

O GT não havia sido formalizado, mas os membros do GD se amparam nas experiências de outras cidades para planejar a forma de consulta que seria utilizada nas plenárias consultivas do PMLLLB. A metodologia e os procedimentos utilizados pelos

⁷⁰ Disponível em < <http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/>> Acessado em 11/05/2016)

grupos de trabalho de Porto Alegre, da Bahia, de Nova Iguaçu foram a base utilizada pelo grupo de São Paulo.

A divisão de responsabilidades no GT constituído entre poder público e a sociedade civil começou a desenhar como se daria o processo de construção do plano. A tomada de decisão inicial vinda da sociedade civil criou uma dinâmica peculiar na dinâmica dos trabalhos que privilegiou a necessidade de escuta da cidade.

Em primeiro lugar, foram elaborados questionários para traçar um diagnóstico de cada segmento envolvido no mundo do livro e leitura (editoras, livreiros, bibliotecários, mediadores, professores, bibliotecas públicas, comunitárias, escolares, etc.), que posteriormente foram distribuídos pelos representantes nos circuitos profissionais em que eles circulavam. A partir dos dados coletados e dos cinco eixos foram escolhidos os assuntos que seriam utilizados nas consultas e, dentro dos mesmos, as prioridades na abordagem de cada grupo.

As consultas públicas formatadas pelo GT foram divididas em duas etapas, ambas realizadas no formato de plenárias: as plenárias setoriais ou temáticas e as plenárias regionais:

- 36 plenárias temáticas: que foram organizadas pelos diferentes segmentos (editores, saraus, bibliotecários, escritores, professores, fundações, sistema S, bibliotecas comunitárias) e aconteceram a partir de julho de 2014;
- 08 plenárias regionais: divididas pelas regiões da cidade (norte, noroeste sul, sudeste, leste, centro) que foi aberta a todos os segmentos que atuam nas respectivas regiões.

Cada plenária obedeceu a um roteiro pré-estipulado pelo GT, respeitando a seguinte ordem:

- Acolhida literária (leitura de poema, conto, texto literário);
- Breve resumo histórico do GT do PMLLLB;
- Debate baseado nos cinco eixos do PMLLLB (democratização e acesso; fomento à leitura e mediação; valorização simbólica do livro, setor produtivo, literatura);

- Encerramento e encaminhamentos (por representante do GT, sempre que possível).

De acordo com as regras acordadas dentro do GT, qualquer cidadão poderia chamar uma plenária desde obedecesse aos seguintes critérios: comunicação prévia e convite a um membro efetivo do GT para acompanhar o desenvolvimento da plenária, registro do debate através de ata e seguir o roteiro apresentado pelo GT do PMLLLB.

5.1. As plenárias setoriais ou temáticas

As plenárias setoriais ou temáticas tiveram seu início no mês de julho e seguiram até final de novembro de 2014. Nos registros acessados consta que foram doze plenárias organizadas nas unidades dos CEU (Centro de Educação Unificado) da Secretaria Municipal de Educação, que, pela localização estratégica e pelo trabalho realizado nos territórios conseguiu mobilizar uma boa quantidade de pessoas interessadas na elaboração do Plano.

Profissionais de educação e cultura como bibliotecários, professores coordenadores pedagógicos, mas além desses, outros atores do livro e leitura na cidade, tais como educadores populares, mediadores de leitura, contadores de histórias e munícipes, compareceram às plenárias do CEU. A cessão de espaço e a articulação do corpo de funcionários foram as principais contribuições da Secretaria Municipal da Educação no percurso do PMLLLB.

Porém, não foi apenas nas unidades do CEU que ocorreram as plenárias setoriais. Outras instituições como sindicatos, bibliotecas públicas, bibliotecas comunitárias, casas de cultura, associação de escritores, fundações, coletivos de saraus, associações e fundações ligadas a literatura, o SESC, na FLIP, a Bienal São Paulo, organizaram suas plenárias, o que trouxe maior pluralidade às consultas públicas.

Abaixo, segue a lista das plenárias temáticas/setoriais. Foram ao todo trinta e nove encontros, doze nos CEU e 29 nos demais espaços.

Quadro 7 – Plenárias Setoriais ou Temáticas segundo local de realização e características do público participante

DATA	LOCAL	CARACTERÍSTICAS
14/08/2014	CEU Lajeado (Guaianazes)	Gestores, Bibliotecários, Professores
15/08/2014	CEU Três Lagos - em dois períodos - às 10h e às 15h – (Grajaú)	Gestores, Bibliotecários, Professores
18/08/2014	CEU Lajeado (Guaianazes)	Gestores, Bibliotecários, Professores
18/08/2014	CEU Três Lagos - debate sobre economia do livro (Grajaú)	Gestores, Bibliotecários, Professores
18/08/2014	CEU Jaçanã (Jaçanã)	Gestores, Bibliotecários, Professores
19/08/2014	CEU Canto do Amanhecer (Campo Limpo)	Gestores, Bibliotecários, Professores
19/08/2014	CEU Parelheiros (Parelheiros)	Gestores, Bibliotecários, Professores
20/08/2014	CEU Pêra Marmelo (Jaraguá)	Gestores, Bibliotecários, Professores
22/08/2014	CEU Navegantes (Grajaú)	Gestores, Bibliotecários, Professores
28/08/2014	CEU Parque Veredas (Itaim Paulista)	Gestores, Bibliotecários, Professores
03/11/2014	CEU Formosa (Vila Formosa)	Gestores, Bibliotecários, Professores
06/11/2014	CEU São Rafael (Parque São Rafael)	Gestores, Bibliotecários, Professores
19/07/2014	Casa de Cultura Itaim Paulista organizada pelo Sarau “O que Dizem os Umbigos” (Itaim Paulista)	Escritores, Ativistas dos Saraus, Comunidade
24/07/2014	Sede da Sub Prefeitura da Sé organizado pelo Fórum Mudar São Paulo (Centro)	Escritores, gestores, educadores, militantes
24/07/2014	Feira Literária de Paraty (Rio de Janeiro)	Público da FLIP
31/07/2014	Espaço Cultural Cita - Terminal do Campo Limpo (Campo Limpo)	Escritores, educadores, comunidade
05/08/2014	Espaço CaslleOCa - Biblioteca Comunitária – Bela Vista	Escritores, mediadores de leitura, educadores
05/08/2014	União Brasileira dos Escritores (Centro)	Escritores, intelectuais
08/08/2014	Sarau do Quilo – Comunidade Cultural Quilombaque (Perus)	Escritores, educadores, ativistas dos saraus
05/08/2014	Biblioteca Monteiro Lobato	Encontro dos Saraus Paulistanos

	(Centro)	
09/08/2014	BibliASPA (Santa Cecília)	Escritores, professores, intelectuais
19/08/2014	Fundação Perseu Abramo (Vila Mariana)	Organizada pela LIBRE para editores, livreiros e autores
16/08/2014	Centro de Apoio ao Deficiente CADEVI (Campo Belo)	Deficientes
21/08/2014	Centro Cultural São Paulo (Vergueiro)	Bibliotecários
25/08/2014	IBEAC LiteraSampa – (Sumaré)	Educadores, mediadores de leitura, bibliotecas comunitárias
25/08/2014	Casa da Solidariedade (Glicério)	Educadores, escritores
29/08/2014	Debate sobre o PMLLLB na Bienal Internacional do Livro de São Paulo	Público da Bienal
30/08/2014	BibliASPA (Santa Cecília)	Escritores, professores, intelectuais
30/08/2014	Centro Cultural São Paulo (Vergueiro)	Deficientes
31/08/2014	Filoczar (Capão Redondo)	Livreiros, editores, escritores, comunidade
03/09/2014	Instituto Alana (Pinheiros)	Bibliotecas comunitárias
05/09/2014	SESC Interlagos (Interlagos)	Educadores, escritores, professores, mediadores de leitura
06/09/2014	SESC Pinheiros (Pinheiros)	Educadores, escritores, professores, mediadores de leitura
10/09/2014	Fórum Mudar São Paulo (Biblioteca Monteiro Lobato – Centro)	Escritores, educadores, militantes
10/09/2014	Fundação Tide Setúbal -Biblioteca Raimundo de Menezes – São Miguel Paulista	Bibliotecas comunitárias
12/09/2014	LiteraSampinha - Biblioteca Monteiro Lobato (Centro)	Crianças, pais e mães
13/09/2014	Instituto Polis (Centro)	Escritores
26/09/2014	Biblioteca Raimundo de Menezes – São Miguel Paulista	Bibliotecários
12/11/2014	Escola Municipal de Ensino Infantil do CEU Pêra Marmelo (Jaraguá)	Bibliotecários e professores do MEI

É necessário frisar que foi possível apenas recuperar as atas de vinte e quatro plenárias de um total de trinta e nove, o que prejudicou um pouco mais a análise qualitativa e quantitativa das contribuições. As fontes utilizadas para a recuperação de dados foram: o grupo de e-mail oficial de comunicação do GT, o qual que eu tive acesso livre por ser membro do oficial do grupo e os registros públicos localizados no site do PMLLLB e na mídia.

Com relação às quinze plenárias cujas atas não foram localizadas, há três hipóteses a considerar para a não localização: não foram efetivamente registradas, foram extraviadas ou não foram disponibilizadas para acesso público por esquecimento ou negligência dos organizadores.

Outro aspecto que dificultou o levantamento de dados e a avaliação da contribuição das plenárias setoriais foi a falta de padrão no formato das atas recuperadas. Apesar dos critérios estabelecidos pelo GT no início dos trabalhos, percebe-se a inexistência de registro de alguns dados elementares, como por exemplo, o número de participantes das plenárias e sua ocupação profissional, o que poderia ser resolvido como uma lista de presença padronizada distribuída no início de todos os encontros.

É importante apontar aqui o descuido com os documentos e a falta de um repositório centralizado para a organização de todas as informações sobre o processo de construção do PMLLLB, o que torna somente hipotética a explicação do não aparecimento das atas e a veracidade dos dados nelas contidos.

É possível apontar alguns motivos para a deficiência dos registros colhidos: não houve um trabalho de secretariado constituído dentro do GT, o poder público não se organizou para fazê-lo (lembramos que havia quatro secretarias municipais integrando o GT) e as outras instituições que compunham o GT do PMLLLB não entraram em acordo para assumir a responsabilidade.

O sítio oficial do PMLLLB⁷¹, local em que foram encontradas algumas informações sobre as plenárias, foi disponibilizado no ar e custeado pela BibliASPA – associação dirigida pelo professor Paulo Farah um dos membros do GT. A BibliASPA não recebeu nenhum recurso do poder público ou de outras instituições envolvidas no processo para mantê-lo.

⁷¹ Disponível em <<https://pmlllbsp.wordpress.com/>> Acessado em 31/07/2016.

Uma situação paradoxal foi criada, o mesmo governo que colocou o PMLLLB no seu programa, formalizou seu GT, não investiu os recursos necessários para sua divulgação e o desenvolvimento dos trabalhos. No entanto, o total de plenárias e as contribuições registradas foram satisfatórias e atenderam o objetivo de dar voz à sociedade e se apresentaram como um momento de amadurecimento dos trabalhos do PMLLLB.

Sereza em entrevista indica que a metodologia escolhida para a condução das plenárias foi ousada, elaborado com preocupação de registrar as diversas contribuições, mas no final foi muito prejudicada pela falta de infraestrutura, apoio logístico e total falta de recursos.

Das plenárias elencadas é importante citar a peculiaridade de algumas delas e suas importantes abordagens:

- foram duas plenárias específicas voltadas para os portadores de deficiências: no Centro de apoio ao Deficiente (CADEVI) e no Centro Cultural São Paulo nos dias 16 e 21 de agosto de 2014 respectivamente; a mobilização em torno dos temas acessibilidade e as especificidades dos deficientes à leitura e aos espaços de leitura ocupou importante espaço;
- no dia 24/07/2014, aconteceu um debate sobre o PMLLLB de São Paulo, fora do território paulistano, na Feira Literária de Paraty (FLIP – edição 2014);
- os saraus paulistanos realizaram sua plenária setorial no dia 05/08/2014 na Biblioteca Monteiro Lobato e antes disso, no dia 19/07/2014, aconteceu na Casa de Cultura do Itaim Paulista e foi organizado pelo grupo de Sarau “O que dizem os Umbigos”;
- no dia 29/08/2014 houve debate na Bienal Internacional do Livro que serviu para colher sugestões para o PMLLLB dando oportunidade a um público completamente apartado das discussões de políticas públicas tomarem contato com assunto;
- a plenária que aconteceu na Filoczar no Capão Redondo no dia 31/08/2014, zona sul de São Paulo; a Filoczar congrega uma editora, biblioteca comunitária e livraria que funcionam no mesmo espaço e pertencem ao professor Cesar Mendes Almeida, o múltiplo espaço comporta talvez a

única livraria/editora existente nas zonas periféricas paulistanas. Na plenária se juntaram escritores, mediadores de leitura, educadores que atuam e produzem em diversos espaços da zona sul paulistana;

- no dia 12/09/2014, o LiteraSampa organizou na Biblioteca Monteiro Lobato (Santa Cecília), o LiteraSampinha, uma interessante plenária voltada às crianças do bairro, na qual foram abordados assuntos como políticas públicas e ações de leitura;
- três plenárias foram voltadas especificamente para as bibliotecas comunitárias: no IBEAC (LiteraSampa) no dia 25/08/2014; no Instituto Alana dia 03/09/2014; na Fundação Tide Setúbal dia 10/09/2014;
- os bibliotecários tiveram duas plenárias específicas: no dia 21/08/2014 no Centro Cultural São Paulo e no dia 26/09/2014 na Biblioteca Raimundo Menezes (São Miguel Paulista);
- os escritores tiveram suas plenárias específicas: no dia 05/08/2014 na União Brasileira dos Escritores (Centro) e no dia 13/09/2014 no Instituto Polis (Centro)

Figura 4 – Plenária Temática realizada na Filoczar em 31 de agosto de 2014.



A distribuição quantitativa das plenárias temáticas relativas às regiões evoca a articulação e mobilização de atores e instituições regionais, o que propiciou o maior número de plenárias em determinados territórios. Os CEU se mostraram como um local de aglutinação que integrou vários atores do livro e leitura nas diversas regiões. A distorção histórica causada pela prevalência de equipamentos culturais concentrados no Centro expandido contribuiu para a maior incidência de plenárias nas regiões privilegiadas. As plenárias temáticas foram distribuídas da seguinte maneira em relação às regiões da capital:

- **Zona Sul:** CEU Três Lagos (Grajaú); CEU Canto do Amanhecer (Campo Limpo); CEU Parelheiros; CEU Navegantes (Grajaú); Espaço Cultural Cita (Campo Limpo); Fundação Perseu Abramo (Vila Mariana); Centro de Apoio ao Deficiente CADEVI (Campo Belo); Centro Cultural São Paulo (Vergueiro); Editora Filoczar (Capão Redondo); SESC Interlagos (Interlagos);
- **Zona Norte:** CEU Jaçanã;
- **Zona Leste:** CEU Lajeado (Guaianazes); CEU Parque Veredas (Itaim Paulista), CEU Formosa (Vila Formosa), CEU São Rafael (Parque São Rafael), Casa de Cultura Itaim Paulista (Itaim Paulista), Biblioteca Raimundo de Menezes – São Miguel Paulista;
- **Zona Oeste:** CEU Pêra Marmelo (Jaraguá), Comunidade Cultural Quilombaque (Perus), IBEAC LiteraSampa – (Sumaré), Instituto Alana (Pinheiros), SESC Pinheiros (Pinheiros);
- **Centro:** Sede da Sub-Prefeitura da Sé (Centro); Espaço CaslleOca (Bela Vista); União Brasileira dos Escritores (Centro); Biblioteca Monteiro Lobato (Vila Buarque); BibliASPA (Santa Cecília); Casa da Solidariedade (Glicério); Instituto Polis (Centro).

No decorrer das plenárias, a elaboração do PMLLLB ganhou uma nova dinâmica. A contribuição da sociedade, a polifonia de vozes da cidade finalmente começou a

aparecer e dar forma mais específica para as propostas, até então genéricas. Houve certa apreensão no âmbito do GT quanto às baixas audiências de algumas plenárias e à falta de conhecimento do que seria o Plano. Um dos maiores avanços dessa fase foi a possibilidade trazida pelas plenárias do intercâmbio de informações entre os segmentos.

De acordo com Nalles, em entrevista, os resultados oriundos da sistematização das respostas dos questionários possibilitaram que os diferentes segmentos tivessem acesso às informações básicas das demais áreas de atuação, permitindo uma melhor interlocução entre o grupo. As plenárias temáticas fizeram com que o GT avançasse e amadurecesse algumas discussões internas, ao mesmo tempo que qualificava sua interlocução com a sociedade.

A abertura da elaboração do PMLLLB para a sociedade trouxe o conflito para o centro das discussões, de modo que a harmonia dominante da fase de mobilização (na fase GD do plano) e nas reuniões fechadas do GT, começou a se transformar. Os pontos de divergência aparecem, exatamente quando o processo de participação começa a se expandir e os temas começam a ser debatidos e aprofundados.

De acordo com Gohn (2010), as mobilizações em torno da construção de políticas institucionalizadas tendem a criar processos despolitizados, nos quais os papéis do poder público e da sociedade civil se confundem ou se diluem. O consenso existente nos momentos da mobilização do GD e nos trabalhos do GT antes das plenárias foram exemplos dessa despolitização. Tanto as plenárias temáticas como as regionais serviram para tensionar e desorganizar esse suposto consenso.

As plenárias chegaram e o poder público passou a assumir uma posição ambígua justamente no momento de tornar a participação social efetiva. É importante apontar que, mesmo nos governos democráticos que estimulam e incluem em suas agendas o momento da participação social, prevalece a preocupação de preservar o controle sobre as prioridades da gestão e dos recursos orçamentários.

Priorização das políticas e gestão dos recursos são os pontos de maior conflito entre Estado e Sociedade na confecção de políticas públicas. Os debates das plenárias do PMLLLB trouxeram esses conflitos para dentro as políticas oficiais do livro e leitura que historicamente foram decididas de cima para baixo.

Melucci (2001) explica a diferença entre conflito e consenso nos processos participativos, caracterizando o primeiro pelo confronto e antagonismo entre atores sociais

que disputam o controle sobre os mesmos recursos e o segundo como um modo de relação em que a coletividade posiciona suas ações a partir da busca em estabelecer regras e procedimentos para acesso e controle de recursos sociais relevantes para si e para os demais grupos sociais.

De acordo com Nogueira (2004), a gestão participativa tende a colocar em outro patamar a tensão existente entre democracia direta e democracia participativa. Um exemplo concreto dessa tensão torna-se evidente na leitura das atas das plenárias, onde se nota a dificuldade que os participantes encontram em formular sugestões que sejam condizentes com a elaboração com um plano que indica diretrizes. A falta de interesse e a desinformação em relação à construção coletiva de políticas públicas tem uma origem remota, ela explicita as dificuldades que estão diretamente ligados à cultura de participação política.

As consultas públicas realizadas nas plenárias temáticas tiveram um efeito positivo sobre sequência dos trabalhos do GT, tanto na ampliação da rede de grupos interessados, quanto para o desenvolvimento do debate interno que saiu do senso comum e das acomodações de conveniência.

As relações dialógicas proporcionadas pelas plenárias trouxeram avanços nas seguintes questões implicadas na construção do PMLLLB: no aumento da percepção dos participantes sobre o entendimento de como um plano pode mudar efetivamente a o seu cotidiano profissional, na politização do processo que obrigou os grupos de interesse a primeiro tentar compreender os eixos de discussão e depois aprofundar a relação com as suas demandas, no contato do GT com públicos e segmentos diversos, devido ao deslocamento do debate para as áreas periféricas da cidade.

É importante diferenciar o tipo de relação que os membros do GT, os representantes do poder público e a audiência das plenárias estabeleceram nessa etapa de consultas públicas para a construção do PMLLLB, muitas vezes conflituoso e revelador de contradições dentro das instituições envolvidas.

Para Castells (2010), um indivíduo ou um ator coletivo pode possuir identidades múltiplas, mas essa multiplicidade pode gerar tensão na sua autorrepresentação e na sua ação social. Para identificar a atuação de cada ator dentro de um processo participativo, é preciso estabelecer a diferenciação entre o papel social ou um conjunto de papéis exercidos por eles (bibliotecários, professores, mediador, escritores etc.), que em geral, é estipulado

pelas instituições e a sua identidade que é construída por um processo de internalização e que sustenta posições que em muitos contradizem o seu “papel institucional.

Um exemplo da diferenciação entre papel e identidade dos atores sociais envolvidos no plano, está na intervenção crítica que ocorreu nas plenárias por parte dos professores e bibliotecários que são vinculados a funções públicas. São intervenções críticas e propositivas que questionam as políticas públicas implantadas nas Secretarias que eles atuam e muitas vezes são caudatários.

As propostas desses profissionais são fruto de uma visão crítica, internalizada do papel que eles exercem dentro dessas instituições, e se revelam nessas oportunidades de participação direta, na qual o indivíduo ou grupos se sentem mais à vontade para sugerir mudanças.

No final de novembro de 2014 foram encerradas as plenárias setoriais, logo depois foram reunidas as atas e as contribuições recebidas pelas sites oficiais, e, a partir desses registros foi criado o documento base que serviria de referência para a segunda fase de consulta pública do PMLLLB que seriam as plenárias divididas por regiões da capital paulistana.

O documento base foi o primeiro registro oficial do PMLLLB elaborado pelo GT. Houve um esforço dos responsáveis pela redação para que a síntese das plenárias temáticas mantivesse fidelidade às demandas expressas por cada segmento. As contribuições foram separadas pelos cinco eixos e adequadas a uma linguagem propositiva. Após uma leitura das atas fica bastante nítido que a quase a totalidade das sugestões registradas tiveram como base as experiências práticas e que correspondem às questões mais urgentes de cada segmento.

A falta do exercício de participação fez com que as participantes das plenárias incorressem em erros comuns como: ao formular as propostas confundir metas com ações ou fazer reivindicações em torno de questões que sejam do âmbito estadual ou federal, fora da alçada do município, logo, fora de possibilidade de constar em um plano municipal. De qualquer maneira, é um exercício que aprimora a formulação de ideias e aproxima o indivíduo da produção legislativa.

Abaixo, segue uma síntese das contribuições que compuseram o documento base extraído das plenárias temáticas. É importante atentarmos para os registros desse momento das plenárias, quando houve o início da cristalização da participação da sociedade, que

daria o tom geral para a sequência dos trabalhos. A síntese está pelos cinco eixos do PMLLLB e serviu como referência para a próxima fase do PMLLLB, as plenárias regionais:

Eixo 1 – Democratização do Acesso

- Ampliar o horário do transporte público e fazer com que o metrô chegue às bibliotecas;
- Promover a acessibilidade da forma mais ampla e irrestrita;
- Garantir a adequação arquitetônica de centros culturais, bibliotecas e escolas para assegurar a acessibilidade universal;
- Promover bibliotecas multilíngues que possam receber pessoas de diferentes origens, incluindo a crescente população de estrangeiros na cidade;
- Garantir espaço e recurso para a existência e manutenção da biblioteca comunitária com autogestão garantida para um período de no mínimo dois anos;
- estabelecer políticas para que haja redução de custos para a aquisição dos recursos de acessibilidade e maior disseminação da leitura digital;
- Promover a tecnologia assistiva, especialmente pela leitura digital;
- Fornecer segurança aos equipamentos públicos por meio da Guarda Civil Metropolitana;
- Promover o atendimento ao disposto na NBR 9050, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Criar Rede Leitura que possa aproximar as ações realizadas nas bibliotecas públicas e comunitárias e divulgue e mobilize público e parceiros do livro e da leitura para o intercâmbio e encontro (...);
- Garantir orçamento e autonomia para compra de acervo, no mínimo duas vezes ao ano, conforme demanda do público;
- Promover ações que levem os livros às comunidades periféricas, tais como: ônibus-bibliotecas, bibliotecas em parques e praças; carroças da leitura, livros em hospitais, terminais de ônibus, estações de trem e pontos de leituras embaixo de árvores espalhadas pelas ruas;
- Estimular e fortalecer a realização de saraus que envolvam a comunidade; divulgá-los nos meios de comunicação oficiais: agendas e páginas eletrônicas dos sistemas municipal e estadual de bibliotecas, e de outros equipamentos de cultura e educação;
- Promover a criação de conselhos comunitários consultivos como órgão auxiliar na gestão das bibliotecas públicas;
- Criar comissão ou órgão intersecretarial de modo a definir metas, estratégias, programas e projetos relacionados ao livro e à leitura para toda a cidade, a fim de articular as ações das diversas Secretarias no esforço de democratizar o acesso ao livro e de elevar os índices de leitura dos paulistanos;
- Estimular e facilitar a instalação e proliferação de livrarias de rua, principalmente em centros regionais da cidade e em vias movimentadas de bairros.

Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores

- Levar a mediação de leitura para espaços diversos como centros culturais, centros de pesquisa, hospitais, escolas, saraus, parques, etc.;
- Assegurar dotação orçamentária para a implementação de ações voltadas ao livro, à leitura, à literatura e a bibliotecas;

- Promover maior capacitação dos mediadores quanto à acessibilidade, considerando um treinamento com relação às várias deficiências, especialmente capacitação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais);
- Assegurar investimento financeiro para formação e apoio aos mediadores de leitura de bibliotecas comunitárias e outros espaços de incentivo à leitura, assim como centros de pesquisa;
- Promover mapeamento de iniciativas culturais de fomento à leitura: saraus, feiras, seminários, clubes de leitura, bate-papo com autor, cine debate, chá literário, formações, oficinas de literatura, encontros literários, rodas de conversa;
- Constituir uma rede de ações coletivas e ativas entre as bibliotecas comunitárias, públicas, escolares;
- Considerar outras áreas além da cultura e educação para uma política de leitura e mediação de leitura (saúde, direitos humanos, assistência social, etc.);
- Criar uma rede de formação de mediadores que represente a variedade de matizes de mediação de leitura.

Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico

- Estabelecer políticas municipais de desenvolvimento de coleções que sejam inclusivas e que reflitam o caráter multiétnico do Brasil e de São Paulo, considerando as principais comunidades e convidando-a a interagir com esses acervos;
- Estimular o diálogo da Secretaria de Educação com a sociedade;
- promover iniciativas na área de Direitos Humanos e levar em consideração, de forma expressiva, essa questão ao organizar ações de leitura e literatura, dialogando com grupos que atuam na área;
- Incluir a bibliodiversidade como requisito fundamental na formulação de editais de incentivo à leitura e à literatura;
- Promover feira de troca de livros em instituições culturais;
- Estabelecer uma política de fomento a grupos culturais que desempenhem atividades de formação de leitores;
- Sem prejuízo para as salas de leitura e incorporando-as, instalar bibliotecas nas escolas públicas do município.

Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro

- Beneficiar editoras que atuam com o intuito de promover a bibliodiversidade;
- Apoiar os autores para que tenham condições de publicar suas obras;
- Respeitar a Regulamentação da Lei 10.753/2003, para que possibilite o direito de acesso universal à leitura por parte de pessoas que por alguma deficiência não podem acessar os livros em seu formato convencional (impressos a tinta);
- Criar alíquota para as editoras: quanto menor o selo ou a editora, menor o imposto;
- Oferecer cartão para compra de livros que possibilite descontos, incentivo fiscal;
- Garantir o fortalecimento de pequenas editoras e oportunidades concretas para que seus livros possam concorrer às compras de acervo de escolas e bibliotecas públicas;
- Ter incentivos fiscais/tributários e linhas de crédito específicas para pequenas livrarias e editoras, afim de que estas tenham condições de disseminarem-se pela cidade;
- Oferecer incentivos para a criação e manutenção de livrarias de rua;

- Ter política de aquisição de acervo para bibliotecas comunitárias e espaços de leitura comunitários;
- Articular e estabelecer como parte do calendário cultural e turístico da cidade 5 feiras regionalizadas anuais de livros, respectivamente nas zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, em datas não coincidentes, de maneira a reforçar o surgimento e consolidação de polos regionais de desenvolvimento.

Eixo 5 – Literatura

- Desenvolver estratégias claras para assegurar o apoio, inclusive financeiro, para centros de pesquisa e de cultura que promovem a bibliodiversidade e a literatura;
- Fortalecer a formação do professor e investir nessa formação, para que se estimule e intensifique o apreço pela leitura e o conhecimento de literatura;
- Assegurar dotação orçamentária para a implementação de ações voltadas ao livro, à leitura, à literatura e a bibliotecas;
- Assegurar que haja literatura árabe, africana e indígena nas escolas e nas bibliotecas de São Paulo e do Brasil;
- Promover o direito à literatura para todos, sem nenhum tipo de exceção ou exclusão;
- Promover línguas diversas na literatura e na leitura em geral nas bibliotecas, centros culturais, escolas, centros de pesquisa etc.;
- Ressaltar a importância da bibliodiversidade como forma de inclusão para que todos os povos possam se identificar com a leitura.
- Estimular a formação de clubes de leitura em bibliotecas e outros espaços públicos a fim de discutir e compartilhar impressões sobre a leitura de obras literárias;
- Criar prêmio literário que, além de premiar produções literárias, também contemple a iniciativa e desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura.

Logo após o término das plenárias temáticas, nos dias 09, 10 e 11 de dezembro, foi organizado pelas Secretarias Municipais de Educação e Cultura em parceria com alguns componentes do GT do PMLLLB, o Seminário Internacional do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB) de São Paulo.

O Seminário causou polêmica nas reuniões internas do GT, pelo fato de que até aquele momento, as Secretarias envolvidas nos trabalhos do PMLLLB, alegavam não ter orçamento para promover qualquer tipo de atividade que extrapolasse à seção de espaços e utilização de infraestrutura. Na prática, o discurso é de que não havia verba para a contratação de serviços, criando problemas para a divulgação, organização das plenárias, comunicação dos trabalhos, etc.

Parte dos integrantes do GT não concordou com a decisão de realizar o Seminário. Um dos argumentos era justamente a surpresa com o súbito aparecimento dos recursos para fazer a atividade. Por decisão da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, do Coordenador do GT e de uma parte seus membros, o Seminário aconteceu. Abaixo a programação completa:

Mesa I: GT PMLLLB SP (10h30-12h30) Mesa sobre o andamento do PMLLLB em São Paulo, etapas já percorridas, apresentações de propostas recebidas, desaios e prognósticos, questões e intervenções Paulo Daniel Farah - Coordenador do GT PMLLLB SP Sueli Nemen Rocha - GT PMLLLB SP e Secretaria de Cultura Fátima Bonifácio - GT PMLLLB SP e Secretaria de Educação Fernando Ferrari - GT PMLLLB SP e Representante de Saraus;

Mesa II: Eixo 1 – Democratização do acesso Temas: Bibliotecas de acesso público; Outros espaços de leitura; Distribuição de livros e outras formas de expressão da leitura; Tecnologia da informação e da comunicação; acessibilidade Conferencistas: Jean-Marie Ozanne (França) - Sindicato de Livrarias da França Patrícia Konder Lins e Silva - Escola Parque Vera Saboya - Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro Eugênia Augusta Gonzaga Fávero - Procuradora da República em São Paulo e Regional dos Direitos do Cidadão Moderador: Flávio Scavasin, GT PMLLLB SP, representante de grupos de direitos da Pessoa Com Deficiência e Movimento Cidade para Todos;

Mesa III (16h-17h30): Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores Temas: Formação de mediadores de leitura; Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura; Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura Conferencistas: Otávio Jr - Biblioteca do Complexo do Alemão Sérgio Vaz - poeta e fundador da Cooperifa Cristino Wapichana - Coordenador do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas Moderadora: Stella Verzolla Tangerino - GT PMLLLB SP e advogada da Secretaria de Governo Municipal;

Mesa IV (10h-12h): Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico Temas: Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado; Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura; Prêmios de reconhecimento e fomento a projetos sociais de leitura gt Conferencistas: Filipe Leal (Portugal)-BibliotecAtiva, especialista em Ciências da Educação e Leitura Jéferson Assunção - Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, escritor Dolores Prades - Revista Emília, Conversas ao Pé da Página e FLUPP Moderador: Prof. Edmir Perrotti, curador do programa Quem lê sabe por quê, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Mesa V (13h-14h30): Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro Temas: Desenvolvimento e apoio à cadeia produtiva do livro e à cadeia criativa do livro; Apoio a livrarias; Bibliodiversidade; Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura; Maior presença no exterior da produção literária e cultural Conferencistas: Jorge Gutiérrez Brianza - Feira do Livro de Buenos Aires Juan Carlos Sáez - editor chileno e coordenador do GT de políticas públicas da Aliança Internacional dos Editores Independentes. Luciane Gorgulho - chefe do Departamento de Economia da Cultura do BNDES Moderador: Haroldo Ceravolo Sereza - GT PMLLLB SP e presidente da Liga Brasileira de Editoras;

Mesa VI (15h-16h30): Eixo 5 - Literatura Temas: Desenvolvimento e apoio a grupos/projetos que promovem ações de literatura; Desenvolvimento e apoio a grupos de pesquisa sobre literatura; Desenvolvimento e apoio a seminários, intercâmbios, debates, congressos sobre literatura etc.; Revalorização da teoria e crítica literária Conferencistas: Hassan Khader - professor, escritor e editor palestino Abreu Paxé- poeta e pesquisador angolano Olívio Jekupe - escritor e presidente da Associação Guarani Nae'en Porã Vima Martin - professora de literatura na USP

Moderador: Paulo Daniel Farah - GT PMLLLB SP, Prof. Dr. USP e Diretor da BibliASPA.

Apesar de não ser consenso dentro do GT, o Seminário teve seus aspectos positivos. A qualidade das mesas e a oportunidade de intercâmbio com experiências de outras cidades, estados e países foram alguns deles. Para o público participante foi importante como uma atividade de formação. A principal deficiência do Seminário foi quanto aos resultados práticos e a efetiva influência nos trabalhos PMLLLB. O conteúdo não dialogou com os debates realizados nas plenárias e com os desafios enfrentados pelo GT naquele momento do processo.

Sereza conta que o Seminário foi concebido sem participação de todo GT, e isso provocou um problema: nem o GT levou os problemas e dificuldades que tinha para os convidados, nem os demais integrantes do GT se sentiram confortáveis para participar do processo e aproveitar as discussões da programação. Assim, me parece que o Seminário fracassou e teve uma influência muito pequena nos trabalhos do PMLLLB, em termos de conhecimento prático.

Logo após o Seminário, houve um hiato nos trabalhos do PMLLLB. O período de dezembro de 2014 a março de 2015 foi utilizado pelo GT para discutir a metodologia e preparar as plenárias regionais, a segunda e última parte consultas e da participação social antes da confecção do documento final.

5.2. As plenárias regionais

As decisões sobre locais e datas das plenárias regionais foram ratificadas no início de março de 2014. As plenárias aconteceram de 28 de março a 16 de abril de 2014 e foram divididas entre as seis regiões da cidade (Centro, Norte, Sul, Sudeste, Leste, Oeste). A boa repercussão das plenárias temáticas que aconteceram nos CEU, devido à estrutura dos espaços e as articulações dos atores locais, fizeram com que o GT decidisse realizar repetir a fórmula adotada na primeira fase.

Foram feitos contatos com os coletivos culturais de cada região (principalmente os ligados a área literária) e com os profissionais e militantes dos segmentos. Na medida do

possível foram distribuídas cópias do documento base (redigido no final das plenárias temáticas) com antecedência. A mediação das plenárias regionais ficou a cargo dos membros do GT e dos articuladores locais.

Quadro 8 – Plenárias regionais por região, data e local de realização

Região	Local	Data	Endereço
CENTRO	Biblioteca Mario de Andrade	01/04/2015	Rua da Consolação, 94 Centro
LESTE	CEU São Mateus	31/03/2015	Rua Curamatim, 201 - Parque Boa Esperança
LESTE	CFC Cidade Tiradentes	07/04/2015	Rua Inácio, 6900 – Cidade Tiradentes
LESTE	Centro Cultural da Penha	16/04/2015	Largo do Rosário – Penha
NORTE	Centro Cultural da Juventude	12/04/2015	Avenida Deputado Emílio Carlos, 3641 - Bairro Limão
OESTE	CEU Butantã	31/02/2015	Avenida Engenheiro Heitor Antônio E. Garcia, 1840
SUDESTE	CCCE Heliópolis	09/04/2015	Estrada das Lágrimas, 2385 – São João Clímaco
SUL	CEU Navegante	28/03/2015	Rua Maria Moassab s/nº - Parque Cocaia Parelheiros
SUL	CEU Casablanca	10/04/2015	Rua João Damasceno s/nº - Capão Redondo

A metodologia utilizada para as plenárias regionais apresentou algumas diferenças em relação às plenárias temáticas: o documento base facilitou o início do debate e foi usado como mote para aprofundar os debates e a preocupação em separar os depoimentos e relatos de experiências da parte propositiva do debate. O PMLLLB finalmente estava tomando uma forma e a participação dos atores em sua confecção ganhava sentido. Segue abaixo a metodologia utilizada nas plenárias regionais.

Metodologia utilizada nas plenárias regionais:

- 1) Em primeiro lugar passar a lista de presença;
- 2) Distribuir em textos impressos e/ou fazer projeção por imagem da redação do Documento base do PMLLLB;
- 3) Apresentar cada um dos eixos do plano e efetuar a leitura do documento base, eixo por eixo. Reforçar que há informações detalhadas no site pmlllbsp.com, incluindo o Documento base para garantir consultas posteriores;
- 4) Abrir o debate para intervenções e pedir que as falas sejam breves para garantir o maior número de falas (no máximo dois minutos) e para que haja mais tempo para a exposição e a discussão das propostas;
- 5) Redigir a relatoria em linguagem clara.
- 6) Caso haja intervenções sem propostas, mas com outro tipo de relato. Explicar que depoimentos e relatos podem ser feitos em espaço específico (importante providenciar espaço para coletar histórias e depoimentos, além das seções do site cujas contribuições podem ser enviadas eletronicamente);
- 7) Ressaltar que as contribuições serão levadas ao Encontro Municipal.

Os debates regionais mostraram o amadurecimento do processo de participação PMLLLB. Tive a oportunidade de acompanhar sete dos oito encontros realizados durante essa fase (perdi um apenas por conflito de horários). As contribuições formuladas dentro dos eixos foram mais objetivas.

Os segmentos apresentaram nos encontros propostas mais organizadas e diretas. As pessoas chegavam nas plenárias mais informadas sobre a possibilidade de debate e sobre o foco das discussões. A utilização do documento base (extraído das plenárias regionais) que serviu como ponto de apoio para orientar os debates, facilitou os trabalhos, a repercussão que o PMLLLB teve desde a formalização do GT, na mídia e nos sites especializados, também contribuiu para a qualidade do debate das plenárias regionais.

As contribuições das plenárias regionais foram agregadas e discutidas dentro do GT. Logo, o grupo percebeu o amadurecimento do debate na sociedade civil, o PMLLLB

já não era tratado pelos participantes como um conjunto de letrinhas exótico e difícil de pronunciar. A grande presença de professores e bibliotecários na maioria das plenárias regionais, fez com que os eixos 1 e 2 (democratização do acesso e formação de mediadores) ocupassem maior espaço nas intervenções, nos outros eixos houve um equilíbrio na quantidade de contribuições.

Figura 5 - Plenária Regional realizada em Cidade Tiradentes, Zona Leste, em 07 de abril de 2015



5.3. A divulgação do PMLLLB

A divulgação das atividades promovidas pelo GT do PMLLLB merece uma discussão à parte. A comunicação estabelecida entre o GT e a sociedade se deu através de canais de informação diversos. Como dito anteriormente, o sítio oficial do PMLLLB não ficou vinculado e nem foi custeado pelo poder público. A BibliASPA, uma das instituições

privadas que compunha o GT, construiu e administrou o sítio. A decisão se deu pelo voluntarismo da instituição e pela negligência do poder público.

Estranhamente, nenhuma das representações do poder público que compôs o GT criou sítios, portais ou sequer paginas na rede social *Facebook* (que são gratuitas) para alimentar as informações acumuladas nos trabalhos do PMLLLB. Durante os dois anos dos trabalhos do PMLLLB, foram encontrados *links* sazonais (de quando em quando desapareciam) nas paginas oficiais da SME e SMC, que nem sempre traziam informações atualizadas. Também, não foi disponibilizado nenhum canal de interação (e-mail, página de acesso, etc.) com a população para esclarecimento sobre questões relativas ao PMLLLB.

Em entrevista, Rocha relata que como não havia sido destinado nenhum orçamento para a elaboração do PMLLLB no âmbito das Secretarias envolvidas e os setores responsáveis pela comunicação da Prefeitura Municipal não foram acionados, a comunicação das atividades e o produto dos trabalhos do GT não foram publicizados. Muitas vezes, os próprios funcionários das Secretarias não tinham informações precisas do que era o Plano. Praticamente não houve comunicação oficial dos trabalhos do PMLLLB.

Há dois aspectos negativos nessa falta de empenho e investimento das Secretarias Municipais participantes GT em relação à divulgação e à organização dos documentos relativos ao PMLLLB: a própria deficiência na divulgação eventos, plenárias e encontros (organizados pelas próprias Secretarias) e as atas, os relatórios das reuniões fechadas do GT, bem como as atas das plenárias temáticas e regionais, não estão reunidas em nenhum repositório público, esta dispersão e negligência, contraria a Lei de Acesso à Informação⁷².

As comunicações foram feitas através do sítio do PMLLLB e das duas paginas do Plano na rede social *Facebook*, uma delas gerenciada pelo próprio GT e a outra pelo mandato do Vereador Donato. A repercussão que o PMLLLB ganhou dentro dos sítios especializados em educação e cultura e, sobretudo, nos naqueles que tratam do livro e leitura, de alguma maneira ajudou na participação do público e na divulgação dos trabalhos.

As páginas específicas de segmentos ligados ao livro e leitura nas redes sociais (principalmente no *Facebook*) podem ser fontes interessantes de consulta para analisar e

⁷² Lei de Acesso à Informação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm> Acesso em 22/08/2016.

compreender o desenvolvimento dos trabalhos do PMLLLB. Indagações, sugestões, reclamações e reivindicações sobre o Plano são encontradas em comentários e postagens nas páginas dos coletivos de saraus, das bibliotecas comunitárias, bibliotecários, professores e mediadores de leitura, etc. É um grande contingente de informações dispersas, mas importantes para a compreensão da participação social.

Os *blogs* pessoais e institucionais também deram sua contribuição para os registros dos trabalhos, publicidade e, principalmente, contribuições críticas ao PMLLLB. Ainda que os recursos de interação e os canais de contribuições e participação que as redes sociais tenham sido completamente desprezados pelo poder público, a rede mantém uma dinâmica própria e podem ser encontrados registros de qualidade e importância desses canais de informação.

Figura 6 - A Laerte, em imagem de divulgação do PMLLLB usada nas redes sociais, em 22 de agosto de 2014



5.4. Os eventos paralelos ao PMLLLB

Em paralelo às reuniões ordinárias do GT, às plenárias temáticas e regionais e aos eventos oficiais do PMLLLB, aconteceram alguns eventos que, além de mostrar o interesse da sociedade pela discussão, elaboração e a implementação do plano, trouxeram abordagens importantes para a constituição dos trabalhos e para o esclarecimento da sociedade em relação aos temas de livro e leitura. O PMLLLB ocupou e incentivou efetivamente uma abertura de espaço nos debates da cidade sobre política pública e políticas culturais.

Um dos debates importantes que podem servir como exemplo para essa visão paralela do PMLLLB foi o “São Paulo às margens da edição e distribuição: pequenas livrarias e editoras”, que ocorreu 05/09/2014 no Auditório Prestes Maia da Câmara da Municipal. O debate foi promovido pelo mandato do Vereador Donato, com a contribuição do escritor, editor, educador e ativista dos direitos humanos, Ruivo Lopes.

Além do próprio Ruivo Lopes, participaram da mesa de debate o editor Marciano Ventura (Editora Ciclo Continuo) que edita e lança livros dentro do recorte da literatura negra brasileira, o professor, editor e livreiro, Cesar Mendes Costa, que comanda uma das únicas livrarias ativas na periferia paulistana, a Filoczar e o editor Eduardo Lacerda (Edições Patuá) que edita livros de autores inéditos de forma artesanal. Eu tive a oportunidade de ser o mediador desse debate, como representante do mandato e membro do GT do PMLLLB.

Os assuntos abordados foram a produção, a distribuição e venda de livros independentes, ou seja, da produção livresca que corre por fora das grandes editoras e do mercado. A dificuldade que essas produções independentes encontram para constar nas coleções públicas, o bloqueio midiático, a extrema exotização e paternalismo com a qual que os veículos de comunicação tratam a produção não hegemônica.

E mais: a importante contribuição das editoras independentes para a questão da bibliodiversidade e da diversidade. A visibilidade dada às temáticas ligadas a raça, gênero, minorias e aos diversos posicionamentos políticos e éticos. Todas as contribuições desse debate, acompanhadas das polêmicas foram encaminhadas para o GT do PMLLLB.

O Congresso dos Escritores de Periferia aconteceu em duas edições (23/11/2014 e 07/11/2015) sendo organizado pelo coletivo “Desenrola e não me enrola”⁷³. As duas edições aconteceram na Fabrica de Cultura do Jardim São Luiz. O objetivo é criar um espaço de reflexão e debate para a produção literária periférica e ao mesmo dar conta da diversidade e das questões subjacentes a ela (econômicas, raciais, de gênero, de classe, dos movimentos sociais). Nas duas edições houve mesas de debate sobre o PMLLLB e a importância das políticas públicas para a produção literária periférica.

Fui convidado como assessor parlamentar e integrante do GT do PMLLLB para integrar as mesas sobre políticas públicas nas duas edições. Estiveram nas programações do Congresso representativos nomes da literatura periférica paulistana como Rose Dorea, Debora Garcia, Akins Kite, Cidinha Silva, Toni C, Casulo, Priscila Preta, Jennifer Nascimento, Michel Yakini, Marcio Ricardo, Fuzzil, Ni Brisanti, Casulo, Maria Vilani.

Em paralelo à construção do PMLLL, o mandato do Vereador Donato homenageou dois nomes históricos e importantes da literatura negro brasileira. A escritora Maria Carolina de Jesus e o jornalista, ativista e escritor, Oswaldo de Camargo. Foram duas homenagens expressivas, que mobilizaram a cena literária paulistana, a militância do movimento negro e promoveram um encontro intergeracional.

Em 17 de novembro de 2014, a homenageada foi Maria Carolina de Jesus pela Câmara Municipal de São Paulo nas comemorações de cem anos de nascimento, que teve uma mesa composta por familiares, críticos literários, jornalistas e escritores. Além disso, foi lançado o livro “Onde estaes Felicidade?”, que reuniu vários escritos e dois textos inéditos da escritora mineira, editado e lançado pela Editora Ciclo Contínuo. A escritora Maria Carolina de Jesus é importante referência dos escritores de periferia, pois agrega os marcadores de raça, gênero e marginalidade.

O jornalista, escritor, poeta e militante do movimento negro Oswaldo de Camargo recebeu o título de Cidadão Paulistano no dia 27 de outubro de 2015, também no Salão Nobre da Câmara Municipal. Camargo é um exemplo de resiliência e qualidade na história da literatura negro brasileira. No da homenagem foram lançados dois livros inéditos do autor: “Raiz de um Negro Brasileiro - Esboço Autobiográfico” (Ciclo Contínuo Editorial) e

⁷³ Disponível em <<http://desenrolaenaomenrola.com.br/tag/blog-desenrola-e-nao-me-enrola/>> Acessado em 03/08/2014.

uma coletânea de poemas e textos em prosa chamada “Oswaldo Camargo – Cidadão Paulistano”.

Desde 2015 algumas feiras literárias estão sendo organizadas nos bairros periféricos de São Paulo.

- no Campo Limpo, a FELIZS⁷⁴ (Feira Literária da Zona Sul), organizada pelo coletivo do Sarau do Binho, aconteceu dos dias 14 a 19 de Setembro em vários espaços do Bairro de Campo Limpo, como a Biblioteca Pública Marcos Rey, o SESC Campo Limpo e a Praça do Campo Limpo. Atrações musicais, debates sobre literatura periférica, literatura e musica, sobre o PMLLLB e sobre os saraus.
- a 1ª Festa Literária de Cidade Tiradentes (FLICT), organizada pelo Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, foi realizada 11 e 19 de setembro, em espaços culturais (bibliotecas públicas e comunitárias, escolas, feiras livres, parques, praças e no terminal de ônibus. Ela foi organizada pelo Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, os coletivos culturais locais e outros espaços públicos. Literatura periférica e o PMLLLB também estiveram na pauta dessa feira.
- a FLIMP (Feira Literária Marginal Periférica) organizada pela Secretaria Municipal de Educação teve duas edições (2015 e 2016). As duas aconteceram no Espaço Olido (Sede da Secretaria Municipal de Cultura) e reuniram autores periféricos e independentes, com espaço para debates sobre produção literária e políticas públicas (o PMLLLB em especial).

O debate das pequenas editoras e livrarias, os dois congressos de escritores periféricos, as homenagens à dois nomes que são referências dos escritores periféricos paulistanos, as feiras literárias da periferia e dos escritores periféricos não aconteceram por acaso.

⁷⁴ <http://felizs.com.br/> acessado em 03/08/2016

Camargo e Carolina, representativos nomes da literatura negro brasileira, fazem parte de uma linhagem de escritores que estão à margem dos nomes consagrados, não por questões de qualidade, mas pela cor da pele, pelo gênero e pela questão racial. A presença de seus nomes em tardias homenagens oficiais, no contexto dos trabalhos para aprovar o PMLLLB, é um importante retrato dos hiatos existentes entre as políticas públicas e a sociedade.

Feiras e congressos são formatos monopolizados pela literatura hegemônica e pelas grandes corporações do livro, no qual raramente é reservado um espaço para discussão de autores que não se enquadram nos cânones literários. Portanto, feiras e congressos que acontecem na periferia não são fenômenos isolados, fazem parte de um contexto de produção, circulação e difusão de ideias e produtos culturais que fazem frente à falta de espaço e a resistência que essas manifestações encontram nos espaços culturais tradicionais.

5.5. Os conflitos

De maneira geral as pautas da sociedade civil e as do poder público obedecem a lógicas e mantém agendas completamente diferentes, principalmente no que tange a ações que implicam em participação direta da sociedade em processos reivindicatórios, na elaboração de leis, etc. Momentos de participação como as plenárias do PMLLLB, são os momentos de conflitos e discussão de opiniões, de explicitar posicionamentos, tudo isso diretamente influenciados pelo papel social e a condição de cada participante determinado pelo posicionamento, o segmento em que atua, entre outras escalas de valores.

A participação social nas plenárias do PMLLLB trouxe para o centro das discussões assuntos em que o conflito entre os segmentos ficou explícito. Baseado nas atas das plenárias, no documento-base, nas entrevistas feitas com os membros do GT e com quem participou das plenárias, nas discussões das reuniões ordinárias do GT e nas redes sociais, foram escolhidos alguns assuntos que expressam estes conflitos e polêmicas.

A ausência da produção literária dos escritores periféricos nas bibliotecas de acesso público é um dos exemplos trazidos aqui para explicitar o posicionamento dos atores diversos que compuseram a construção do PMLLLB. Um dos principais fatores apontados,

tanto pelos gestores dos setores públicos de biblioteca da educação e da cultura, como dos escritores e editores ligados à produção da literatura periférica, é a excessiva burocratização do sistema de aquisição de acervo das Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura.

Nalles explica, em entrevista, que os parâmetros utilizados para tomada de decisões no desenvolvimento das coleções públicas são um reflexo direto das pressões do mercado editorial e da prevalência do mercado de consumo sobre as listas de compras das bibliotecas. Os títulos vinculados a outros setores da industrial cultural (tendo como um exemplo, os livros adaptados para o cinema e vive versa), os *best-sellers*, e os títulos de apelo fácil como autoajuda, espíritas, etc.

Nalles afirma, ainda, que os motivos da ausência dos autores independentes nos acervos das bibliotecas municipais são principalmente: a dificuldade de aquisição desses títulos devido à legislação que institui normas para licitações e contratos da administração pública (Lei nº 8.666/93) que exige uma série de documentos e condições que esses autores quase nunca dispõem e, muitas vezes, o desconhecimento de bibliotecários sobre a produção dos autores dos próprios territórios onde estão as bibliotecas.

Esses problemas vêm sendo enfrentado pela Coordenadoria da SMB por intermédio da articulação entre as bibliotecas e os territórios por intermédio de ações culturais que envolvam artistas locais, na busca de novas formas de aquisição que contemplem a produção literária sem infringir a lei e a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções que inclua a sociedade civil no campo decisório para as bibliotecas do SMB.

Como um exemplo concreto, não há como não apontar a divergência entre os interesses do mercado editorial e da cena dos saraus no que se refere à comercialização de livros com o poder público. É interessante entender a dinâmica de desenvolvimento das coleções públicas (bibliotecas públicas e escolares) para entender a importância da construção de políticas públicas específicas para a aquisição de livros um dos principais temas evocados nas plenárias temáticas do PMLLLB.

Um dos aspectos apontados é a total invisibilidade da produção independente e ausência dessas obras nas coleções públicas. Bibliotecas públicas, escolares, pontos de leitura não possuem em suas coleções livros de editoras independentes. Os professores e bibliotecários muitas vezes conhecem as obras e os autores da literatura periférica e mesmo

sugerindo a compra para os setores competentes das secretarias, não têm suas solicitações atendidas por questões técnicas.

Os motivos apontados pelos autores, editores e livreiros da literatura não hegemônica são vários, entre eles: a força das grandes corporações que comandam editoras (nacionais e internacionais) na sua relação com o Estado, o lobby promovido por um ciclo restrito de editoras, que influencia diretamente nas compras públicas. A desinformação sobre os processos formais

Lopes aponta em entrevista que o fato da produção literária dos escritores periféricos (grande parte deles estão diretamente vinculados à cena dos saraus) não serem adquiridos pelo setor público, vai muito além dos problemas de distribuição e da ausência de ISBN⁷⁵ nas publicações, justificativas recorrentemente utilizadas pelos setores responsáveis do poder público, a explicação não é tão somente técnica, sobretudo ela é política.

O desconhecimento da produção literária periférica, a rejeição de alguns assuntos abordados por esse tipo de produção e o preconceito com a produção local, são alguns dos motivos da ausência de seus títulos das estantes das bibliotecas públicas e escolares. Além do que, o fato de não estar na mídia, e de não ser estudada e debatida nos meios universitários faz com que a produção literária periférica seja vista como exótica e mais reconhecida pela peculiaridade do que pelo valor literário e pela importante representação que simboliza da produção local.

Okubo⁷⁶ em entrevista, afirma que não há nos acervos públicos a maioria dos títulos do que se produz dentro do que se convencionou a chamar de literatura periférica. Em primeiro lugar, por falta de planejamento para que seja possível encontrar os caminhos dentro da lei para superar os entraves burocráticos. Um dos primeiros passos para superar esses entraves, seria a criação de uma comissão de formação de acervo que incluísse a participação dos segmentos diversos.

Há uma contradição aqui, o que torna a literatura periférica peculiar é o fato de ela ser produzida em um território onde os direitos básicos relativos à educação e à cultura apresentam deficiências históricas. A escassez de recursos e acesso ao aprendizado formal e aos produtos culturais faz com que os escritores periféricos recorram às bases da cultural

⁷⁵ Disponível em <http://www.isbn.bn.br/website/> Acessado em 22/08/2016.

⁷⁶ Entrevista concedida ao autor por William Okubo, bibliotecário, em 26/01/2016.

popular urbana e se usem a linguagem do rap e da fala coloquial para produzir seus poemas, contos e romances. Se por um lado essa peculiaridade destaca a produção, por outro a coloca na literatura periférica, um rótulo que os próprios autores rejeitam.

Alguma das sugestões apresentadas nas plenárias para corrigir minimamente essa disfunção entre uma produção literária presente e marcante na cidade de São Paulo nos últimos anos e sua total ausência das coleções de acesso público : desburocratização, das compras nos setores responsáveis da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura, a criação de editais de fomento à produção literária periférica, a inclusão dos livros de autores periféricos nas leituras recomendadas em sala de aula, entre outras.

Os vazios nos acervos das bibliotecas públicas e escolares não são relacionados apenas aos escritores periféricos, a produção editorial das pequenas e médias editoras também enfrentam barreiras econômicas e ideológicas para chegarem às estantes das bibliotecas. As grandes editoras ligadas às corporações internacionais e aos bancos e empresas do setor financeiro, mantêm grande poder de pressão sobre as compras públicas.

O entrevistado Sereza aponta a burocracia e a falta de critérios na formação de acervos públicos como os motivos principais para que haja esse descompasso. Não há debate público e a escolha dos critérios e os mecanismos utilizados para as compras públicas sofrem pressão das grandes corporações. Nos últimos anos, devido à pressão das pequenas e médias editoras, ao menos foram abertas licitações que procuram dar respostas a questões como bibliodiversidade e a ampliação das temáticas escolhidas.

Outro assunto polêmico, que ocupou bastante espaço nas plenárias temáticas e regionais foi a reclamação quanto ao horário de funcionamento das bibliotecas públicas. A grande reclamação é de que as bibliotecas no geral não respondem às necessidades do público. Seus horários respondem mais às conveniências internas. Elas estão fechadas quando parte do público interessado poderia frequentá-las e abertas apenas nos horários tradicionais do funcionalismo público (das 08:00 às 17:00 ou das 09:00 às 18:00).

Os entrevistados Rocha e Nalles afirmam que cada tipo de biblioteca tem as suas motivações para justificarem a dificuldade de funcionamento em horários mais flexíveis. Os argumentos dos responsáveis por bibliotecas que participaram das plenárias vão desde a falta de profissionais em número suficiente para o atendimento.

Falta de profissionais habilitados para o atendimento é um dos principais argumentos utilizado por bibliotecas públicas e comunitárias, o que conota problemas de acesso e mediação. Outra questão que sempre vem à tona quando o assunto é horário e qualidade de atendimento nas bibliotecas, é a segurança. Em muitos locais a falta de segurança é um motivo concreto da impossibilidade de expansão dos horários das bibliotecas.

As sugestões para a questão dos horários das bibliotecas apontadas nas atas e nos debates das plenárias são: escalonar os horários das bibliotecas da Rede Municipal de Bibliotecas e das bibliotecas dos CEU, de acordo com as necessidades locais, criar programas de fomento para as bibliotecas comunitárias para facilitar a contratação de profissionais para mediação de leitura e atendimento de público e contratação de bibliotecários e mediadores para as bibliotecas públicas e escolares.

O conceito de mediação de leitura utilizada pelas instituições a depender de seus programas e projetos, também foi uma questão polêmica nas plenárias do PMLLLB. Em entrevista Rocha questiona a generalização do termo “mediação de leitura. Segundo ela quando evocamos o tema mediação de leitura, temos que deixar claro de qual tipo de mediação estamos falando, pelo fato de existirem vários conceitos de mediação de leitura. Não houve consenso, em grande parte pela superficialidade do debate, quanto ao conceito de mediação utilizado no PMLLLB, o termo foi utilizado de forma genérica, a despeito da polêmica gerada em algumas plenárias.

As bibliotecas comunitárias (inclusas no conceito de biblioteca de acesso público, junto com as escolares e as públicas) foi outro objeto de discussão e polêmica durante os trabalhos do PMLLLB. Já dissemos que foram as bibliotecas comunitárias que deram o início para as discussões do Plano, no decorrer dos debates as motivações das comunitárias foram sendo reforçadas. Um dos pontos mais importantes debatidos sobre as bibliotecas comunitárias foi a dificuldade que elas têm de manter pessoal para o atendimento ao público. Além do custeio (luz, água, telefone, aluguel de prédio) a remuneração dos atendentes e mediadores das bibliotecas comunitárias se mostrou como um dos principais problemas do setor.

Desde o início das discussões, dois assuntos foram motivo de polêmica e debates acalorados, tanto nas discussões do GD e do GT, como nas plenárias públicas: o orçamento

indicado para viabilizar o cumprimento das diretrizes e das metas geradas pelo PMLLLB e o tipo de conselho que seria composto por fiscalizar a meta e o desenvolvimento do Plano.

Em depoimento, Sereza relata que os maiores conflitos gerados nas plenárias foram os relativos ao orçamento e à formação do conselho gestor. A expectativa era de que o conselho fosse composto em sua maioria por membros da sociedade civil, que fosse no mínimo paritário (número de membros do poder público e sociedade civil) e de que a fonte orçamentária ficasse estipulada no texto final do PMLLLB.

São, exatamente, as prioridades sobre o orçamento e o tipo de controle sobre o cumprimento de diretrizes e metas das políticas públicas, que colocam a sociedade civil e o poder público em posições antagônicas. A disposição em debater democraticamente as políticas, não implica necessariamente na abertura do orçamento para as decisões coletivas e no compartilhamento do controle no âmbito dos conselhos fiscalizadores.

5.6. O texto final do PMLLLB

Em maio de 2015, foram encerradas as consultas públicas através das plenárias setoriais e regionais. Ao final do processo, aconteceram 39 plenárias setoriais e nove plenárias regionais. Todo material recolhido compôs um importante panorama opinativo e reivindicatório dos segmentos do livro e leitura na cidade.

Então, foi constituído um grupo de redação no âmbito do GT para organizar os registros colhidos nas plenárias e elaborar o texto substitutivo do PL nº 168/2010 que passaria por mais uma consulta pública (o 2º Encontro Municipal do PMLLLB), para posteriormente encaminhar à Câmara Municipal a redação final, para encaminhamento e votação.

Ao grupo de redação coube a função de fazer a síntese das consultas públicas, divididas entre os eixos, e elaborar o texto na busca de um ponto de equilíbrio entre os diferentes segmentos e as diferentes demandas geradas nas plenárias. Os encarregados no GT para efetuar o trabalho de redação do PMLLLB foram: o professor Paulo Farah, os jornalistas Maria Nilda Rodrigues, Haroldo Ceravolo Sereza e João Luiz Marques e os bibliotecários Sueli Nemen Rocha e Ricardo Queiroz Pinheiro.

Os trabalhos do grupo de redação iniciaram-se no dia 08/05/2015 e seguiram até o final do mês de maio, com duas reuniões semanais, nas quais vários pontos provindos de plenárias e das contribuições eram debatidos. As contribuições foram tabuladas respeitando-se a relação e o equilíbrio entre os cinco eixos do PMLLLB e a linguagem final adequada à redação de um documento legal.

Em entrevista, Sereza destaca que a principal preocupação do grupo de redação foi a de ser fiel em relação às contribuições das plenárias. Ao mesmo tempo, procurou-se melhorar a redação final, deixando-a mais clara e fluente, para que as contribuições fossem melhor compreendidas e compusessem o texto final do PMLLLB. O grupo de redação não fez julgamento sobre as contribuições, mas procurou por meio de um debate sobre a forma e o conteúdo das contribuições, respeitar a participação social

Com o texto concluído, o GT começou a articular o 2º Encontro Municipal do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. Lembramos que o primeiro havia ocorrido em setembro de 2013 para dar início aos trabalhos do PMLLLB. O evento teve como objetivo central o debate e a aprovação pública do texto do PMLLLB.

O texto final foi entregue oficialmente no dia 23/06/2015 pelos membros do GT, ao Presidente da Câmara Vereador Antonio Donato. Naquele momento foi cumprido o acordo firmado em agosto de 2014, de que as consultas populares feitas no segundo semestre de 2014 e no primeiro semestre de 2015 (plenárias temáticas e regionais), gerariam o texto final do PL 168/2010.

Em seguida, o Vereador Antônio Donato pediu para que a sua assessoria fizesse uma análise no documento para equacioná-lo do ponto de vista legal e resolveu convocar uma última audiência pública antes da votação final no plenário da Câmara para referendar o PMLLLB. No dia 27/08/2015 foi realizada audiência pública do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) no Plenário da Câmara Municipal. Nessa audiência voltaram as polêmicas ao centro do debate, sobretudo a que se referia ao orçamento designado para o cumprimento das metas preconizadas pelo plano e a composição do Conselho para o acompanhamento e fiscalização.

No texto final do PMLLLB, ficou acertado que orçamento seria criado a partir de uma conta específica no Fundo Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Cultura junto com a Secretaria Municipal de Educação são as responsáveis pelo orçamento aplicado no Plano. O Conselho Gestor do PMLLLB será composto pelo dobro de

componentes oriundos da sociedade civil em relação ao número de componentes do poder público, não foi estipulado o número de componentes do Conselho.

O substitutivo do PL 168/2010 foi aprovado por maioria absoluta em segunda votação no Plenário da Câmara Municipal em 15/11/2015, sem nenhuma emenda ou alteração no texto protocolado. Em 18 de dezembro de 2015 foi sancionada com apenas um veto pelo Prefeito Fernando Haddad a Lei nº 16.333 que institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB).

O texto final aprovado da Lei nº 16.333 – o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca – foi dividido em duas partes. Na primeira parte estão descritos os princípios, os objetivos e as metas.

No artigo primeiro ficou instituído o cerne principal do PMLLLB e as responsabilidades quando à sua aplicação e gestão, que destaca o trabalho em cooperação entre poder público e sociedade civil:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura.

§ 1º Caberá ao Poder Público Municipal a articulação e a mobilização de recursos, programas e estratégias intersetoriais e a implementação dos compromissos assumidos neste Plano em parceria com a sociedade civil.

§ 2º A gestão ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura, sem prejuízo da participação de outras secretarias e órgãos municipais.

No artigo segundo fica estipulado que a implementação do PMLLLB será orientada pelo documento anexado elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) do PMLLLB com base em um processo participativo, democrático e popular, por intermédio de metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo.

No artigo terceiro, constam os principais fundamentos do Plano:

I - a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e à informação como um direito do cidadão; II - a formação de leitores e mediadores no Município; III - a valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; IV - o desenvolvimento sustentável da economia do livro e o estímulo à capilarização da indústria e do mercado editorial na cidade; V - o reconhecimento à literatura como direito humano, a compreensão de sua natureza formativa e o incentivo à imaginação, à criação e à educação literária; VI - a garantia da acessibilidade ao livro, à leitura, à literatura e aos espaços a eles dedicados, em todas as suas acepções: atitudinal, arquitetônica,

comunicacional, instrumental, metodológica e programática; VII - a consideração da pessoa com deficiência em todas as atividades desenvolvidas; VIII - o estímulo à produção literária; IX - a preservação do patrimônio literário, bibliográfico e documental do Município; X - o estímulo à bibliodiversidade, em todas as suas formas; XI - a defesa e a promoção da diversidade cultural, de gênero, étnico-racial, política e de pensamento; XII - o reconhecimento às tradições escritas e orais; XIII - a leitura e a escrita como meios fundamentais de produção, reflexão e difusão da cultura, da informação e do conhecimento; XIV - a integração entre as secretarias e órgãos municipais para a implementação do PMLLLB; XV - a interação com as políticas nacional (PNLL), estadual e municipal voltadas ao livro e à leitura.

No artigo quarto, os objetivos:

I - estabelecer políticas públicas claras para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas e garantir recursos para sua implementação; II - assegurar o acesso aos livros e a inclusão de todos; III - promover a integração entre escolas, bibliotecas e outros espaços dedicados ao livro, à leitura e à literatura; IV - desenvolver e apoiar a criação, o conhecimento e a reflexão sobre a literatura; V - debater e promover a bibliodiversidade; VI - estimular a formação de mediadores; VII - apoiar o desenvolvimento da economia sustentável do livro, da escrita à edição e circulação; VIII - tornar São Paulo uma cidade leitora de expressiva produção literária, com políticas concretas e equipamentos condizentes e presentes em todas as regiões; IX - promover e fomentar a literatura não hegemônica, a literatura marginal periférica e a literatura de mulheres, negros e LGBT.

No artigo quinto, os eixos:

I - democratização do acesso; II - fomento à leitura e à formação de mediadores; III - valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; IV - desenvolvimento da economia do livro; V - literatura.

No artigo sexto está reafirmado o compromisso de que a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Educação elaborarão relatório semestral com o cronograma de cumprimento das metas estabelecidas. No artigo sétimo ficou estipulado a composição do Conselho Gestor do PMLLLB, que reúne poder público e sociedade civil, com a predominância do segundo. No artigo nono está apontado que os recursos serão providos pelas duas secretarias signatárias do Plano (Educação e Cultura) com a complementação do Fundo Municipal de Cultura.

Na segunda parte do texto, estão os anexos no qual estão descritas e as metas de curto (seis meses a um ano), médio (de um a quatro anos) e longo prazo (de quatro a dez anos), divididas pelos cinco eixos e as suas diretrizes e princípios.

O PMLLLB é um documento de diretrizes e metas, sua aprovação é um primeiro passo para dar forma a uma nova política para o livro e leitura na cidade de São Paulo. Ao ler o Plano com calma e atenção aos detalhes, percebemos que existe a necessidade da elaboração de leis complementares para que as suas metas sejam atendidas. A virtude maior do PMLLLB foi dar espaço às diversas vozes do livro e leitura na cidade. Há uma tarefa ainda a ser feita, um trabalho político que depende diretamente dos atores interessados e da disposição do Poder Público.

Depois de três anos e dois meses do início do processo de construção, São Paulo finalmente tem seu PMLLLB aprovado e em vigência.

Figura 7 - Grupo de Trabalho do PMLLLB entrega o seu texto final ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Antonio Donato, em 23 de julho de 2015



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal desafio de descrever os trabalhos e a construção do PMLLLB foi compreender as articulações e ações de seus atores, dos diversos lugares da leitura: bibliotecas públicas, comunitárias e os outros espaços onde circulam os livros e a leitura. Ao desvelar a ação cultural e a política desses atores, fica revelado um universo que pouco aparece que age nas minúcias do cotidiano, mas que é fundamental para entender as dinâmicas de avanço e retrocesso das políticas do livro e leitura.

O PMLLLB colocou a área do livro e leitura e seus profissionais e militantes em uma situação inédita. Foi o marco legal precursor na cidade de São Paulo na área de cultura, no que se refere à participação social. Em todas as suas etapas o plano teve nas intervenções da sociedade a sua maior força, não há precedente em São Paulo na área cultura de algum plano que tenha sido construído com o protagonismo da sociedade civil.

O PMLLLB vale por dez anos, mas pode ser modificado nesse interregno. Da mesma forma que a pressão popular viabilizou sua confecção, nos resta a expectativa de que a mesma força esteja atenta às necessidades de reformulações e seus desdobramentos, assim como à cobrança das metas de curto, médio e longo prazo aprovadas.

Por ser o primeiro plano na área de cultura, efetivamente construído a partir da participação social na cidade de São Paulo, o PMLLLB compensa suas deficiências pela experiência pioneira e pela exposição dos desejos e necessidades de um setor que nunca foi ouvido pelo poder público.

Algumas falhas referentes aos trabalhos preparatórios de PMLLLB se refletiram no texto final. Como reiteradamente afirmado durante essa investigação, não houve verba pública ou privada destinada para a condução dos trabalhos. Faltaram levantamentos de dados estatísticos, qualitativos e quantitativos, para serem utilizados na preparação das etapas de construção do plano, estratégia de comunicação e publicização e planejamento das etapas.

Rocha, em depoimento, explica que faltou um mapeamento dos equipamentos e ações do livro e leitura na cidade. A ausência de um mapeamento das ações de leitura existentes tanto no âmbito público como no privado, de dados consistentes sobre a qualidade dos serviços prestados pelas bibliotecas do poder público, pelas instituições

privadas e as do terceiro setor prejudicaram os trabalhos em dois aspectos: no que se refere ao preparo das plenárias setoriais e regionais e nas avaliações comparativas entre as políticas existentes e as metas preconizadas pelo texto final.

As tradições engendradas por Mário de Andrade nas políticas do livro e leitura na cidade de São Paulo foram consideradas e estão presentes no texto final do PMLLLB. A construção histórica das políticas públicas do livro e leitura está marcada nos princípios e diretrizes do Plano. As relações entre as políticas de democratização de acesso e o fomento às ações de mediação estão presentes nas metas de ambos os eixos.

Porém, ao revisitar alguns conceitos de forma crítica, o PMLLLB aponta para novos caminhos, que levam em consideração as questões de gênero, raça, índices sócio-econômico, a questão da territorialidade e outras demandas ligadas aos novos sujeitos. O texto final busca, ao menos, dar indicativos para estas novas demandas da sociedade.

Como indica o entrevistado Lopes, ao dizer que o PMLLLB é muito bem-vindo no Executivo, pois leva em consideração o acúmulo das políticas culturais, aprimora o que existe e aponta novos caminhos; os princípios do PMLLLB estão explícitos na primeira parte, principalmente no trecho que destaca o direito à leitura como um direito humano.

O ineditismo do Departamento de Cultura, em 1935, que colocou a cidade à frente da institucionalização das políticas culturais, a participação da sociedade na formulação das políticas está presente na aprovação do PMLLLB, pois não há precedentes em São Paulo de um documento que incluísse de forma tão expressiva a participação social.

Uma das principais falhas detectadas no texto do PMLLLB foi a fragilidade nas diretrizes e metas para a área de educação. Esta lacuna contraria um dos princípios que o PNLL recomenda para a confecção dos seus congêneres municipais dois princípios fundamentais: a relação Estado/Sociedade Civil e a integração das políticas de educação e cultura.

Segundo Okubo, em entrevista, o documento sintetizou os cinco eixos propostos, e a partir dele existe a possibilidade de gerar um debate e estimular a cobrança pela sociedade civil, a ausência ficou por conta da falta de um apontamento claro no PMLLLB sobre a integração orçamentária entre as Secretarias Municipais de Educação e Cultura.

Assim, reforça Nalles, em sua entrevista: os dois pontos polêmicos na reta final de conclusão do texto do PMLLLB foram o orçamento e a constituição do conselho; o texto final refletiu o processo de participação e têm algumas falhas, em alguns itens ele atira

para tudo quanto é lado e as obrigações do setor de educação ficaram muito aquém do necessário.

A participação dos representantes da educação nos trabalhos do GT foi marcada por dois movimentos contraditórios: se por um o professorado marcou presença da presença nas plenárias, o texto final não apresenta muitos avanços em relação às políticas de leitura no campo. O resultado disso, principalmente na redação do documento, reforça a percepção de políticas integradas entre Educação e Cultura. As intersecções entre as áreas estão presentes nas diretrizes e metas do PMLLLB, mas o texto revela contradições e ausências em relação ao papel de cada uma delas nas políticas sugeridas.

Em que pese todas as dificuldades estruturais que o GT – e, da mesma forma, antes o GD -- enfrentou para realizar os trabalhos, foram as plenárias temáticas e regionais que conferiram legitimidade e ineditismo ao plano. Os recursos faltaram, mas a voz da sociedade se mostrou presente.

Carrança, em depoimento, indica: considero o documento final do PMLLLB de boa qualidade, porque atende a possibilidades reais de execução, e, dentro do contexto em que foi feito, refletiu as demandas dos segmentos que dele participaram. Um Plano exemplar que deu ênfase à participação social; o grande problema apontado é a falta de uma fonte de recursos específica para a implementação do Plano e a mobilização popular é o único caminho para que essa equação seja resolvida

Os diversos segmentos do livro e leitura em São Paulo tiveram a oportunidade de abrir um diálogo inédito e com o objetivo de formulação de uma lei. É o exercício daquilo que García-Canclini (1987) chama de democracia cultural, quando diversos atores (não apenas da elite estatal ou artística) tem a oportunidade de participar e intervir diretamente na formulação das políticas culturais.

A produção literária paulistana teve papel relevante durante os trabalhos e no resultado de construção do PMLLLB e foi um dos seus parâmetros que apontou os rumos do Eixo cinco do Plano. Os dois principais destaques ficam para a expressiva contribuição dos escritores das zonas periféricas, da cena dos saraus e, também, do campo acadêmico, devido ao perfil de alguns membros do GT, refletido principalmente na área de formação literária, crítica e estímulo à escrita.

Desde o início dos trabalhos e, notadamente, após a formalização do GT, uma das principais preocupações no grupo era fazer do PMLLLB um documento exemplar no que

se refere à acessibilidade. A presença de dois importantes militantes (Flávio Scavazin e Naziberto Alves) ligados aos movimentos de pessoas com deficiência tornou possível esse rigor. Todas as discussões foram cotejadas com as questões relativas à acessibilidade com o objetivo de fazer do documento final um avanço na área.

O educador e escritor Ruivo Lopes teve uma interessante ideia no final dos trabalhos do PMLLLB: homenagear o escritor Antônio Cândido, alcunhando a Lei nº 16.333 como “Lei Antônio Cândido”. Cândido é o formulador de um pensamento que está presente em todas as diretrizes e metas do PMLLLB: a leitura e a literatura como direito humano. Não existe uma maneira formal dar o nome de uma lei a uma pessoa, o único expediente para tal é criar uma alcunha, como no caso da Lei Rouanet, que é chamada assim por estar associada ao seu criador o diplomata Sergio Paulo Rouanet. Portanto, a homenagem a Cândido seria apenas simbólica.

Infelizmente, a ideia não foi acolhida pelo Executivo Municipal. A homenagem a Cândido seria o resgate e a reverência a uma tradição que fez avançar as políticas culturais na cidade de São Paulo. Como crítico dos modernistas, Cândido, fez avançar um debate iniciado por Mário de Andrade e coetâneos, que permeia todas as questões contidas no PMLLLB. Não seria apenas uma homenagem laudatória, mas uma conexão coerente.

Uma análise mais detida do texto final que foi aprovada nos mostra que o PMLLLB tem direções plenamente factíveis e é um plano aplicável. A grande questão que se coloca é se as diretrizes e as metas serão cumpridas e se existe uma expectativa quanto à criação de mecanismos de controle social sugeridos em seu texto.

Até o término dessa investigação, o Conselho Gestor do plano não havia sido criado pelo poder público, e a primeira prestação de contas formal, que estava estipulada para até seis meses após o sancionamento da lei (prevista para junho/2016), não havia sido apresentada.

O PMLLLB de São Paulo não é um fenômeno isolado, há vários congêneres acontecendo pelo Brasil, com o processo iniciado, a ser provado, ou ainda, como ideia e desejo dos atores locais, de toda maneira, os planos já são uma realidade em diversos locais do país.

Os planos de leitura nasceram em um período de democracia (sempre relativizada), o término dessa dissertação se dá no mês onde será votado o processo de impeachment da Presidenta eleita, em 2014, Dilma Rousseff.

O risco da prevalência de um período autoritário pode colocar os planos do livro e leitura em pausa permanente ou num pretérito imperfeito. A participação social que deu a legitimidade ao PMLLLB pode ser o antídoto contra essa possibilidade de retrocesso.

No que se refere à Ciência da Informação, um setor no qual os princípios democráticos e a transparência são fundamentais para que os usos da informação e a construção crítica do conhecimento sejam pertinentes e produtivos para a sociedade, é preciso promover a interação da área com os diversos atores sociais que atuam fora dela. O processo de construção se apresentou como um desses momentos. As reflexões estão em aberto.

No início de agosto de 2016, ao conversar com um profissional experimentado da área do livro e leitura, surgiu o assunto PMLLLB e ele me perguntou de forma sincera do que se tratava o plano. Não teve pudor em declarar a ignorância sobre o assunto. Não perdi tempo em me surpreender com a pergunta e passei alguns minutos explicando a trajetória das políticas do livro e leitura e o que o PMLLLB trouxe de novidade para a área.

O diálogo triunfou e ele sugeriu ideias novas e caminhos para o Plano. Fica uma lição de tudo isso: construir políticas públicas é uma tarefa árdua que só se realiza por meio do diálogo aberto e contínuo, e de permanente reflexão. Essa dissertação é apenas uma das tentativas.

Para encerrar, ficam as palavras do final da entrevista de Almeida⁷⁷, o editor da Editora Filoczar, cravada num dos extremos da zona sul paulistana:

(...) é preciso fazer do PMLLLB um panfleto e priorizar a divulgação do PMLLLB em todas as regiões da cidade para que haja conhecimento do que foi aprovado e estimular cobrança de suas metas. (COSTA, entrevista)

⁷⁷ Entrevista concedida ao autor por Cesar Costa Almeida, editor e livreiro em 03/03/2016.

7. REFERÊNCIAS

ABDANUR, Elizabeth França. **Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1938). 1992.** 1992. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP.

ABREU, Marcia(org), M. d. **Leitura, história, história da leitura.** São Paulo: Mercado de Letras, 1999

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. **A biblioteca que inventei.** São Paulo. 12 de dezembro de 2011. Disponível em: < <https://klaxonsbc.com/2011/12/12/a-biblioteca-que-inventei/>>. Acesso em 22/08/2011.

ALMEIDA, M.A. De. Mediações da cultura e informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2008

ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio:** biblioteca pública e Estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Universitária, 2002.

ASSIS, Leonardo da Silva de. **Bibliotecas públicas e políticas culturais:** a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

AUGUSTIN, André Coutinho. **O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira.** Disponível em : <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/files/2011/11/Andre-Augustin.pdf>>. Acesso em 20/08/2016.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. O contributo pra traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 37, n. 2, p. 20-31, 2008.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 2, n. 2, 2007.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Linhas de ação para a política nacional do livro**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2006.

BOMENY, H. **Um poeta na política**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./ jun. 2001.

BRASIL. Lei Nacional do Livro. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acessado em 22/08/2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **MATRIZES**, v. 2, n. 2, 2010.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 87-108, 2007.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.); BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CALABRE, L. (2010). em Curso de Gestores de Políticas Públicas: **Desenvolvimento de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/curso-gestores-agentes/textos/ESTR_DesenvPolíticasPublicas_LiaCalabre.pdf>. Acessado em 22/08/2016.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura; O esquema de Machado de Assis. In: **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARVALHO, K. d. **Travessia das Letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade, v.2** São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vozes, 1994.

CHAUI, M. Cultura Política e política cultural. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 23, janeiro/abril, 1995, p. 71-84.

CHAUI, M. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989

CHAUI, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, M. Secção memória: política cultural, cultura política – reflexões sobre a política governamental na cidade de São Paulo – 1989/1992. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 88, n. 6, p. 69-82, nov./dez. 1994.

COELHO, T. **Dicionário de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2012

COELHO, João Batista. **PROLER: um estudo sobre a sua implantação. Anais da Biblioteca Nacional**, v. 129, p. 9-55.

DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. Unesp, 1999.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005

FARIA, Ana Lúcia G. **Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)**. Tese de doutoramento. São Paulo: Feusp, 1994.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Editora Paz e Terra, 2014.

FRIEIRO, E. **O diabo na livraria do Cônego**. São Paulo: Itatiaia: Universidade São Paulo, 1988.

FURTADO, Celso; FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Contraponto, 2012.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. de Heloísa Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Políticas culturales en America Latina**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1987

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Editora Vozes, 2010.

HADDAD, Fernando. Desafios a vencer. In: MARQUES, NETO; CASTILHO, José. **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.27-29.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora (reflexões sobre a terra no exterior). In: SOVIK, Liv.(Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad.: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAJOLO, M. (1997). **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1997.

LEITÃO, B. J. (2011). **Bibliotecas Públicas, bibliotecários, e censura na era Vargas e Regime Militar**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

LEITÃO, C. Por um Brasil criativo. In: **Revista Observatório Itaú Cultural** – n. 18 (jul/dez. 2015). São Paulo: Itaú Cultural, 2007-. P.78-88

LEITE, Antonio Eleilson. Marcos fundamentais da Literatura Periférica em São Paulo. **Revista de Estudos Culturais**, 2014.

LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. **Revista Acervo**, v. 8, n. 1-2, p. 153-166, 2012.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Unicamp, 2004, 2004.

LEME, M. C. Francisco Prestes Maia e o urbanismo como campo de conhecimento e de atuação profissional. **ENAPARQ: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2010..

LEMOS, Charlene Kathlen de. **Bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs): a construção de uma cultura comum**. 2012. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10012013-184342/pt-br.php>> Acessado em 22/08/2016.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARQUES, NETO; CASTILHO, José. **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARQUES NETO, José Castilho. **Políticas públicas para o livro e leitura: reflexões sobre o tempo presente**. Disponível em: <<http://www.pluricom.com.br/forum/politicas-publicas-para-o-livro-e-a-leitura>>. Acesso em: 16/05/2016.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro. Vozes, 2001

MILANESI, L. **A casa de invenção**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

MINISTÉRIO DA CULTURA/FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **PROLER – concepção, diretrizes e ações**. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: 1998.

MORAES R. B. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet Lemos, 2009.

NASCIMENTO, Erica Peçanha. **Vozes marginais na literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra. 1998b.

OITICICA, Ricardo. Tortuosas linhas: um histórico do Instituto Nacional do Livro. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. vol. 116, 1996. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers. **Políticas públicas de fomento à leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. 2011. 146f. 2011. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 251-251, 2008.

PEREIRA, Julio Cesar. O conceito de cultura na Constituição Federal de 1988. **Anais do IV ENECULT– Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, Brasil**, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. II Conferência Nacional de Cultura. Estratégias Setoriais. 2010. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/IIICN Cultura/resultados-ii-conferencia-nacional-de-cultura.pdf>>. Acessado em 22/08/2016.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA. Brasília: PNLL, 2006. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/upload/PNLL_1185372866.pdf> Acesso em: 28 jul. 2016.

PSZCZOL, Eliane. O papel do PROLER em uma política nacional de leitura. In: **Leitura na escola**. São Paulo: Global/ALB, p. 11-32, 2008.

REYES, Alejandro. **Vozes dos porões: a literatura periférica/marginal do Brasil**. Aeroplano, 2013.

ROSA, Flavia Goulart Mota Garcia; ODDONE, Nanci E. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 3, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.); BAYARDO, Rubens (Org.). **Políticas culturais na Ibero América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.); BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 1, n. 1, p. 224-242, 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, p. 139-157, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia**, v. 7, n. 13, p. p. 101-113, 2006.

SARAVIA, Enrique. **Coletânea de políticas públicas: volume 2: introdução: política pública: dos clássicos às modernas abordagens**. Rio de Janeiro: ENAP, 2006.

SILVA, Frederico A. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2007.

SCHWARCZ, L. M., Azevedo, P. C., & Costa, A. M. (2002). **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

SCHWARCZ, L., & Starling, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

SILVA, L. A. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. **Perspectivas em Ciência da Informação**, 2008, 219-237.

SOARES, G. P. **Semear horizontes: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1918-1954**. Belo Horizonte: UFMG, 2007

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da informação**, v. 29, n. 2, p. 52-60, 2000.

SUAIDEN, Emir José. Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectiva. 1980. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12779>>. Acesso em 22/08/2016.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: O Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. **AEDOS**, v. 6, n. 15, 2014.

TENNINA, Lucía. Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 42, p. 11-28, 2013.

VIANA, Lilian. Rubens Borba de Moraes e o Departamento de Cultura: novo paradigma às Bibliotecas Públicas brasileiras. **CRB-8 Digital**, v. 4, n. 1, 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance. **Convergência Lusíada, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**, n. 21, p. 165-185, 2005.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Palavra chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ANEXOS

LEI Nº 16.333, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

(Projeto de Lei nº 168/10, do Vereador Antonio Donato - PT)

Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 25 de novembro de 2015, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura.

§ 1º Caberá ao Poder Público Municipal a articulação e a mobilização de recursos, programas e estratégias intersetoriais e a implementação dos compromissos assumidos neste Plano em parceria com a sociedade civil.

§ 2º A gestão ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura, sem prejuízo da participação de outras secretarias e órgãos municipais.

Art. 2º A implementação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo será orientada por documento anexo elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) do PMLLLB com base em um processo participativo, democrático e popular, por intermédio de metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo.

Parágrafo único. Para os fins desta lei e de seu anexo, entende-se por:

I - curto prazo, o período de seis meses a um ano;

II - médio prazo, o período de um ano a quatro anos;

III - longo prazo, o período de quatro a dez anos.

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º O PMLLLB de São Paulo tem como princípios fundamentais:

I - a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e à informação como um direito do cidadão;

II - a formação de leitores e mediadores no Município;

III - a valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;

IV - o desenvolvimento sustentável da economia do livro e o estímulo à capilarização da indústria e do mercado editorial na cidade;

V - o reconhecimento à literatura como direito humano, a compreensão de sua natureza formativa e o incentivo à imaginação, à criação e à educação literária;

VI - a garantia da acessibilidade ao livro, à leitura, à literatura e aos espaços a eles dedicados, em todas as suas acepções: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática;

VII - a consideração da pessoa com deficiência em todas as atividades desenvolvidas;

VIII - o estímulo à produção literária;

IX - a preservação do patrimônio literário, bibliográfico e documental do Município;

X - o estímulo à bibliodiversidade, em todas as suas formas;

XI - a defesa e a promoção da diversidade cultural, de gênero, étnico-racial, política e de pensamento;

XII - o reconhecimento às tradições escritas e orais;

XIII - a leitura e a escrita como meios fundamentais de produção, reflexão e difusão da cultura, da informação e do conhecimento;

XIV - a integração entre as secretarias e órgãos municipais para a implementação do PMLLLB;

XV - a interação com as políticas nacional (PNLL), estadual e municipal voltadas ao livro e à leitura.

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do PMLLLB:

I - estabelecer políticas públicas claras para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas e garantir recursos para sua implementação;

II - assegurar o acesso aos livros e a inclusão de todos;

III - promover a integração entre escolas, bibliotecas e outros espaços dedicados ao livro, à leitura e à literatura;

IV - desenvolver e apoiar a criação, o conhecimento e a reflexão sobre a literatura;

V - debater e promover a bibliodiversidade;

VI - estimular a formação de mediadores;

VII - apoiar o desenvolvimento da economia sustentável do livro, da escrita à edição e circulação;

VIII - tornar São Paulo uma cidade leitora de expressiva produção literária, com políticas concretas e equipamentos condizentes e presentes em todas as regiões;

IX - promover e fomentar a literatura não hegemônica, a literatura marginal periférica e a literatura de mulheres, negros e LGBT.

DAS METAS

Art. 5º Para assegurar os compromissos e as metas assinaladas no anexo desta lei, a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura deverão revisar seus programas atuais, bem como estabelecer novos programas e ações, no prazo máximo de um ano, sem prejuízo da continuidade dos programas existentes, nos seguintes eixos:

I - democratização do acesso;

II - fomento à leitura e à formação de mediadores;

III - valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;

IV - desenvolvimento da economia do livro;

Câmara Municipal de São Paulo Lei 16.333 de 18/12/2015

Secretaria de Documentação Página 2 de 16

Disponibilizado pela Equipe de Documentação do Legislativo

V - literatura.

Parágrafo único. Os programas e as ações elaboradas nos termos do "caput" deste artigo deverão respeitar, no que couber, os prazos estabelecidos no anexo desta lei.

Art. 6º A fim de acompanhar a gestão do PMLLLB e de promover a análise, a supervisão, o acompanhamento e a avaliação de sua implementação, estabelece-se que:

I - a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura apresentarão à sociedade um relatório semestral sobre a implementação do PMLLLB, que inclua um balanço de cumprimento de metas do PMLLLB, e promoverão consulta pública e debate sobre o tema;

II - a Prefeitura, em parceria com a sociedade civil, promoverá, pelo menos uma vez por ano, um Encontro Municipal sobre o desenvolvimento do PMLLLB;

III - (VETADO)

Art. 7º O acompanhamento do Plano será feito por membros de um Conselho Municipal, formado por representantes da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Cultura, da Câmara Municipal e por majoritariamente membros da sociedade civil, tais como professores, escritores, editores, bibliotecários, críticos literários, livreiros, representantes de pessoas com deficiência, saraus, centros de pesquisa e universidades.

Parágrafo único. São competências deste Conselho, além daquelas estabelecidas em regimento interno:

I - no que compete a este Plano, opinar sobre a formulação do orçamento das secretarias municipais e acompanhar sua execução;

II - opinar e fiscalizar a utilização de recursos para a implementação do PMLLLB;

III - promover discussões, articular demandas regionais e setoriais e buscar devolutivas àquelas instâncias.

Art. 8º A Prefeitura de São Paulo assegurará recursos orçamentários específicos nas Secretarias Municipais de Cultura e Educação, para programas, projetos, ações e outras iniciativas previstas no PMLLLB, suplementando, se necessário, por meio do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de dezembro de 2015, 462º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 18 de dezembro de 2015.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 19/12/2015, p. 1, 3-4 c. todas, 1-2

Para informações sobre revogações ou alterações a esta norma, visite o site www.camara.sp.gov.br.

Câmara Municipal de São Paulo Lei 16.333 de 18/12/2015

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 16.333, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) de São Paulo
– ANEXO

O PMLLLB de São Paulo tem como princípios fundamentais:

I - a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e à informação como um direito do cidadão;

II - a formação de leitores e mediadores no Município;

III - a valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;

IV - o desenvolvimento sustentável da economia do livro e o estímulo à capilarização da indústria e do mercado editorial na cidade;

V - o reconhecimento à literatura como direito humano, a compreensão de sua natureza formativa e o incentivo à imaginação, à criação e à educação literária;

VI - a garantia da acessibilidade ao livro, à leitura e à literatura em todas as suas acepções: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática;

VII - a consideração da pessoa com deficiência em todas as atividades desenvolvidas;

VIII - o estímulo à produção literária;

IX - a preservação do patrimônio literário, bibliográfico e documental do Município;

X - o estímulo à bibliodiversidade, em todas as suas formas;

XI - a defesa e a promoção da diversidade cultural, de gênero, étnico-racial, política e de pensamento;

XII - o reconhecimento às tradições escritas e orais;

XIII - a leitura e a escrita como meios fundamentais de produção, reflexão e difusão da cultura, da informação e do conhecimento;

XIV - a integração entre as Secretarias e órgãos Municipais para a implementação do PMLLLB;

XV - a interação com as políticas nacional, estadual e municipal voltadas ao livro e à leitura.

São objetivos do PMLLLB:

I - Estabelecer políticas públicas claras para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas e garantir recursos para sua implementação;

II - Assegurar o acesso aos livros e a inclusão de todos;

III - Promover a integração entre escolas, bibliotecas e outros espaços dedicados ao livro, à leitura e à literatura;

IV - Desenvolver e apoiar a criação, o conhecimento e a reflexão sobre a literatura;

V - Debater e promover a bibliodiversidade;

VI - Estimular a formação de mediadores;

VII - Apoiar o desenvolvimento da economia sustentável do livro, da escrita à edição e circulação;

VIII - Tornar São Paulo uma cidade leitora de expressiva produção literária, com políticas concretas e equipamentos condizentes e presentes em todas as regiões;

IX - Promover e fomentar a literatura não-hegemônica, a literatura marginal periférica e a literatura de mulheres, negros e LGBT.

Eixos do PMLLLB

Eixo 1 - Democratização do acesso

Diretrizes e princípios

- Sistematizar instrumento de diálogo com a população a respeito do livro, leitura, literatura e bibliotecas;

- Considerar usuários e especificidades de cada biblioteca de acesso público para a produção de materiais de comunicação;

- Investir na comunicação e informar, por meio das mais diferentes mídias, sobre o funcionamento das bibliotecas de acesso público e demais espaços dedicados ao livro, à leitura e à literatura.

Metas de Curto Prazo

- Incluir no projeto de sinalização urbana a localização de bibliotecas de acesso público e outros espaços de leitura, inclusive indicando nos ônibus e outros meios de transporte quais bibliotecas e quais espaços culturais e educativos são contemplados no trajeto;

- Divulgar as bibliotecas de acesso público e os espaços de leitura nos mais variados meios de comunicação, incluindo as redes sociais;

- Assegurar que as bibliotecas dos CEUs atendam ao público em geral durante todo o horário de funcionamento, com recursos humanos especificamente destinados a esse atendimento;
- Valorizar as bibliotecas das escolas como um ponto de saber e convivência no bairro, criando mecanismos de participação de pais e familiares;
- Criar horários alternativos de funcionamento das bibliotecas de acesso público, com o objetivo de atender os diversos públicos e sua possibilidade de frequentar esses espaços, como, por exemplo, a abertura de bibliotecas aos sábados, domingos e feriados, para facilitar o acesso a jovens e trabalhadores, de acordo com as condições estruturais;
- Dar formação aos funcionários das bibliotecas de acesso público face às tecnologias atuais e à captação do público;
- Garantir que o espaço físico das bibliotecas de acesso público seja acolhedor, convidativo, e conte com mobiliário confortável e acessível e comunicação visual atraente de modo a adequar-se à concepção contemporânea de biblioteca. Assegurar ainda mobiliário infantil e ergonômico e a aquisição de materiais e instrumentos para atividades lúdicas;
- Criar ações para promover a biblioteca de acesso público em sua comunidade, como redes de leitura, encontros com escritores e oficinas literárias;
- Facilitar a interação entre frequentadores, ao considerar todas as faixas etárias;
- Assegurar que todas as bibliotecas de acesso público possuam computadores e leitores de livros digitais em perfeito funcionamento, em número suficiente, com infraestrutura e suporte técnico adequados e acesso à internet para garantir a conectividade como direito do usuário;
- Ampliar a rede de bibliotecas públicas, incluindo as bibliotecas móveis, em áreas como parques, centros culturais, casas de cultura, clubes desportivos municipais, conjuntos habitacionais de responsabilidade da prefeitura, áreas de subprefeituras e terrenos municipais ociosos;
- Capacitar a equipe de profissionais das bibliotecas de acesso público para acolher adequadamente populações estrangeiras;
- Promover a criação de conselhos comunitários consultivos e fiscalizadores como órgãos auxiliares na gestão das bibliotecas públicas;
- Realizar ações de aproximação do livro com outras linguagens (cinema, música, teatro, artes plásticas etc.) para envolver os leitores e dessacralizar as bibliotecas;
- Incentivar a interação entre bibliotecas comunitárias e seu entorno, em caráter de corresponsabilidade, garantindo sua sustentabilidade;
- Contemplar, para assegurar a acessibilidade, o acervo regular em papel por escaneamento acessível, com voz -, a forma digital, com possibilidade de audição de texto,

e, tanto para o livro em papel quanto para o digital, a ampliação de textos para aqueles com baixa visão e o uso do teclado "Linha Braille", que torna possível a leitura pelos dedos;

- Considerar a pessoa com deficiência em todas as atividades desenvolvidas, sejam lúdicas ou culturais, como brincadeiras, ações literárias, cinema, teatro, saraus e sessões de contação de histórias, incluindo a capacitação para receber a pessoa com deficiência, e exercer a mediação, também por meio de recursos de audiodescrição, legendagem e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais;

- Assegurar o estabelecimento de uma política municipal de desenvolvimento de coleções para as bibliotecas públicas, comunitárias e dos CEUs que abarque todas as mídias impressas e eletrônicas e a diversidade de temas conforme o perfil da biblioteca, contemplando as sugestões da comunidade;

- Garantir que as bibliotecas de acesso público possuam acervos multilíngues para permitir o atendimento a pessoas de diferentes origens, incluindo a crescente população de estrangeiros na cidade;

- Assegurar que o acervo contenha livros dos escritores da comunidade e obras que retratem a literatura marginal periférica e a ancestralidade;

- Promover a atualização permanente dos acervos de bibliotecas de acesso público;

- Conferir transparência, agilizar os processos de aquisição de acervos e explicitar os critérios a eles relacionados na esfera das Secretarias Municipais para democratizá-los com base no diálogo com os setores envolvidos e na publicidade inequívoca de editais e resultados;

- Desburocratizar formas de contratação e aquisição de acervos;

- Criar mecanismo para que os setores de compras das bibliotecas de acesso público pesquisem os lançamentos editoriais para além do que é publicado na grande imprensa;

- Garantir a assinatura de periódicos pautados pela lógica da diversidade;

- Favorecer a difusão de livros digitais gratuitos ou em domínio público;

- Planejar ações conjuntas de incentivo à leitura e à literatura que integrem espaços culturais e educacionais, públicos e privados, incluindo movimentos sociais de defesa de direitos civis e urbanos da cidade, e que possam envolver diversas linguagens artísticas e projetos socioeducativos no esforço de democratizar o acesso ao livro e de elevar os índices de leitura dos paulistanos, entre outras;

- Criar ações para aproximar as bibliotecas de acesso público das escolas de sua região, para divulgar seu acervo e promover o incentivo à leitura, de maneira a promover a integração entre esses espaços;

- Definir critérios ou programas relacionados ao livro e à leitura, por meio de uma comissão formada em sua maioria pela sociedade civil, para articular as ações das diversas Secretarias da Prefeitura e da sociedade;

- Envolver todos os espaços públicos em ações de difusão do livro, da leitura e da literatura e criar e/ou fortalecer espaços alternativos e iniciativas que permitam a oferta de livros e ações de estímulo à leitura, tais como saraus, contação de histórias, clubes e rodas de leitura etc;

- Incentivar e desenvolver atividades que integrem as bibliotecas de acesso público para o reconhecimento de suas práticas, para a ampliação dos olhares e uma mútua contribuição;

- Favorecer a formação de bibliotecas temáticas (como feministas ou de autores da periferia, entre outras), que sejam referência em seus temas e possuam acervo adequado para essa função;

- Garantir mais espaços que disponibilizem obras literárias, incluindo terminais de ônibus e estações de metrô etc.;

- Incentivar bibliotecas de acesso público conveniadas com a Prefeitura cujos acervos incluam livros de escritores das regiões periféricas;

- Criar pequenos espaços de leitura em equipamentos públicos;

- Ampliar o atendimento e as ações voltadas a analfabetos nas bibliotecas de acesso público;

- Promover equipe multidisciplinar nas bibliotecas de acesso público;

- Descentralizar as verbas para as bibliotecas escolares e bibliotecas dos CEUs;

- Assegurar transporte para os alunos visitarem as bibliotecas de acesso público;

- Reformar a estrutura do Sistema Municipal de Bibliotecas;

- Recomendar que as bibliotecas escolares atendam à comunidade educativa durante o horário de funcionamento, e procurar prover condições para que isso ocorra;

- Garantir o princípio das gestões democráticas nas áreas de livro, leitura, literatura e bibliotecas, com a participação de fóruns e comitês da sociedade civil;

- Assegurar recurso orçamentário específico para que cada biblioteca de acesso público possa fazer a sua própria comunicação;

- Inserir pontos de empréstimo nos terminais de ônibus da cidade de São Paulo;

- Permitir a renovação e a reserva de livros via internet;

- Incluir partituras e letras de músicas nos acervos;

- Garantir programas de incentivo à leitura e fruição literária para contemplar iniciativas existentes no território das bibliotecas de acesso público em diferentes espaços culturais;

- Incluir na formação dos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) visitas às bibliotecas de acesso público e outros espaços culturais;
- Garantir apoio para bibliotecas comunitárias por meio de programas de fomento;
- Capacitar profissionalmente responsáveis e equipe das bibliotecas comunitárias para garantir sua autonomia e sustentabilidade;
- Utilizar a biblioteca pública como espaço de debate para os adolescentes e jovens, com temáticas de interesse para esse grupo e indicação de livros que se reportem ao tema discutido e com divulgação feita nas escolas;

Metas de Médio Prazo

- Assegurar que o transporte público (ônibus, metrô e trem) contemple o acesso a bibliotecas e outros espaços de leitura;
- Criar política pública de apoio às bibliotecas comunitárias, desenvolvendo programa específico para esse fim, particularmente nas áreas mais pobres em infraestrutura urbana, em parceria com entidades que já desenvolvam ações locais ou que estejam interessadas em desenvolvê-las;
- Fornecer acessibilidade arquitetônica a bibliotecas de acesso público e locais de leitura bem como interceder administrativamente para garantir que esta ocorra também no seu entorno, de modo a permitir às pessoas com deficiência cada vez mais acesso à fruição de livros;
- Incluir o livro e a leitura nos programas de cultura digital;
- Fomentar a criação de publicações eletrônicas voltadas à leitura que possam se configurar como plataformas formativas;
- Incentivar que sejam feitos estudos para o desenvolvimento de plataforma pública de empréstimo de livros digitais;
- Criar programa de compra de livros para distribuição gratuita destinado a pessoas de baixa renda;

Metas de longo prazo

- Assegurar a acessibilidade plena em todas as suas acepções: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática;
- Atingir o número recomendado pela Unesco para bibliotecas e acervos por habitantes e descentralizar o local das bibliotecas;

Eixo 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores

Metas de Curto Prazo

- Prover espaço formativo que ofereça condição de trabalho adequada em relação à comunidade e nas ações com o livro, a leitura e a literatura;

- Organizar programas de formação que garantam as especificidades de cada profissional, do público em que atua e da comunidade onde está inserido - nesse sentido, é fundamental a inclusão de trabalho com pessoas com deficiências visuais, auditivas, físicas, intelectuais e múltiplas;

- Incentivar a participação dos mediadores em encontros, seminários, palestras e apresentações de trabalho e relatos de experiência;

- Recomendar que os itens literatura e mediação de leitura estejam contidos nos diversos cursos afetos à área (biblioteconomia, pedagogia, letras etc), com ênfase no trabalho com literatura e mediação;

- Criar e fortalecer programas que estimulem a visita e a participação em bibliotecas e outros espaços de leitura;

- Promover o contato com a mediação de leitura e uma boa estratégia de aproximação dos espaços para o incentivo à leitura, incluindo hospitais, unidades básicas de saúde (UBS), presídios, creches, escolas, bares, praças etc;

- Promover eventos em ambientes educacionais relacionados ao livro, à leitura e à literatura;

- Garantir a formação e a valorização dos profissionais à frente das ações de mediação;

- Contribuir para o reconhecimento da atuação dos mediadores de leitura e disponibilizar recursos para que esse profissional atue em diferentes programas e ações da prefeitura municipal e em equipamentos de cultura da comunidade;

- Criar editais específicos para projetos de jovens mediadores de leitura;

- Promover espaços de trocas metodológicas de mediação de leitura para a constituição de uma rede de formação de mediadores que represente a variedade de matizes da mediação de leitura;

- Sugerir políticas de contratação de profissionais (bibliotecários, professores, mediadores de leitura) para os espaços de leitura existentes no município, considerando uma proporção de profissionais adequados para cada tipo de trabalho;

- Fomentar a divulgação de informações de serviços prestados e projetos realizados por organizações que atuam nas áreas de livro, leitura e literatura não ligadas formalmente ao setor público;

- Gerar programas que aproximem os criadores literários dos mediadores de leitura;

- Incentivar sociedades de Amigos do Livro;

- Garantir que as bibliotecas de acesso público possam acolher pessoas de diferentes origens, como a população de migrantes e estrangeiros na cidade;
- Desenvolver e fortalecer espaços de leitura alternativos aos espaços formais (salas de leitura presentes nas escolas, bibliotecas municipais, centros de cultura etc.) dentro de uma perspectiva de prática social;
- Garantir a presença de distintas linguagens de expressão nos espaços de leitura, incluindo o audiovisual, para que a literatura possa ser debatida de diversas maneiras;
- Promover a continuidade dos projetos e programas por meio de ferramentas de avaliação qualificada dos resultados;
- Promover a aproximação entre a cadeia produtiva do livro e os mediadores de leitura;
- Ampliar o atendimento do ônibus biblioteca e dar ênfase ao trabalho de mediação;
- Estimular e apoiar financeiramente ações de contação de histórias;
- Promover encontros intergeracionais por meio da leitura de modo que idosos possam ler para crianças e jovens, e vice-versa;
- Desenvolver programas de incentivo à produção de materiais digitais (tais como revistas e blogs);
- Garantir a presença de distintas linguagens de expressão nos espaços de leitura, incluindo o audiovisual;
- Promover formação de técnicos de bibliotecas e auxiliares;
- Privilegiar a formação de mediadores de leitura das escolas e expandir a rede multiplicadora;
- Ampliar as plataformas de livro digital;
- Unificar iniciativas de mediação de leitura já existentes em diferentes secretarias municipais;
- Garantir nos editais que envolvam livro e leitura a especificidade para que pessoas com deficiência possam se inscrever;
- Ampliar os cursos da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura realizados em parceria com organizações, centros e universidades que possuam experiência na formação de mediadores de leitura;
- Fortalecer e ampliar estágios socioeducativos, voltados a adolescentes, nas bibliotecas de acesso público e outros espaços culturais e educativos;
- Promover eventos escolares relacionados ao livro em espaços públicos;

- Promover encontros de bibliotecários da rede municipal de São Paulo;
- Promover a apropriação de espaços públicos para a realização de trocas de livros, mediante a criação de políticas públicas;
- Incluir nos roteiros culturais as bibliotecas de acesso público e ampliar as programações culturais nesses espaços, de modo a promover integração entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Educação;

Metas de Médio Prazo

- Mapear as ações voltadas à mediação do livro e leitura em todas as regiões da cidade para a constituição de circuitos de leitura;
- Criar uma plataforma para registro de relatos e experiências sobre mediação de leitura;

Eixo 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico

Metas de Curto Prazo

- Garantir a continuidade de programas existentes e criar editais e leis de fomento específicos às ações com livro e leitura;
- Criar prêmios que valorizem mais o processo do que o produto final, que sejam voltados ao itinerário da leitura, para garantir reconhecimento ao educando e ao professor;
- Criar projetos de formação de lideranças locais para ações de fomento ao livro e à leitura e premiar as melhores práticas;
- Promover cursos, oficinas ou consultorias gratuitas para a elaboração de projetos e a participação nos editais de livro e leitura;
- Fomentar grupos culturais que desempenhem atividades de formação de leitores;
- Criar canais para a inscrição de projetos de incentivo à leitura entre professores e outras categorias profissionais;
- Criar projetos e garantir apoio, especialmente financeiro, para centros de pesquisa e de cultura que estudem e promovam a literatura e a bibliodiversidade;
- Garantir que a bibliodiversidade seja exigência nos critérios de aquisição de acervo e de outros projetos em editais de fomento à leitura e à literatura;
- Articular programas da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura relacionados ao livro, à leitura e à literatura, otimizando os recursos públicos e ampliando o alcance e o impacto desses programas compartilhados;
- Garantir formação continuada e prover meios à participação de pessoas que atuam no setor do livro, da leitura e da literatura em congressos, seminários, palestras etc,

exigindo como contrapartida a apresentação de trabalhos e relatos de experiências vivenciadas e buscando promover debates com o envolvimento de brasileiros e estrangeiros;

- Abrir e incentivar o uso dos espaços públicos para o desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura;

- Apoiar festivais de cultura que tenham entre suas atividades ações literárias;

- Disponibilizar informações para reconhecimento dos diferentes gêneros textuais pela população, por meio das mídias acessíveis a ela, tais como as redes sociais e a programação dos circuitos internos dos transportes públicos;

- Ampliar a diversidade de público-alvo das formações ofertadas pelo poder público (bibliotecários, educadores e mediadores de leitura de bibliotecas escolares, do sistema municipal de bibliotecas e de bibliotecas comunitárias), para propiciar o intercâmbio entre esses atores;

- Fazer das bibliotecas de acesso público um espaço de interação social, especialmente nas periferias em que faltam equipamentos públicos;

- Facilitar a parceria das bibliotecas comunitárias com outras organizações e espaços;

- Incentivar que as bibliotecas de acesso público tenham amplo conhecimento sociocultural do público que as frequenta para dialogar com esses interlocutores a partir de suas realidades;

- Estudar as características dos bairros para adquirir acervos que respeitem a diversidade e as especificidades dos moradores, como a origem migratória e a presença estrangeira;

- Criar campanhas publicitárias de incentivo à leitura;

- Instituir o mês da leitura;

- Promover ações públicas de leitura e literatura nas ruas e praças da cidade;

- Articular e estabelecer, como parte do calendário cultural e turístico da cidade, feiras regionalizadas de livros, em datas não coincidentes e em parceria com a comunidade, de maneira a reforçar o surgimento e a consolidação de polos regionais de desenvolvimento;

- Promover feiras de trocas de livros nas diversas regiões da cidade, como ação de um grande evento;

- Organizar, com diferentes coletivos, ações culturais em que a literatura seja uma das linguagens desses eventos;

- Incentivar e facilitar a criação e a manutenção de grupos que promovam e discutam o livro, a leitura e a literatura;
- Ampliar os projetos de incentivo à leitura e à divulgação da literatura infantojuvenil, entre crianças e adolescentes, dentro e fora da escola;
- Instituir premiações para leitores;
- Criar ações e campanhas para introduzir o livro no cotidiano das pessoas, como incluir esse item na cesta básica, sacolas de leitura, mediação de leitura em feiras etc, e propor a divulgação literária nas contas de concessionárias de serviços públicos;
- Promover pesquisas para o diagnóstico das ações de leitura e literatura que ocorram na cidade;
- Estimular a produção de obras sobre temas como migração, cultura caipira, ocupação do solo, qualidade de vida urbana e personalidades do mundo científico, cultural, social e comunitário que marcam a identidade da cidade, para a composição de acervo público, a fim de estimular a pesquisa e a consciência dos cidadãos acerca da cidade em que vivem;
- Promover projetos públicos e educativos de formação de leitores além dos muros da escola;
- Promover fóruns com a participação de estrangeiros residentes na cidade para debater a questão do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;
- Criar fóruns de discussão para a revisão de portarias que viabilizem projetos relacionados ao incentivo de livros e leitura;
- Promover cooperação e integração entre as diferentes secretarias da Prefeitura;
- Promover eventos escolares relacionados ao livro, à leitura e à literatura articulados com o processo de ensino-aprendizagem, com a comunidade e outros eventos da região;
- Envolver pais e outros familiares de estudantes em ações de leitura e literatura;
- Realizar pesquisas e diagnósticos constantes sobre o livro, a leitura e a literatura;
- Pensar políticas que incluam as lan houses como espaços potenciais para um trabalho com leitura;

Metas de Médio Prazo

- Criar mecanismos de formação de gestores das escolas para a promoção do livro e da leitura, sem restringir as ações aos professores;
- Desenvolver formação em crítica literária nos cursos de pedagogia, na formação permanente do professor e em outros espaços;

- Garantir que a seleção de livros para aquisição das escolas seja acompanhada de um trabalho de produção crítica que assegure a diversidade de vozes;

- Investir na formação do professor-leitor para que este seja capaz de motivar os educandos a se tornarem leitores;

Metas de longo prazo

- Instalar bibliotecas em todas as escolas públicas do município, de acordo com a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010;

Eixo 4 - Desenvolvimento da economia do livro

Metas de Curto Prazo

- Criar oportunidades concretas para que os livros das editoras pequenas e médias concorram às compras de acervo de escolas e bibliotecas públicas, além de facilitar os processos de compra de autores e editoras independentes pelas bibliotecas e escolas municipais;

- Criar editais que estimulem a produção independente;

- Estimular e apoiar iniciativas de formação de novos autores, ilustradores e profissionais técnicos do livro, de nível médio e superior, e de colocação no mercado de trabalho, seja no âmbito da produção editorial, seja no âmbito da produção gráfica;

- Adotar políticas que ampliem e favoreçam a formalização do mercado de trabalho nesse setor em São Paulo;

- Valorizar experiências como a da livraria itinerante;

- Promover estímulos a livrarias de rua, fomentando a venda de livros e garantindo meios para aquisição de livros pela população de baixa renda;

- Oferecer incentivos e linhas de fomento específicas para pequenas livrarias, sobretudo as de rua, e editoras, a fim de que estas tenham condições de se disseminar pela cidade;

- Fomentar a abertura de livrarias em espaços públicos e ceder áreas em parques, clubes desportivos da cidade, centros culturais e casas de cultura para a instalação de estandes de livrarias de pequeno porte definidas em forma de lei, de maneira a atender o público que frequenta esses espaços e a despertar o interesse pela leitura;

- Garantir a participação de editoras independentes - micro, pequenas e médias - nos programas de incentivo à publicação e outros editais para o setor, a fim de evitar que se transformem em meios de fortalecimento de grandes grupos editorais;

- Utilizar as políticas públicas para criar e desenvolver coleções que sejam inclusivas e que reflitam o caráter multiétnico do país e da cidade;

- Apoiar centros de pesquisa e de cultura que trabalhem as questões da bibliodiversidade e da literatura, e sustentar o desenvolvimento de dados e informações que favoreçam o conhecimento dos acervos públicos e privados, de instituições e indivíduos presentes na cidade de São Paulo, a fim de permitir a criação de programas de incentivo ao setor com dados consolidados;

- Estimular a criação de novas entidades representativas de editoras para melhor contemplar os movimentos independentes e ampliar as possibilidades de representatividade e apoio às editoras de pequeno e médio porte;

- Assegurar que os livros, no formato de papel, continuem a ter um lugar no mercado, nas livrarias, escolas, bibliotecas etc.

- Regulamentar e permitir a comercialização de livros em lançamentos, bate-papos, palestras, etc. feitos com o autor em espaços públicos de leitura;

- Estimular a publicação de títulos necessários ao conhecimento, ainda que possam ter pouco apelo comercial;

- Criar canais facilitadores para a obtenção de código de barras para livros;

Metas de Médio Prazo

- Estimular o surgimento e apoiar empresas de pequeno e médio porte da cadeia produtiva do livro, de maneira a contribuir para a redução do acentuado grau de formação de monopólios e de internacionalização de editoras, distribuidoras (inclusive digitais) e livrarias físicas e virtuais;

- Estabelecer programas de publicação de livros a preços subsidiados voltados para a população de baixa renda;

- Adotar programas que resultem na redução do preço do livro, especialmente para os equipamentos públicos;

- Incentivar empresas de desenvolvimento de tecnologia a produzir softwares que impliquem a redução do preço do livro, impresso ou digital, e sua mais ampla circulação;

- Incentivar a instalação regionalizada de empresas relacionadas ao livro, de modo a promover o desenvolvimento mais equilibrado e descentralizado da cidade, para criar postos de trabalho próximos ao local de moradia dos trabalhadores;

- Estimular a indústria do livro que envolve uma cadeia produtiva ambientalmente limpa com ênfase nas pequenas e médias editoras, gráficas e livrarias;

- Envolver a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano no esforço de promover a cadeia do livro;

- Criar condições econômicas para que todos os livros sejam acessíveis, tais como e-books, áudio-livros e em braile, provendo meios para que a indústria livreira seja estimulada a produzir livros em formato acessível desde o seu nascedouro;

- Criar uma lei em nível municipal que fomente a produção de livros em formato acessível, incluindo livro digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual, em consonância com a Lei Federal nº 10.753/2003;

Metas de longo prazo

- Garantir o acesso da população a livrarias próximas ao local de moradia;

Eixo 5 - Literatura

Diretrizes e princípios

- Reconhecer a literatura como um direito humano de natureza essencialmente formativa que tem potencial para promover inclusão, integração, reflexão crítica, fantasia e inventividade, além de prover um conhecimento profundo do mundo;

- Incentivar a imaginação, a criação literária e sua difusão e valorizar a educação literária;

- Ressaltar o papel da literatura na formação da identidade humana desde a primeira infância;

- Promover o direito à literatura para todos, sem nenhum tipo de exceção ou exclusão, e ampliar o acesso à literatura por meio de ações concretas e sistemáticas;

- Reconhecer que a tradição oral expressa um acervo de conhecimentos adquiridos pela coletividade;

- Estimular e apoiar a bibliodiversidade de e em todas as formas, incluindo a diversidade de temas, a diversidade linguística e a literária;

- Reconhecer a importância de literaturas não-hegemônicas como a literatura africana, a afro-brasileira, a literatura indígena e a literatura árabe, que congregam dezenas de países, e de literaturas de populações que apresentam presença significativa na cidade de São Paulo, entre outras expressões literárias;

- Reconhecer a importância de cursos de formação universitária na área de literatura organizando ações de formação que contem com profissionais especializados;

- Reconhecer que a literatura é uma área cujo estudo especializado estimula o desenvolvimento de ações de qualidade, como a publicação de obras consistentes e a reflexão crítica;

- Organizar ações que tenham a literatura como objeto central a fim de fortalecer uma sociedade leitora;

- Opor-se a qualquer tipo de censura a obras literárias;

Metas de Curto Prazo

- Estimular a produção de materiais de comunicação específicos sobre atividades literárias e divulgá-las nas mais distintas formas, como obras impressas, formatos eletrônicos, redes sociais, sites, blogs, livros, jornais e revistas literárias, entre outras;
- Garantir a escuta e a participação das diferentes comunidades que compõem São Paulo, incluindo indígenas, imigrantes e descendentes, refugiados e populações vindas de outras partes do país, na realização de ações literárias;
- Incentivar estudos e pesquisas sobre literatura e fortalecer as políticas públicas de apoio a centros de pesquisa que lidam com a literatura em suas atividades, criando programas específicos para incrementar as pesquisas e as ações literárias;
- Fomentar a criação e fortalecer periódicos voltados à literatura;
- Criar um produto de comunicação, para ampla distribuição, com informações sistematizadas sobre os seminários e eventos literários realizados na cidade, como estratégia para favorecer a ampliação e a evolução das discussões;
- Assegurar dotação orçamentária específica para a implementação de ações voltadas à literatura;
- Ampliar a publicação de editais para projetos de incentivo à leitura e à literatura e garantir a implementação de editais específicos para a área de literatura, incluindo a publicação de livros, revistas e periódicos e a organização de eventos de poesia e prosa;
- Envolver a sociedade na elaboração de editais a fim de que possa haver mais incentivo a escritores e de que todas as linhas de pensamento sejam contempladas;
- Estimular a crítica e a teoria literária por meio de apoio a grupos de pesquisa, periódicos literários e publicação de livros sobre o tema;
- Organizar cursos de criação, crítica e teoria literária;
- Assegurar a tradução de obras literárias das mais diferentes origens, por meio de apoio direto, parcerias e outras formas de estímulo, e garantir a presença de traduções de línguas de literaturas não-hegemônicas nos acervos das bibliotecas de acesso público;
- Promover ações de literatura que assegurem diversidade de temas, editoras, idiomas, localidades e autores de modo a promover a bibliodiversidade;
- Promover a diversidade cultural e assegurá-la na composição de acervos, nas publicações e nas ações em geral nas escolas, bibliotecas, centros culturais e de pesquisa, universidades e outros espaços de leitura, especialmente contemplando a literatura africana e afro-brasileira, a literatura indígena, a literatura árabe, sul-americana e oriental;
- Organizar ações com escritores, críticos literários e professores de literatura em bibliotecas de acesso público, escolas, centros culturais e de pesquisa, parques, clubes etc;
- Compor ações com coletivos diversos para fortalecer o movimento em prol da leitura e da literatura;

- Promover articulações entre pessoas que atuam na área da literatura, sejam escritores, poetas, professores, educadores etc;
- Assegurar a ocupação de espaços distintos com literatura e promover as ações em horários que atendam a todos os públicos;
- Organizar oficinas de criação literária e levar a literatura para a escola;
- Realizar ações que resgatem, registrem e promovam a oralidade, como a declamação de poesia, a contação de histórias e a formação de acervos audiovisuais e assegurar projetos e outras iniciativas no campo da oralidade;
- Aproximar os equipamentos públicos das aldeias, ao reconhecer o caráter fundamental da troca da literatura dos povos indígenas e não indígenas no processo de valorização entre os povos;
- Apoiar instituições que atuem com refugiados para que eles possam aprender português e conhecer a cultura do Brasil com o objetivo de integração à sociedade e acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho;
- Estimular a formação de círculos literários e clubes de leitura em bibliotecas de acesso público, centros de cultura e pesquisa e outros espaços a fim de discutir e compartilhar análises e impressões sobre a leitura de obras literárias;
- Promover estudos e pesquisas para estimular o debate sobre o papel das mídias sociais, dos livros eletrônicos e de outros suportes como meios para a difusão literária;
- Promover a literatura em todas as faixas etárias;
- Desenvolver e fortalecer conteúdos e propostas pedagógicas para ensinar literatura na escola a fim de ampliar o interesse pela leitura;
- Criar programas de incentivo à leitura e literatura entre os jovens, como concursos de contos e poesia, recitais, clubes de leitura e outros;
- Incentivar e apoiar os saraus para que se multipliquem nas periferias da cidade e nas áreas centrais, ampliando-os para diferentes setores, como forma de resistência, participação e reflexão em prol da leitura;
- Promover articulações entre pessoas que atuam na área da literatura;
- Garantir linguagens de expressão distintas para o estudo da literatura, incluindo cinema, música, teatro, declamações, leituras etc;
- Fortalecer e investir na formação do professor e do bibliotecário em parceria com centros de pesquisa, para que se estimule e intensifique o apreço pela leitura e o conhecimento de literatura;
- Promover acervos com obras literárias em diferentes línguas nas bibliotecas de acesso público, centros culturais, escolas, centros de pesquisa, universidades etc;

- Organizar e fortalecer festivais, concursos, feiras e outros eventos de literatura, como um estímulo à qualidade literária e a experiências inovadoras;
- Apoiar eventos literários que normalmente não são contemplados pelo poder público;
- Disponibilizar informações para que a população possa reconhecer diferentes gêneros textuais, através das mídias mais conhecidas e acessíveis;
- Apoiar projetos e ações que promovam a bibliodiversidade;
- Apresentar nos transportes públicos trechos de livros, seus nomes e onde podem ser encontrados, incluindo livros de autores das diferentes regiões da cidade;
- Implantar cursos para formação de escritores em equipamentos públicos culturais, com a devida dotação de recursos públicos;
- Estimular e apoiar ações de saraus, contações de histórias, slams (batalhas de poesia), clubes de leitura e programas da literatura marginal periférica;
- Valorizar o poeta, o escritor da periferia e sua literatura;
- Integrar ao acervo e às ações municipais autores, leitores e produtores de fanzines, mangas, animes, cosplay, literatura fantástica, histórias em quadrinhos, ficção científica, de horror, sagas etc.
- Estimular o surgimento de novos escritores por meio de atividades diversificadas e apoiar financeiramente escritores independentes e projetos de produção literária;

Metas de Médio Prazo

- Promover parcerias para trazer autores estrangeiros ao Brasil e levar escritores, ilustradores e pesquisadores brasileiros a encontros literários de outros países;
- Instituir prêmio literário que, além de premiar criações literárias, também contemple a iniciativa e o desenvolvimento de projetos e ações de incentivo e fomento à literatura e à leitura;
- Mapear constantemente as ações de literatura que ocorrem em São Paulo, ao identificar, cadastrar, monitorar e disponibilizar informações atualizadas na área da literatura com o objetivo de qualificar as políticas públicas para a área e de criar uma rede-mapa interativa e colaborativa com acesso para todos;
- Estabelecer uma rede-mapa interativa de ações de leitura e literatura que atue como uma rede colaborativa -a fim de contribuir com as experiências locais- e que possa ser divulgada e alimentada pela sociedade civil e por todas as Secretarias da Prefeitura de São Paulo, com suporte técnico adequado;
- Estimular a criação de bolsas de pesquisa e de produção literária para autores e pesquisadores autônomos ou ligados a instituições universitárias;

- Integrar acervos literários da cidade de São Paulo por meio de banco de dados;

Metas de Longo prazo

- Promover a digitalização completa dos principais acervos de livros e periódicos literários, em especial os que integram os acervos municipais.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1) Qual o seu envolvimento com a área do livro e leitura?
- 2) Quais informações prévias sobre os planos (plano nacional e de outras cidades e estados) você tinha no início dos trabalhos do PMLLLB?
- 3) Discorra sobre o PNLL (importância e alcance).
- 4) Quais expectativas e ideias você tinha sobre o PMLLLB/SP antes do processo de construção e aprovação
- 5) Quais as suas impressões sobre a composição do Grupo de Trabalho do PMLLLB
- 6) Em que nível você participou das plenárias e debates?
- 7) Quais as questões surgidas no processo de participação?
- 8) Qual a sua participação na redação final do PMLLLB?
- 9) Qual a sua impressão sobre o texto final?
- 10) Quais as suas expectativas sobre o PMLLLB após a sanção do Prefeito?